

mercado de trabalho

conjuntura e análise

ANO 20 | FEVEREIRO 2014 |

56

MTE MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO

ipea
Por um Brasil desenvolvido

mercado de trabalho

conjuntura e análise

| fevereiro 2014 |

56

Governo Federal

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministro – Manoel Dias

Secretário Executivo – Paulo Roberto dos Santos Pinto

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro interino – Marcelo Côrtes Neri

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Carlos Henrique Leite Corseuil

Membros

Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa

Lauro Ramos

André Gambier Campos

Sandro Pereira Silva

Equipe de Apoio

Ana Carolina Passos de Carvalho

Ítalo Cabral de Souza

Luciana Moura Martins Costa

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração desta edição.

Mercado de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego.- v.1, n.0, (mar.1996) - Brasília: Ipea: MTE, 1996-

Trimestral (a partir de 2009)

ISSN 1676-0883

1. Mercado de Trabalho. 2. Estatísticas do Trabalho. 3. Brasil. 4. Periódicos. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego.

CDD 331.1205

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	9
NOTAS TÉCNICAS	19
OS SINDICATOS NO BRASIL	21
Adalberto Cardoso	
SINDICATOS NO BRASIL HOJE: DILEMAS APRESENTADOS PELA SINDICALIZAÇÃO	29
André Gambier Campos	
NOTA SOBRE O CUSTO UNITÁRIO DO TRABALHO NO BRASIL	39
Pedro Henrique de Silva de Mello Fernando de Holanda Barbosa Filho	
POLÍTICA EM FOCO	49
ANÁLISE ECONÔMICA DO PROGRAMA SEGURO-DESEMPREGO: UMA REFLEXÃO SOBRE O ESPAÇO DISPONÍVEL PARA AJUSTE DAS DESPESAS DO FAT	51
Manoel Carlos de Castro Pires Arnaldo Barbosa Lima Júnior	
TENDÊNCIAS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	67
Naercio Aquino Menezes Filho Pedro Henrique Fonseca Cabanas Bruno Kawaoka Komatsu	
SEGURO DEFESO: PROBLEMAS ENFRENTADOS PELO PROGRAMA	77
André Gambier Campos José Valente Chaves	
ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	85
INTRODUÇÃO	87
DEZ ANOS DE SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES)	89
Paul Singer	
COOPERATIVA PINDORAMA: UM HISTÓRICO DE TRABALHO COLETIVO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	95
Sandro Pereira Silva Carolina da Cunha Rocha	
PROGRAMA CATAVIDA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA POSSIBILITANDO NOVAS TRAJETÓRIAS	107
Maria Suziane Gutbier Rúbia Geane Goetz Vera Beatriz Rambo	
ANEXO ESTATÍSTICO	113

APRESENTAÇÃO

Este número 56 do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* busca apresentar um panorama do funcionamento do mercado de trabalho metropolitano em 2013, comentando a evolução dos principais indicadores divulgados pela Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE). Indicadores como taxa de desemprego, nível de ocupação e rendimentos mostram uma desaceleração no ritmo de melhora e até uma deterioração no primeiro semestre para, em seguida, no segundo semestre, apontarem tendências de melhora compatíveis com o padrão que vigorava nos anos anteriores. Uma notável exceção a este quadro geral é a taxa de informalidade, que seguiu em queda durante todo o ano de 2013, num ritmo semelhante ao dos anos anteriores.

Os dados da PME para janeiro de 2013, recém-divulgados pelo IBGE, confirmam a tendência de queda na informalidade, bem como o movimento de recuperação dos demais indicadores iniciado no segundo semestre de 2013.

A seção *Notas técnicas* deste número conta com três textos. Os dois primeiros abordam o tema da sindicalização dos trabalhadores brasileiros nos dias de hoje. A primeira nota, de Adalberto Cardoso, aponta um aparente paradoxo vivido pelo movimento sindical brasileiro ao longo dos anos 2000. Por um lado, lê-se e ouve-se que o sindicalismo estaria em crise no país, como no mundo todo. Por outro lado, indicadores tais como negociações coletivas, taxas de greves ou presença de sindicalistas nas esferas de representação política – o Parlamento ou a administração estatal – apontam para, em lugar de crise, um movimento consolidado e atuante. A segunda nota, de André Campos, analisa um descolamento entre as dinâmicas laboral e sindical nos anos 2000. A primeira avançou por meio da criação de milhões de novos empregos, enquanto a segunda não avançou – ou, ao menos, não tanto quanto –, pois os sindicatos alcançaram apenas uma fração dos trabalhadores ocupantes destes novos empregos. Ou seja, as bases sindicais se ampliaram, mas raramente se adensaram. A nota levanta três hipóteses sobre o que poderia estar por trás deste descompasso entre as dinâmicas laboral e sindical nos anos 2000. A terceira nota técnica, de Pedro de Mello e Fernando Barbosa Filho, avalia a evolução da competitividade no Brasil e suas regiões por meio do cálculo do custo unitário do trabalho (CUT). O CUT pode ser definido como nível salarial médio ponderado pela produtividade do trabalho de algum país, estado, região ou setor. Os resultados apontam que o CUT do Brasil apresentou tendência de queda de 1995 a 2004 e tendência de elevação no período posterior. A elevação do CUT foi de aproximadamente 60% entre 1995 e 2010, fruto da forte apreciação cambial do período que dominou os efeitos.

Na seção *Políticas em foco* desta edição, três textos analisam questões importantes sobre o programa de seguro-desemprego brasileiro, que ajudam a entender o recente aumento do gasto para financiar este programa. O primeiro deles, de autoria de Manoel Pires e Arnaldo Lima Júnior, estuda as regras que ditam o funcionamento do programa e realiza comparações internacionais de programas semelhantes. Mostrou-se que a

legislação brasileira não possui um programa extremamente benevolente em relação aos demais países. A regra que poderia ser considerada benevolente refere-se à taxa de reposição do benefício, que já foi objeto de alteração pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). O segundo texto, de Naércio Menezes Filho, Pedro Cabanas e Bruno Komatsu, pretende explicar como é possível que os gastos com o seguro-desemprego tenham aumentado, quando o desemprego está diminuindo. Os resultados indicam que aumentos na rotatividade entre trabalhadores formais não parecem ter efeito relevante sobre a expansão acelerada nos gastos com a seguridade social. Os autores sugerem, por intermédio de simulações, que os altos valores gastos podem estar relacionados com o crescimento do valor das parcelas do benefício, determinado pelos aumentos das médias salariais recentes e pelos reajustes do governo. O terceiro texto da seção, escrito por André Campos e José Valente Chaves, disponibiliza informações sobre as discrepâncias entre os números de pescadores artesanais e de beneficiários do seguro-desemprego – que fazem com que o programa contemple grupos que, ao que tudo indica, não deveria contemplar. Ademais, oferece informações sobre os valores envolvidos em tais discrepâncias, em termos de recursos orçamentários vinculados ao programa.

A seção *Economia solidária e políticas públicas* traz três textos. No primeiro, Paul Singer, secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), enfatiza que os empreendimentos associativos são resilientes a períodos de crise e geram trabalho e renda para parcelas descapitalizadas da população. Singer apresenta os principais fatos políticos que permitiram a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e os pontos centrais que marcaram a atuação do órgão desde o seu início. Os outros dois textos versam sobre práticas finalistas do V Prêmio ODM Brasil que têm interface com a economia solidária. O texto de Sandro Silva e Carolina Rocha relata uma experiência da sociedade civil empreendida pela Cooperativa Agroindustrial Pindorama, com sede no município de Coruripe, no estado de Alagoas. A cooperativa, fundada em 1959, originou-se de um projeto de reforma agrária no interior alagoano, o qual visava estruturar uma comunidade formada por pequenos proprietários que pudesse desenvolver-se de forma autônoma com base na produção agrícola e no beneficiamento de produtos. Os autores mostram que Pindorama conseguiu firmar-se e diversificar sua estrutura produtiva, tendo a cadeia sucroalcooleira como carro-chefe, seguida pela fruticultura e pela pecuária leiteira. Nas décadas mais recentes, a cooperativa passou também a investir em uma série de projetos sociais, visando tanto à geração de oportunidades de trabalho para a população local quanto à formação de novas lideranças para o futuro de Pindorama.

O último texto, das autoras Maria Suziane Gutbier, Rúbia Geane Goetz e Vera Beatriz Rambo, conta sobre a experiência da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, que desenvolveu um programa inovador na gestão de resíduos sólidos urbanos com a efetiva participação dos catadores de material reciclável. O principal objetivo deste programa é criar um sistema público que trate do problema do lixo urbano e, ao mesmo tempo, propicie uma fonte digna de trabalho e renda para dezenas de famílias que já viviam da coleta de materiais recicláveis para sobreviver. Para isso, a prefeitura auxiliou catadores na formação de um grupo autogestionário dotado de uma institucionalidade que lhe permitisse formular parcerias diretamente com a prefeitura.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

1 INTRODUÇÃO

Esta análise tem como objetivo a apresentação de um panorama geral do mercado de trabalho brasileiro em 2013, utilizando como base, principalmente, os indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Complementarmente serão utilizadas as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A evolução dos principais indicadores de desempenho do mercado de trabalho será interpretada à luz dos resultados obtidos nos anos anteriores, focando principalmente no ano de 2012.

A fim de balizar os resultados sobre o desempenho do mercado de trabalho, será feita uma breve descrição do ambiente macroeconômico em 2013.¹ O último resultado disponível para o produto interno bruto (PIB), referente ao terceiro trimestre de 2013, mostra um aumento de 2,15% ante o mesmo período do ano de 2012. Embora inferior ao valor registrado no segundo trimestre (3,28%), a variação anual registrada para o terceiro trimestre de 2013 é superior às registradas para o primeiro trimestre de 2013 e os últimos três trimestres de 2012. O mesmo padrão se repete quando se analisam os dados trimestrais de variação anual do investimento real – sugere uma tendência de recuperação do nível de atividade, ainda que tímida e acompanhada de alguma volatilidade.² O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial para a meta de inflação, registrou variação de 5,91% em 2013, permanecendo, portanto, num patamar semelhante ao registrado em 2012 (5,84%).

Essa tendência de recuperação relatada para o nível de atividade aparece no mercado de trabalho na passagem do primeiro para o segundo semestre de 2013. Indicadores como taxa de desemprego, nível de ocupação e rendimentos mostram uma desaceleração no ritmo de melhora e até uma deterioração no primeiro semestre, para em seguida, no segundo semestre, apontar tendências de melhora compatíveis com o padrão que vigorava nos anos anteriores. Uma notável exceção a esse quadro geral ocorre com a taxa de informalidade que seguiu em queda durante todo o ano de 2013, num ritmo semelhante ao dos anos anteriores.

2 TAXA DE ATIVIDADE

O gráfico 1 ilustra a evolução da taxa de atividade ao longo dos anos de 2010 a 2013.³ Nota-se que, em 2013, esta taxa oscilou em torno de 57,1%, o que representa um

1. Todos os números que fundamentaram esse panorama macroeconômico estão disponíveis na sinopse macroeconômica do Ipeadata. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>.

2. Esse diagnóstico é feito com mais detalhes no número 21 da *Carta de conjuntura* do Ipea (dezembro de 2013). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc21_completa.pdf>.

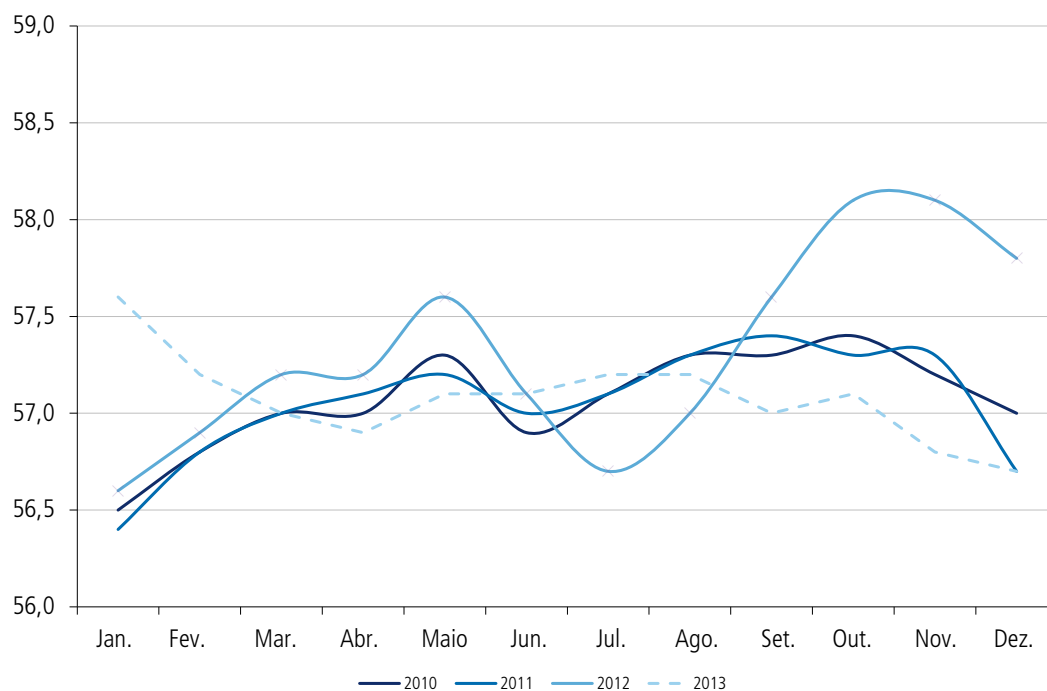
3. Taxa de atividade ou taxa de participação é a porcentagem da população economicamente ativa (PEA) em relação à população em idade ativa (PIA).

valor inferior à média observada em 2012 (57,3%). Vale destacar o contraste entre o panorama que prevalecia no primeiro trimestre e aquele referente ao quarto trimestre. Nos primeiros meses de 2013, a taxa de atividade registrou valores mais altos que nos anos anteriores, enquanto o inverso ocorreu nos últimos meses do ano. Entre dezembro de 2012 e dezembro de 2013, houve um recuo de 1,1 ponto percentual (p.p.) nesse indicador, que passou de 57,8% para 56,7%.

GRÁFICO 1

Taxa de atividade (2010-2013)

(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Na análise comparativa entre os períodos de tempo, por região metropolitana (RM), a taxa de atividade aumenta apenas para o Rio de Janeiro (0,30 p.p.). Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre registram queda (−0,10 p.p., −0,20 p.p., −0,90 p.p., e −0,80 p.p., respectivamente). Não há alteração na taxa de atividade para São Paulo.

Para se entender melhor a evolução dessa taxa média entre 2012 e 2013, é interessante desagregá-la segundo características da força de trabalho, com o intuito de identificar algum grupo cuja influência sobre a evolução da taxa agregada tenha sobressaído.⁴ Na repartição por sexo, as mulheres apresentaram um aumento de 0,1 p.p.; para os homens, observou-se uma queda de 0,3 p.p. Na desagregação por idade, indivíduos entre 25 e 49 anos passaram a ter menos força no mercado de trabalho, com uma redução de 0,20 p.p. Cabe destacar que a taxa de atividade da faixa de indivíduos de 18 a 24 anos foi a que mais caiu no período (−0,80 p.p.). Na composição por escolaridade, o grupo de indivíduos com menos de oito anos de estudo apresentou um aumento na participação de 0,39 p.p. O grupo com instrução de oito a dez anos apresentou uma queda de 1,33 p.p., e o grupo de indivíduos com mais de onze anos de estudo sofreu uma redução de 0,52 p.p. em sua participação.

4. Os dados estão disponíveis no anexo estatístico.

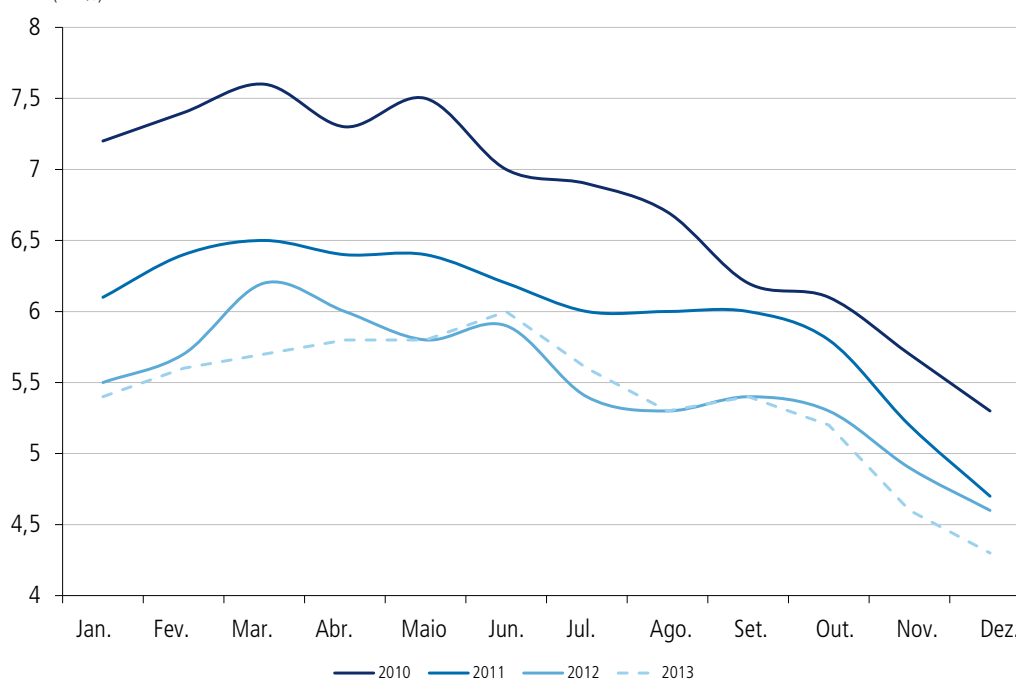
3 TAXA DE DESEMPREGO

Como mencionado na seção introdutória deste texto, a taxa de desemprego registrou valores, em 2013, ligeiramente mais baixos que os computados em 2012. O valor médio das taxas de desemprego mensais em 2013 foi de 5,4%, enquanto em 2012 foi de 5,5%, tendo inclusive ficado, em alguns meses, acima do valor das taxas de 2012. Este fato destoa do que vinha ocorrendo nos anos anteriores, quando a taxa de desemprego de um ano era sistematicamente mais baixa que a do ano anterior. O gráfico 2, que mostra a evolução da taxa mensal de desemprego nos últimos anos, ilustra bem esse ponto. Outro registro digno de nota é que o desemprego fechou o ano de 2013 em 4,3%, o seu menor patamar desde a implantação da metodologia atual da PME, em 2002.

GRÁFICO 2

Taxa de desocupação (2010-2013)

(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

Um ponto adicional merece ser destacado em relação à trajetória do desemprego nos últimos meses de 2013. Nesse período, a taxa de desemprego se distancia daquela registrada no mesmo período de 2012, o que pode sugerir uma retomada do ritmo de queda nas taxas de desemprego que se vinha experimentando nos anos anteriores. No entanto, é bom notar que a taxa de atividade era substancialmente menor no último trimestre de 2013 do que em 2012. Ou seja, o mercado de trabalho estava menos pressionado por geração de novos postos no último trimestre de 2013 em relação a seu padrão recente.

Entre as RMs cobertas pela PME, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre apresentaram taxas médias de desemprego menores em 2013 do que em 2012. O Rio de Janeiro foi a região que apresentou maior queda (-0,49 p.p.), enquanto Recife e Salvador foram as que tiveram aumento (0,42 p.p. e 0,87 p.p., respectivamente).

As taxas de desemprego apuradas pela PED/Dieese confirmam o quadro analisado anteriormente. Na comparação das médias anuais, São Paulo e Porto Alegre apresentaram

uma taxa de desemprego menor em 2013 (-0,4 p.p., e -0,7 p.p., respectivamente). Salvador e Recife tiveram um aumento na taxa de desemprego (0,9 p.p., e 1,1 p.p., respectivamente).

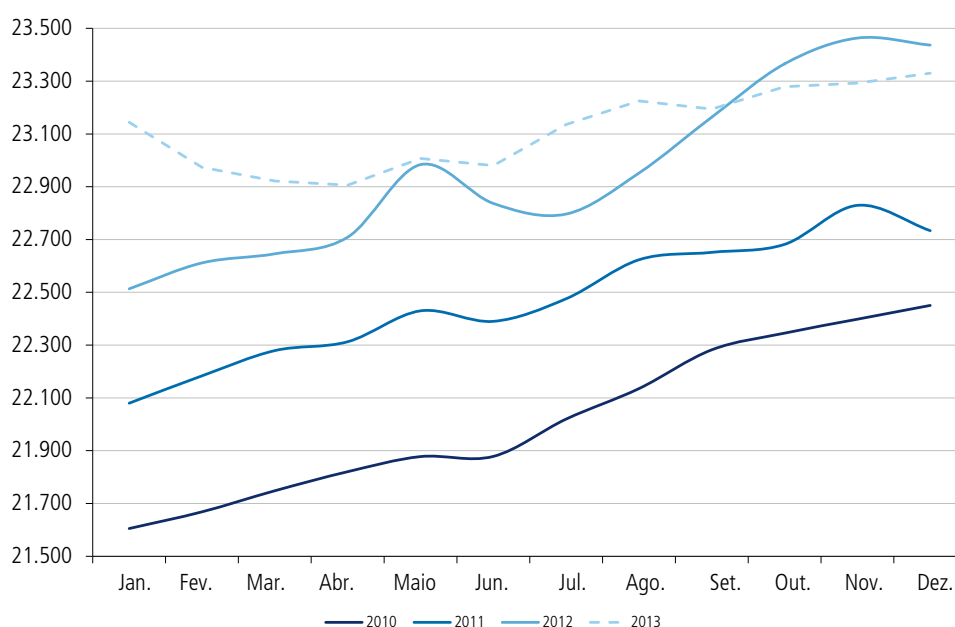
4 OCUPAÇÃO E INFORMALIDADE

O nível de ocupação médio no ano de 2013 cresceu 0,7% em relação ao de 2012. Este fato corresponde à geração de 159 mil novos postos de trabalho em 2013. É possível notar no gráfico 3 que o crescimento da população ocupada em 2013 é menor do que aquele registrado para os anos anteriores. Chama a atenção, também, o nível de ocupação no último trimestre de 2013 ficar abaixo daquele registrado no último trimestre de 2012. Esses dois fatos podem ser interpretados como um sinal de alerta em relação ao ritmo de geração de empregos no Brasil metropolitano, além de deixar claro que a redução na taxa de desemprego no final do ano passado foi fruto da diminuição da pressão da oferta.

GRÁFICO 3

Número de ocupados (2010-2013)

(Em milhares)

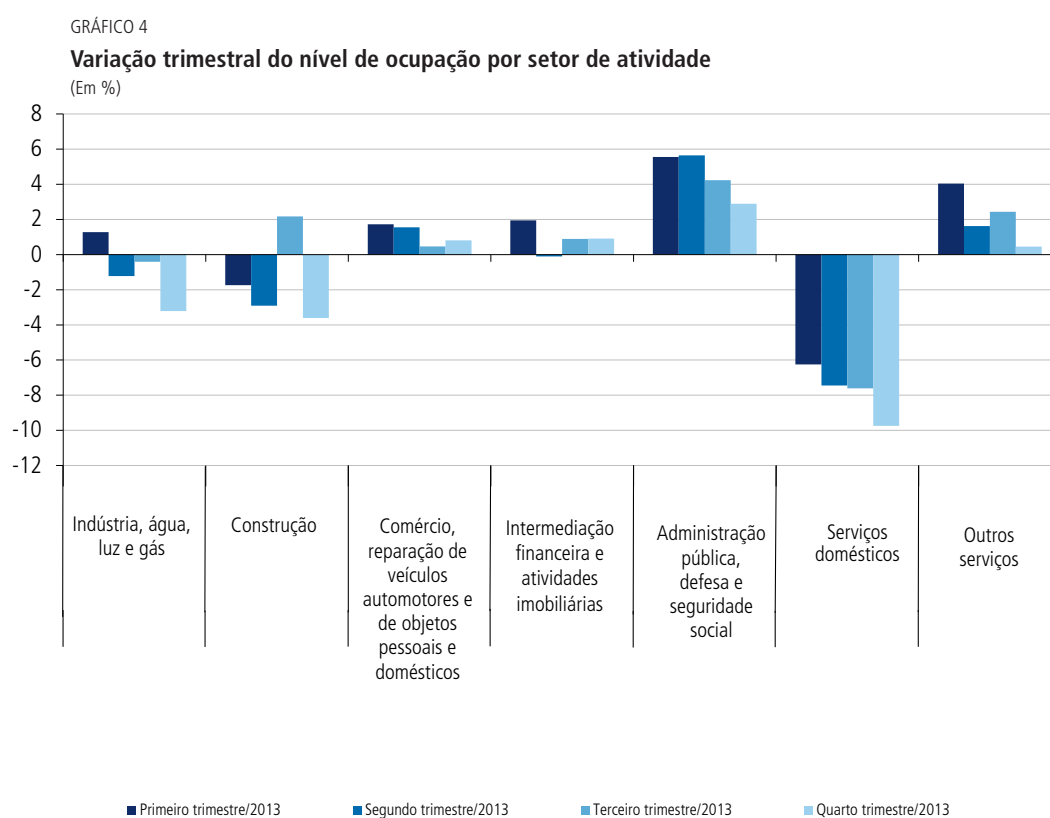


Fonte: PME/IBGE.

No entanto, uma análise mais atenta da evolução da população ocupada ao longo do ano de 2013 revela dois momentos muito distintos. No primeiro trimestre, houve um desempenho preocupante desse indicador, que aponta queda contínua de janeiro a abril. Esse padrão contrasta com uma tendência de aumento em igual período nos anos anteriores. Já o período de abril a dezembro de 2013 registra uma tendência de aumento similar àquelas registradas no mesmo período dos anos anteriores, à exceção de 2012, que apresenta um comportamento atípico, com ritmo de crescimento na população ocupada particularmente alto no segundo semestre. Ou seja, apesar de se chegar a dezembro de 2013 registrando um nível de ocupação (23,33 milhões) menor em cerca de 100 mil trabalhadores do que aquele registrado em dezembro de 2012 (23,44 milhões), a evolução no segundo semestre não parece inspirar maiores preocupações para fins de projeções acerca da evolução futura desse indicador.

Entre as RMs cobertas pela PME, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre tiveram variações positivas ao comparar o desempenho médio da ocupação de 2013 com valores médios de 2012. Nessa comparação, destaca-se a RM de Salvador, que obteve crescimento de 3,7% no período em estudo.⁵ Recife e Belo Horizonte apresentaram uma queda de 0,2% e 1,5%, respectivamente.

No que diz respeito à evolução setorial da população ocupada entre 2012 e 2013, os resultados da PME baseados em médias anuais apontam para um alto grau de heterogeneidade entre os setores. Os números vão de um crescimento de 4,5% para a administração pública⁶ a uma redução de 7,8% nos serviços domésticos. Outros setores com variação negativa foram construção (-1,6%), indústria⁷ (-0,9%) e outras atividades (-0,4%). Para os demais setores, a variação se deu da seguinte forma: outros serviços⁸ (2,1%), comércio⁹ (1,1%) e intermediação financeira¹⁰ (0,9%). O gráfico 4 permite vislumbrar mais detalhes da evolução da ocupação setorial, ao mostrar as variações anuais por trimestre entre 2012 e 2013. Entre os setores com variação de emprego negativa, vale ressaltar a volatilidade registrada ao longo do ano para indústria e construção, que chegam a assinalar variação positiva em ao menos um trimestre.



5. O crescimento das demais RMs pesquisadas entre 2013 e 2012: Rio de Janeiro, 0,7%; São Paulo, 0,8%; Porto Alegre, 1,4%.

6. Esse agrupamento abrange, além da administração pública, educação, saúde, serviços sociais, defesa e seguridade social.

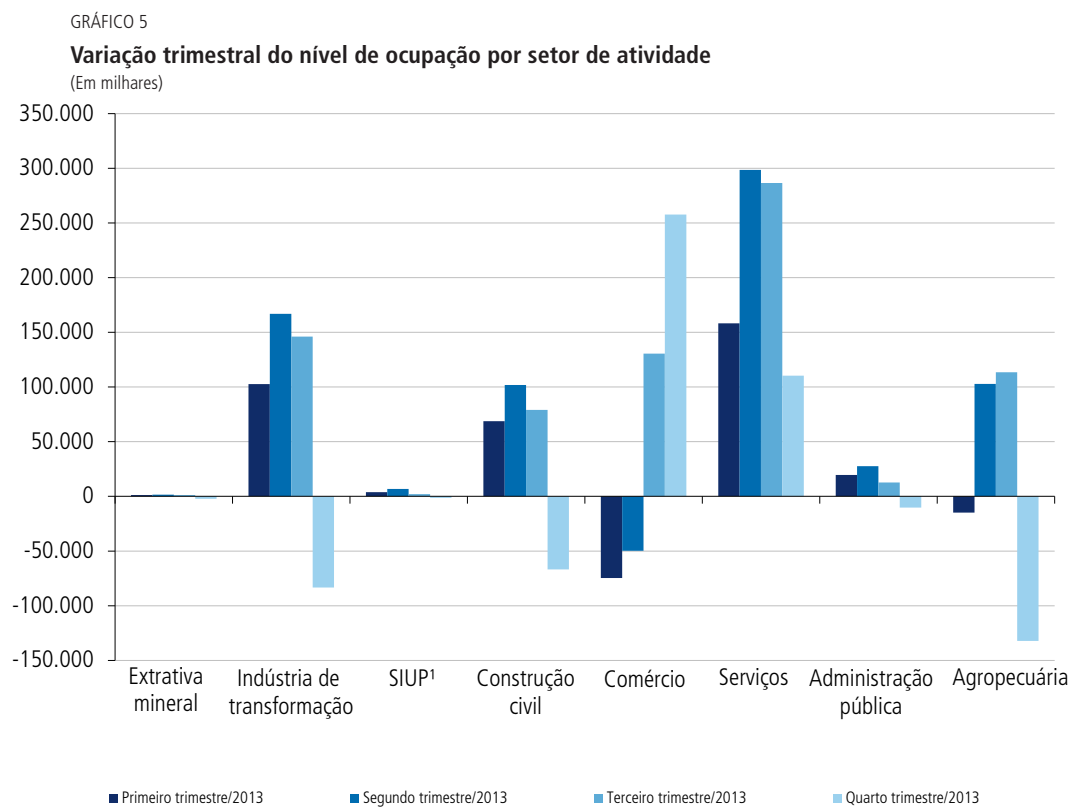
7. Nesse agrupamento, as atividades consideradas são de indústria extrativa e transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

8. Esse agrupamento abrange as seções de alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação.

9. Esse agrupamento inclui, além das atividades de comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos, e comércio a varejo de combustíveis.

10. Esse agrupamento abrange, também, os serviços prestados a empresas, aluguéis e atividades imobiliárias.

Com relação ao CAGED, os dados apresentaram impressões um pouco distintas das verificadas com base na PME. É importante frisar as diferenças de cobertura destas duas fontes de informação.¹¹ No gráfico 5, tem-se a análise trimestral da variação por setor de atividade dos anos de 2012 e 2013. Chamam a atenção as diferenças registradas para construção e indústria que, diferentemente do apresentado na PME, mostram variações positivas na maior parte do ano.



Fonte: CAGED/MTE.

Nota: ¹ Serviços industriais de utilidade pública.

Analisando a evolução da população ocupada por posição na ocupação, o destaque positivo fica por conta dos empregados com carteira de trabalho assinada, que registraram um crescimento de 1,5% no ano de 2013 em relação a 2012, o que equivale, em valores absolutos, a aproximadamente 184 mil novos contratos. Na outra ponta, os empregados sem carteira registraram um decréscimo de 5,6%. Já o contingente de ocupados por conta própria registrou um crescimento de 1,1%.¹²

O contraste entre os resultados dos grupos de empregados com e sem carteira assinada contribui para a evolução do grau de informalidade. O nível de informalidade médio da população ocupada em 2013 ficou em 33%, o que representa uma queda de 1 p.p. em relação a 2012. O gráfico 6 apresenta a evolução mensal desse indicador nos últimos anos. Vale destacar uma tendência quase contínua de queda desse índice, que vem sendo a tônica nos últimos anos, à exceção de 2012, que apresenta um crescimento atípico nos últimos meses do ano. No mês de dezembro de 2013, a taxa de informalidade chegou a 32,4%, contra 34% em dezembro de 2012.

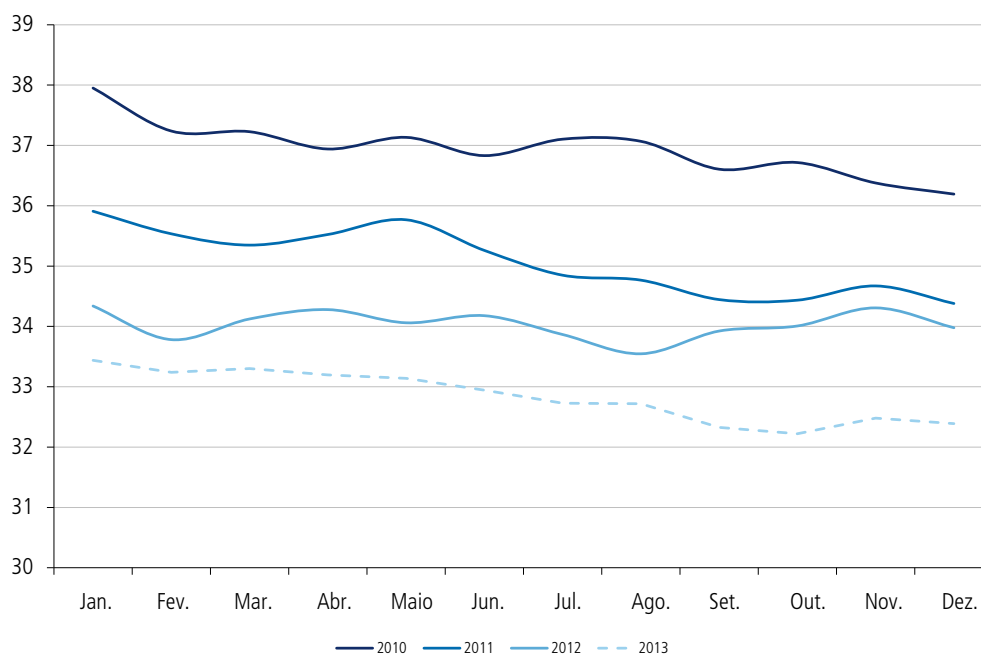
11. Por um lado, o CAGED cobre todo o território nacional; por outro, essa fonte de informação lida apenas com os vínculos formais.

12. Os empregadores e os militares e estatutários tiveram acréscimos de 5,5% e 0,1%, respectivamente.

GRÁFICO 6

Evolução do grau de informalidade (2010-2013)

(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

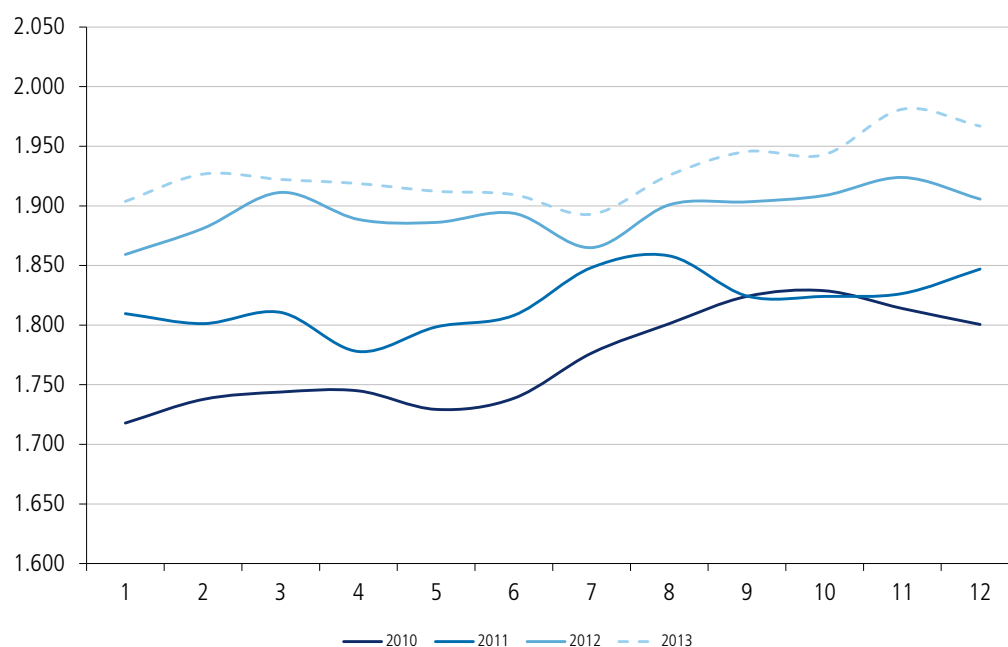
5 RENDIMENTO E MASSA SALARIAL

Na média de 2013, o rendimento médio real habitualmente recebido nas seis RMs analisadas na PME ficou em torno de R\$1.929,03, em valores de dezembro de 2013, apresentando um ganho de 1,9% em relação à média de 2012. A evolução mensal deste indicador nos últimos anos pode ser observada no gráfico 7.

GRÁFICO 7

Rendimento médio real habitual (2010-2013)

(Em R\$)



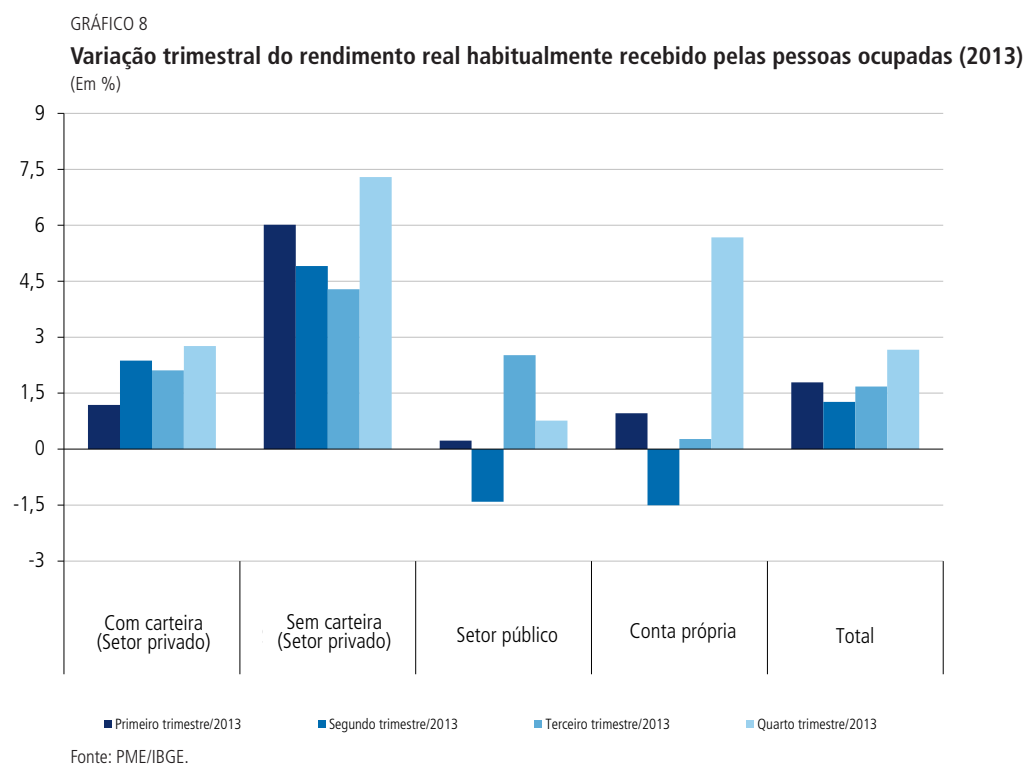
Fonte: PME/IBGE.

Duas observações parecem pertinentes a partir deste gráfico. Em primeiro lugar, a evolução desse indicador ao longo de 2013 é marcada por duas fases distintas, de forma similar ao apontado na análise da população ocupada. Até julho, o rendimento apresenta uma tendência de queda, chegando a cair por seis meses consecutivos entre fevereiro e julho. Já no segundo semestre de 2013, a tendência é de aumento, inclusive numa intensidade maior do que a registrada nos anos anteriores. Em segundo lugar, constata-se que o rendimento encontra-se em patamares superiores aos dos anos anteriores, em todos os meses, e alcança, em novembro, o seu maior valor para o ano de 2013, R\$1.981,10 (que vem a ser também o maior valor desde o início da pesquisa, em 2002).

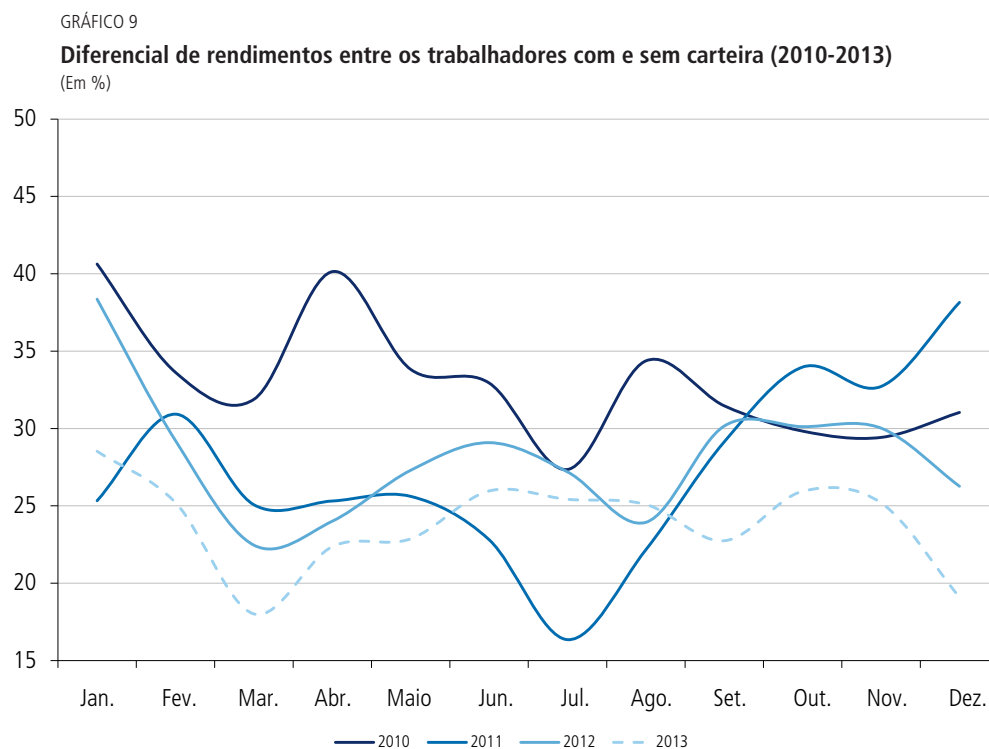
No plano regional, quase todas as RMs tiveram variações positivas, com destaque para Porto Alegre, que registrou um aumento dos rendimentos de 5,2% entre 2012 e 2013, e Rio de Janeiro, com um crescimento de 3,9% no mesmo período. Salvador foi a única região que apresentou um decréscimo dos rendimentos no período: -6,8%. Recife e Belo Horizonte completam o quadro, com variações de 0,7% e 0,8%, respectivamente.

A elevação anual dos rendimentos foi registrada para todos os grupos por posição na ocupação. Vale notar que, entre 2012 e 2013, os rendimentos dos trabalhadores por conta própria cresceram 1,3%. Por sua vez, os rendimentos dos empregados do setor público cresceram 0,5%; e os do setor privado, 2,9%. A desagregação dos rendimentos deste último grupo mostra que os trabalhadores com carteira assinada tiveram um aumento de 2,1%, inferior à variação de 5,6% dos empregados sem carteira assinada.

No gráfico 8, verifica-se o comportamento da variação trimestral dos rendimentos em cada posição na ocupação ao longo de 2013. Nota-se que, com exceção do segundo trimestre do ano para os trabalhadores por conta própria, todos os segmentos de trabalhadores tiveram aumento dos rendimentos em todos os trimestres. O destaque ficou para os trabalhadores sem carteira assinada, que apresentaram um aumento nos seus rendimentos de 7,29% no quarto trimestre do ano.



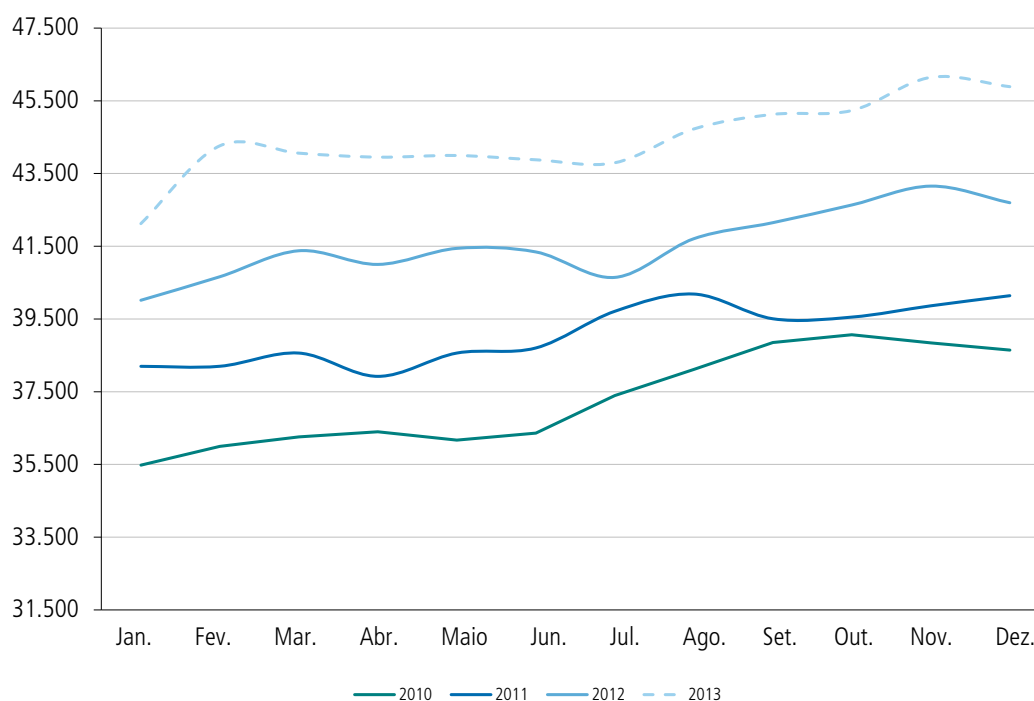
O gráfico 9 mostra a evolução do diferencial de rendimentos entre os trabalhadores com e sem carteira ao longo dos anos de 2010 a 2013. O gráfico permite observar que, em 2013, o diferencial médio entre esses rendimentos foi de 23,9%, valor inferior ao registrado em 2012 (28,2%). Vale ressaltar que o declínio verificado em 2013 pode marcar uma retomada na tendência de queda desse indicador nos anos anteriores e interrompida em 2012.



Fonte: PME/IBGE.

Tal como ocorreu com ocupação e rendimento, o crescimento de 2,6% da massa salarial entre 2012 e 2013 foi abaixo daquele registrado para os anos anteriores. O gráfico 10 mostra a evolução desse índice nos últimos anos. A evolução ao longo de 2013 traz um contraste entre uma tendência de queda no primeiro semestre e um crescimento no segundo semestre no mínimo compatível com o padrão apresentado nos anos anteriores.

GRÁFICO 10
Massa salarial
 (Em bilhões)



Fonte: PME/IBGE.

6 CONCLUSÃO

A maioria dos indicadores do mercado de trabalho analisados aponta um ritmo de melhora em 2013 aquém daqueles verificados em anos anteriores, quando mensurado pela comparação das médias anuais. Esse é o caso da taxa de desemprego, do nível de ocupação e do rendimento real. No que concerne a esses dois últimos indicadores, no entanto, uma observação mais atenta aponta que a evolução ao longo do ano traz dois padrões bem distintos nos dois semestres. O primeiro semestre é marcado por tendências de piora, atípicas em relação ao mesmo período dos anos anteriores, enquanto o segundo é marcado por tendências de melhora compatíveis com o padrão vigente nos anos anteriores. Ou seja, prognósticos para a evolução do mercado de trabalho brasileiro em 2014, baseados na comparação de médias anuais dos indicadores, tendem a ser mais pessimistas que aqueles fundamentados na evolução observada no segundo semestre de 2013.

Com relação a prognósticos envolvendo a taxa de desemprego, é necessária uma ressalva em outra direção. O fato de esta taxa fechar 2013 no menor valor da série histórica, e ir se afastando, nos últimos meses do ano, das respectivas taxas de 2012, pode inspirar prognósticos excessivamente otimistas se não for levado em conta que a taxa de participação esteve muito baixa nos últimos meses de 2013. De fato, a evolução da taxa de desemprego no curto prazo dependerá muito do comportamento da taxa de participação que reflete o lado da oferta de trabalho, haja vista que, pelo lado da demanda, os prognósticos para os indicadores de atividade econômica apontam para um crescimento moderado, ainda que em um nível superior ao de 2013.

NOTAS TÉCNICAS

OS SINDICATOS NO BRASIL

Adalberto Cardoso

SINDICATOS NO BRASIL HOJE: DILEMAS APRESENTADOS PELA SINDICALIZAÇÃO

André Gambier Campos

NOTA SOBRE O CUSTO UNITÁRIO DO TRABALHO NO BRASIL

Pedro Henrique de Silva de Mello

Fernando de Holanda Barbosa Filho

OS SINDICATOS NO BRASIL

Adalberto Cardoso*

1 INTRODUÇÃO

O movimento sindical brasileiro viveu, ao longo dos anos 2000, um aparente paradoxo. De um lado, na grande imprensa e em parte do debate acadêmico, leu-se e ouviu-se que o sindicalismo estava em crise no país, como no resto do mundo todo. A crise seria multidimensional, relacionada tanto com a eficácia da ação propriamente sindical (de representação dos trabalhadores junto aos patrões) quanto com os aspectos expressivos e identitários do movimento; responsável, por exemplo, pela construção de visões de mundo alternativas ou transformadoras. O sindicalismo teria sido cooptado pelos “governos do Partido dos Trabalhadores (PT)”.

Porém, e esse é o outro lado do paradoxo, os indicadores existentes de organização sindical não parecem corroborar essa visão. Tomando-se os resultados das negociações coletivas, as taxas de greves ou a presença de sindicalistas nas esferas de representação política (o parlamento ou a administração estatal), o que se viu, em lugar da crise, foi um movimento consolidado e atuante, ainda que essa atuação não tenha tido a visibilidade que muitos gostariam que tivesse. É verdade que as taxas de filiação sindical caíram, mas esse dado pode não ser alarmante, tendo em vista as enormes mudanças em curso nos mercados de trabalho, fruto do crescimento econômico centrado nos serviços, e tendo em vista, também, a pequena importância da filiação como medida da representatividade dos sindicatos. Vejam-se, então, as dimensões desse paradoxo.

2 A AÇÃO SINDICAL EM NÚMEROS

Antes de mais nada, é útil lembrar que havia no Brasil, em 2013, pouco mais de dez mil sindicatos de trabalhadores com registro ativo no Ministério do Trabalho em Emprego (MTE), e quase cinco mil de empregadores. Havia, também, três mil entidades de trabalhadores com registros ainda por serem validados pelo MTE. Dos sindicatos ativos de trabalhadores, 75% eram filiados a uma das centrais sindicais existentes, e dos que eram filiados, 30% estavam na Central Única dos Trabalhadores (CUT), 22% na Força Sindical, 14% na Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NTSC) e outros 14% na União Geral dos Trabalhadores (UGT). Os demais se distribuíam por outras oito centrais sindicais.¹

* Diretor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

1. Dados em: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoTipo.asp>>. Acesso em: set. 2013.

O registro dos sindicatos no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), do MTE, voluntário por lei, acaba sendo compulsório para aqueles que pretendem acesso ao imposto sindical, já que decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de 2002 atribuiu ao ministério a faculdade de “zelar pela unicidade sindical” prevista na Constituição de 1988 (Cardoso e Lage, 2007). Além disso, a legislação de 2008 facultou o acesso das centrais sindicais a uma fatia (10%) do mesmo imposto, repartido entre elas segundo o número de sindicatos filiados. Isso estimulou o movimento de registro das entidades sindicais no mesmo sistema do MTE, no qual informam, também, a qual central se filiam. Mudanças no âmbito da lei, portanto, estimularam um novo processo de alinhamento do “mercado sindical” no país, fazendo com que a maioria dos sindicatos existentes se vinculasse a uma das centrais que disputam a lealdade das entidades de base. Ou seja, a disputa pelo imposto sindical tornou esse mercado ainda mais competitivo, com várias organizações mudando de mãos em eleições concorridas, fruto da competição entre as entidades de cúpula. Isso sempre ocorreu no país, mas o estrondoso crescimento da Força Sindical nos últimos anos, saltando de perto de 600 em 2001 para mais de 1.600 sindicatos em 2013, e o relativo esvaziamento da CUT, que perdeu entidades para centrais dissidentes e também para a Força Sindical, não podem ser explicados sem menção a essas mudanças legais, que passaram a orientar a ação estratégica das entidades de cúpula.² Nesse âmbito específico (movimentação de lideranças, alinhamentos políticos, disputas em eleições acirradas etc.) não se pode dizer que o sindicalismo brasileiro estivesse inerte.

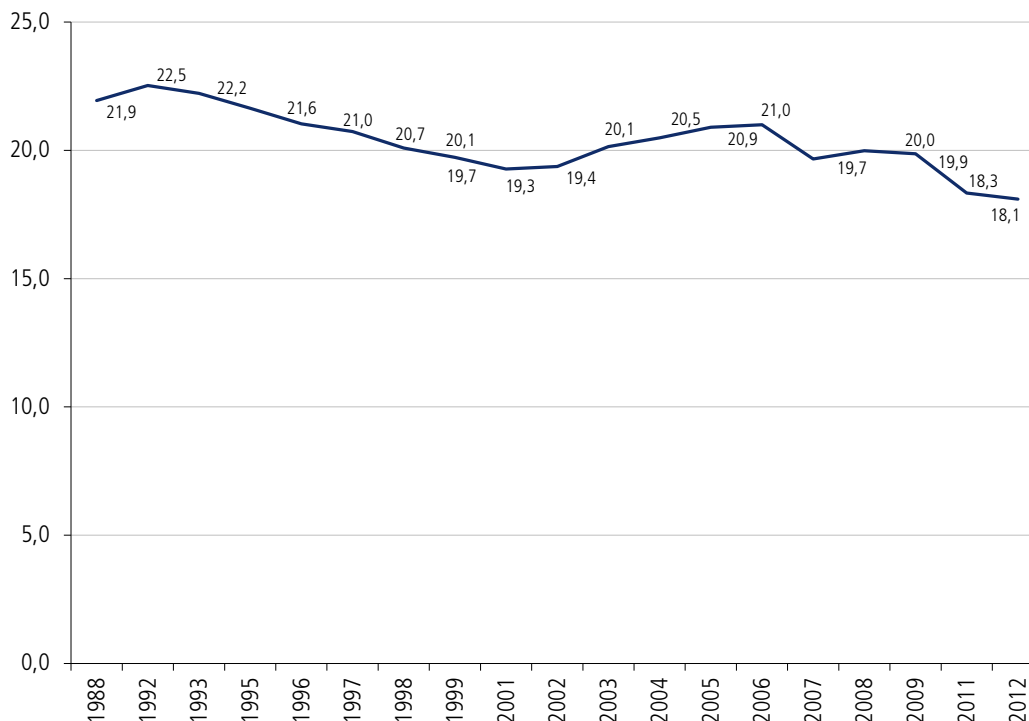
Pode-se ver, então, as dimensões da “crise”. Em primeiro lugar, ela se expressaria na queda das taxas de sindicalização. E, de fato, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2001, tomando-se a população assalariada adulta (pessoas de 18 anos ou mais, incluindo servidores públicos, domésticos e assalariados sem carteira, além dos assalariados com carteira, 19,3% eram filiados a sindicatos. Em 2006, a taxa tinha subido a 21%, tendo decrescido desde então, atingindo 18,1% em 2012. Trata-se da menor taxa registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na série histórica iniciada em 1988 (gráfico 1).

Contudo, considerando-se o total da população *ocupada* adulta, a taxa foi de 17,2% em 2012, a mesma registrada em 1988, auge do sindicalismo no país. E eram perto de dezesseis milhões os filiados na população ocupada adulta. Em termos absolutos, portanto, o número de filiados no Brasil ainda é muito alto, apesar da queda na taxa de filiação.

2. O dado para a Força em 2001 é do Censo Sindical do IBGE. Há indicações de que a gestão de Carlos Lupi no MTE, de 2007 a 2011, também teria contribuído para o crescimento da central, por meio de concessão de registros sindicais a entidades concorrentes nas bases da CUT e outras centrais. O ministro era presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), na época partido de Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical.

GRÁFICO 1

Brasil: Taxa de filiação sindical da população assalariada adulta – 18 anos ou mais (1988-2011)



Fonte: Microdados da PNAD.

Como sugere Rodrigues (2013), a queda teria sido maior, se não tivesse sido contra-arrestada pelo crescimento da sindicalização no campo, sobretudo entre os trabalhadores por conta própria e não remunerados. A taxa de filiação dos ocupados rurais foi de 27% em 2012, contra menos de 14% em 1988. É verdade que havia menos pessoas trabalhando no campo em 2012 do que em 1988 (12,8 milhões e 14,7 milhões, respectivamente), mas, como a taxa de adesão a sindicatos dobrou, os filiados eram 3,5 milhões em 2012, contra 2,4 milhões em 1988. Isso representou 22% *do total de filiados* em 2012, contra 14% em 1988. Vale notar que, em 1988, 69% dos filiados no campo eram trabalhadores por conta própria e não remunerados, contra 80% em 2012. O crescimento se deu, sobretudo, entre os pequenos produtores rurais, provavelmente em razão das regras para acesso ao financiamento da agricultura familiar, e não por uma diferencial propensão desses trabalhadores à sindicalização.

Pelas taxas de filiação, portanto, o que se vê é um movimento de relativo esvaziamento do sindicalismo urbano, com crescimento da filiação rural. E como esta queda recente coincide com o crescimento estrondoso do número de empregos formais de má qualidade (Pochmann, 2012), e também com o aumento nas taxas de rotatividade, não se pode assegurar que permanecerá nesse patamar no futuro, isto é, à medida que (e se) os novos empregos se tornarem menos instáveis. De todo modo, deve servir de alerta a tendência de queda na adesão aos sindicatos iniciada em 2006. Ainda que, como já foi mostrado em outros lugares, a filiação não seja indicador adequado de pujança do sindicalismo no Brasil, a queda nas taxas indica menor proximidade dos trabalhadores em relação às instituições que os representam compulsoriamente.³ Não se deve esquecer que apenas os filiados votam nas eleições sindicais. A queda na filiação pode significar, também,

3. Foi analisada a filiação sindical em Cardoso (1999; 2003; 2013, cap. V).

maior oligarquização da representação sindical, tema que será retomado na última seção.

Em segundo lugar, a crise estaria refletida na perda de capacidade para a ação coletiva. Ora, os dados disponíveis não corroboram essa percepção. Em 2012, ocorreram quase 900 greves no país, 53% das quais em empresas privadas, sendo 330 na indústria, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).⁴ Foi o maior volume de greves em dezesseis anos (isto é, desde 1997). E ainda, segundo o Dieese, 75% das greves podem ser consideradas vitoriosas, já que tiveram as reivindicações atendidas no todo ou em parte, e em 34% dos casos as negociações prosseguiriam após a greve.⁵ É claro que as greves já não têm o impacto político dos anos de renascimento do sindicalismo entre nós, mas elas não estão ausentes do cenário das lutas sindicais, e não são nem ineficazes nem inexpressivas, como mostram esses dados do Dieese. O que ele perdeu (e apenas em parte) foi seu caráter *expressivo* de elemento da síndrome de determinantes que consolidou a identidade do movimento sindical no país nos anos 1980. Um elemento que, para se fazer valer, precisou mostrar-se com estardalhaço na cena pública, que era também uma arena de disputa política sobre os destinos da nação, os quais estavam sendo jogados a todo momento nos meandros da transição do autoritarismo. As greves, hoje, têm caráter sobretudo *instrumental*, por estarem voltadas para dar respaldo às negociações coletivas. E têm sido eficazes nesse aspecto, visto que, ao menos em termos salariais, as negociações têm sido exitosas.

Os sindicatos tampouco perderam a capacidade de negociação coletiva. O último dado disponível sobre o tema, de 2008, revela que foram realizados mais de 32 mil acordos e convenções coletivas, total depositado no MTE. Não há razão para imaginar que a cifra tenha diminuído desde então, numa situação de retomada do ímpeto grevista. O volume de eventos de negociação é, como se vê, portentoso. Isso quer dizer mobilização regular de energias de dirigentes sindicais e seus advogados em todo o país, bem como de sindicatos patronais e diretorias de recursos humanos das empresas, na negociação de acordos e convenções que regerão a vida dos milhões de trabalhadores representados, mesmo que eles não tenham notícia disso, já que a representação é compulsória e as taxas de filiação, baixas. A negociação coletiva é ainda mais invisível do que as greves instrumentais, mas seu exercício regular expõe um aspecto que costuma passar despercebido pelos analistas: a lei brasileira *exige* a negociação coletiva e, enquanto for assim, haverá sindicatos ativos negociando condições contratuais para seus representados.

E, uma vez mais segundo o Dieese, que publica regularmente um balanço das negociações coletivas no Brasil, desde pelo menos 2008, 80% ou mais das categorias negociaram reajustes salariais acima da inflação, proporção que atingiu quase 95% das negociações em 2012.⁶ Na verdade, desde 2005 a proporção de acordos que superaram a inflação esteve sempre acima de 70%, e acima de 80% na maioria das vezes.

Por esses dados, a ação sindical, embora “invisível” (porque não provoca a mesma comoção de outros tempos), parece bastante eficaz, além de disseminada por todo o país, e em todos os setores econômicos, ainda segundo a mesma fonte.

4. Dados em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>>

5. Idem, p. 19.

6. Dados em: <<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2012/estPesq64BalNegoc2012.pdf>>

3 COOPTAÇÃO

Outra crítica ao sindicalismo sustenta que ele teria sido cooptado pelo governo na era Lula. Viu-se que o sindicalismo vai muito bem ali onde ele é convocado cotidianamente (a relação com os patrões). Nesse âmbito, não se pode dizer que tenha sido “cooptado”. O termo se refere, antes, às lideranças maiores do movimento, em especial as centrais sindicais, que teriam deixado de operar como centros de construção de identidades e projetos de transformação social.

Parece um erro considerar que a CUT ou a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB, dissidência da CUT ligada ao Partido Comunista do Brasil, PCdoB) foi “cooptada”. Bem ao contrário: o projeto político alimentado pela CUT, ou pelas facções majoritárias da central, chegou ao poder em 2003. Lula levou consigo algumas centenas de lideranças cutistas, colocadas em postos estratégicos de gestão do Estado. Não se refere aqui apenas aos canais de participação criados pela Constituição de 1988 (como os vários conselhos consultivos ou deliberativos que hoje povoam o aparato estatal), ativados de forma sem precedentes sob Lula e que incluíram também as outras centrais, além das confederações pelegas. A referência é propriamente à gestão do Estado, aos postos ocupados na administração direta e indireta por Antônio Palocci, Luís Marinho, Luís Gushiken, Jaques Wagner, Wilson Santarrosa, Ricardo Berzoini, Jair Meneguelli. Pode-se gastar muita tinta nomeando as pessoas que ocuparam os vários escalões do poder de Estado egressas da CUT, que teve inclusive seu Departamento de Segurança Patrimonial (DESEP) esvaziado pela nomeação de vários de seus técnicos para os segundo e terceiro escalões do MTE. Sem contar que 44 dos 91 deputados federais eleitos em 2002 pelo PT tinham origem no movimento sindical (Lucca, 2011). A CUT não foi cooptada pelo governo. Ela chegou ao poder com Lula, e tornou-se um importante manancial de novas elites, agora de extração popular, com lastro no mundo do trabalho, aptas à gestão do Estado capitalista.

Considera-se um equívoco, portanto, que se trate como cooptação ou crise do sindicalismo uma história de sucesso de um projeto político. Pode não se gostar dele, pode-se criticá-lo como capitulação ou conservadorismo, como “traição” às esquerdas ou mesmo aos trabalhadores, mas essa crítica não leva em conta o fato de que a utopia brasileira, a utopia real, vivida por gerações sucessivas, foi e segue sendo a utopia do trabalho assalariado regulado pelo Estado, veículo de precária segurança ontológica e frágil segurança socioeconômica, mas ainda assim melhor do que as alternativas disponíveis. Lula foi a encarnação dessa utopia, prevista num velho discurso de Getúlio Vargas, proferido em 1954, no qual dizia: “hoje vocês [trabalhadores] estão com o governo. Amanhã vocês serão o governo”. Esse projeto cumpriu, finalmente, a utopia varguista da gestão do capitalismo *pelos* trabalhadores, mesmo que isso não se faça, como aliás queria Vargas, *para* os trabalhadores, mas sim para criar condições favoráveis à acumulação, dando à ordem burguesa trilhos menos turbulentos sobre os quais prosperar.

4 UM FUTURO PARA O SINDICALISMO?

O projeto político que uniu CUT e PT nos anos 1980 cumpriu a utopia varguista da gestão do capitalismo pelo trabalho organizado, cinquenta anos depois de formulada. Os trabalhadores “são o governo”. É claro que, num presidencialismo de coalizão, estar no

comando do governo não confere poderes irrestritos. Muito da agenda daquele projeto político não pôde se materializar em políticas públicas, nem mesmo timidamente.⁷ Parte dos dilemas atuais do sindicalismo decorre disso.

Em primeiro lugar, é difícil para os membros de uma coalizão vitoriosa de forças políticas e sociais voltar-se contra os mecanismos que permitiram seu acesso ao poder de Estado. Não parece lógico esperar que lideranças sindicais, que tiveram na estrutura herdada de Vargas e apenas parcialmente reformada em 1988 seu berço e terreno onde vicejar, trabalhem para mudar a legislação. Abrir a discussão sobre isso significa inaugurar um ambiente de incerteza quanto ao futuro do ordenamento sindical e dos direitos do trabalho, que essas lideranças estão pouco dispostas a avaliar.

Em segundo lugar, e relacionado com isso, pela Constituição de 1988, a negociação coletiva é obrigatória no Brasil. Logo, sem reforma constitucional, os sindicatos continuarão a ter existência legal obrigatória, tornando legítima a demanda por uma forma regular e também obrigatória de financiamento – como o imposto sindical –, e, com isso, dificultando sua extinção. As centrais sindicais, por sua vez, para terem acesso ao imposto precisam filiar esses sindicatos, e essa legislação é recente. Ela, na verdade, assegura um mecanismo duradouro e regular de financiamento de elites sindicais aptas à ação política e, eventualmente, à gestão do Estado, sempre que forças políticas ligadas aos sindicatos chegarem ao poder, nas várias instâncias federativas. Logo, dificilmente será mudada ou combatida pelas forças hoje no comando do governo federal.

Em terceiro lugar, o direito do trabalho é muito flexível no Brasil, como as pesquisas econômicas não se cansam de mostrar. O problema da competitividade das empresas não parece repousar nos custos do trabalho, mas sim, e sobretudo, na taxa de câmbio, que torna o trabalho por aqui mais caro *vis-à-vis* os países com níveis semelhantes de produtividade, como o México, a Argentina ou mesmo a China. Não fosse o caso, a pressão dos empresários por mudanças mais profundas na legislação trabalhista seria muito mais dura do que de fato é.⁸ Como aos trabalhadores tampouco interessam mudanças substanciais nessa área, dificilmente o tema entrará na agenda decisória, enquanto a coalizão hoje (2013) no poder conseguir se reproduzir nele.

A combinação dessas estruturas, algumas delas constitucionais, torna muito difícil mexer na estrutura sindical e trabalhista, cujo ordenamento gerou e continua gerando interesses profundos em sua perpetuação (e nem se mencionou a Justiça do Trabalho e os milhões de agentes de um modo ou de outro ligados à operação do direito do trabalho). Esse ordenamento favorece a manutenção e mesmo o aumento da fragmentação da representação sindical na base, aliados ao crescimento concomitante das centrais sindicais. Deve aumentar a competição entre elas, em razão do aprofundamento de sua politização, agora financiada de forma regular pelo imposto sindical. Isso deve ocorrer mesmo num ambiente de baixa filiação sindical, já que esta não é necessária para que a estrutura que reproduz as lideranças sobreviva e prospere. É possível haver sindicatos com poucos ou

7. É o caso, por exemplo, da reforma sindical, objeto de intensas negociações no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), sepultado pelo escândalo do “mensalão” em 2005. Ver o artigo de Almeida (2007), um dos poucos que se debruçaram sobre a experiência frustrada do FNT.

8. A “Agenda Legislativa da Indústria”, documento que torna públicos os interesses da CNI no Congresso Nacional, trazia, em 2011, apenas quatro temas relacionados aos direitos do trabalho, dentre vinte outros prioritários. Os principais se referiam às terceirizações, jornada de trabalho e restrições a despedidas de trabalhadores. Elementos, portanto, centrais na flexibilização do uso do trabalho, mas que continuam enfrentando resistências no Congresso. Ver: <<http://agendalegislativa.cni.org.br/portal/main.jsp?lumChannelId=FF8080812ED8ED4E012EE2EC6D386E8E>>

mesmo sem filiados, que negociam coletivamente em nome das bases que legalmente representam, e alimentam o sistema como um todo com lideranças e militantes.

O risco maior desse arranjo é a oligarquização crescente do movimento, por meio do controle cada vez maior, pelas centrais sindicais, desses mecanismos de reprodução de quadros. De posse de recursos financeiros polpudos (10% do imposto sindical são divididos entre cinco centrais sindicais, enquanto 60% são divididos entre mais de dez mil sindicatos), elas tendem a ser a força mais importante nas eleições sindicais, disputando de forma renhida as direções dos sindicatos existentes e forçando a criação de novos sindicatos, ali onde não consigam vencer uma central rival. As baixas taxas de filiação são a forma mais segura de controlar as eleições, ou de restringi-las a eleitores confiáveis, reduzindo assim o risco de perda das entidades, cujo controle garante acesso ao imposto sindical. Fecha-se, dessa maneira, um círculo de interesses investidos cuja consequência é maior fragmentação (sindicatos menores, mas em maior número), que enfraquece a representação de base ao passo que fortalece os organismos de cúpula. E são eles que têm assento nos mecanismos decisórios criados pela Constituição de 1988, assim como são eles que falam em nome dos trabalhadores na esfera pública.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gelson R. O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical. *Katálysis*, v. 10, n. 1, p. 54-64, 2007.

CARDOSO, Adalberto. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CARDOSO, Adalberto; LAGE, Telma. **As normas e os fatos**. Desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

LUCCA, Juan Bautista. **Estudio comparado de la identidad partidaria-sindical durante el gobierno de Lula da Silva (Brasil, 2003-2006) y de Néstor Kirchner (Argentina, 2003-2007)**. 2011. Tese (Doutorado) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2011.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

RODRIGUES, Iram Jácome. Para onde foram os sindicatos? Alguns dados para reflexão. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 37., 2013, Águas de Lindoia, São Paulo. **Anais...** Águas de Lindoia: ANPOCS, 2013.

SINDICATOS NO BRASIL HOJE: DILEMAS APRESENTADOS PELA SINDICALIZAÇÃO

André Gambier Campos*

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem por foco a organização coletiva do trabalho, que ocorre por meio da associação de trabalhadores a sindicatos.¹ Nos anos 1990, devido a eventos ocorridos na economia brasileira, esta associação enfrentou uma crise expressiva. As bases sindicais contraíram-se (ou seja, reduziram-se) e, ao mesmo tempo, tornaram-se mais rarefeitas. Nos anos 2000, apesar de a economia ter colaborado bastante, a associação dos trabalhadores aos sindicatos não avançou significativamente.

Com efeito, os anos 2000 registraram um descolamento entre as dinâmicas laboral e sindical. Por um lado, a primeira avançou mediante a criação de milhões de novos empregos, na esteira dos eventos ocorridos na economia. Por outro, a segunda não progrediu – ou, ao menos, não tanto quanto poderia –, pois os sindicatos alcançaram apenas uma fração dos trabalhadores ocupantes desses novos empregos. Ou seja, as bases sindicais se ampliaram, mas raramente se adensaram.

O que poderia estar por trás desse descompasso entre as dinâmicas laboral e sindical nos anos 2000? O que poderia explicar a rarefação das bases, apesar de sua ampliação concomitante? A fim de esboçar algumas respostas a estes questionamentos este texto levanta algumas hipóteses, situadas em três campos de discussão. O primeiro é o da economia, em que a atuação dos sindicatos encontra ressonância limitada. O segundo é o da demografia/sociedade. Por fim, o terceiro é o da política, no qual os sindicatos têm mais possibilidades de atuação, e de encontrar ressonância efetiva.

2 SINDICATOS NOS ANOS 1990

Se os anos 1980 evidenciaram o ressurgimento dos sindicatos como atores relevantes na esfera pública (Abramo, 1986; Maroni, 1982; Sader, 1988; Telles, 1985) os anos 1990 apontaram no sentido inverso. Por questões vinculadas às transformações da estrutura

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <andre.campos@ipea.gov.br>.

1. Ressalte-se que, ao analisar a associação de trabalhadores, este texto concentra-se em alguns tipos específicos, como aqueles: *i*) que trabalham em empresas privadas, situadas na indústria de transformação; e *ii*) que são contratados por meio de vínculos de trabalho assalariado e formalizado, segundo os parâmetros vigentes na regulação laboral. Em boa medida, esses trabalhadores correspondem àqueles que, a partir do final dos anos 1970, mobilizaram-se e trouxeram os sindicatos de volta à esfera pública brasileira. Os exemplos podem ser vários, destacando-se os trabalhadores metalúrgicos, os petroleiros e os químicos, entre outros.

econômica (Cano, 2000; Castro, 1995; Cruz, 2007; Fiori, 2004; Hirata, 1993; Toledo, 2000), bem como às dificuldades da conjuntura econômica, os coletivos de trabalhadores passaram a se defrontar com desafios em sua organização e também em sua atuação.

Mencione-se que esses desafios já foram estudados sob diversas óticas e estão vinculados ao chamado processo de informalidade (Cacciamali, 2000). No âmbito laboral, esse processo incluiu a elevação do desemprego, a multiplicação de tipos de contrato, a contratação de trabalho sem observância das regras laborais, a subcontratação do trabalho por meio de contratos civis ou comerciais, a expansão do trabalho em pequenos empreendimentos.

Já no âmbito sindical, esses problemas relacionados ao processo de informalidade fizeram com que os sindicatos assistissem à contração e à rarefação de suas bases de apoio, por meio dos seguintes mecanismos (Cardoso, 1999, 2003; Ernst, 2003; Hyman, 1996; Pries e Dombois, 1998): *i*) o desemprego fez com que diversos grupos de trabalhadores deixassem de pertencer às bases dos sindicatos; *ii*) a redução do assalariamento ou, de modo alternativo, a sua ampliação em pequenos empreendimentos também fez com que vários grupos deixassem as bases sindicais (enraizadas nos maiores empreendimentos); *iii*) a crise dos empreendimentos industriais (particularmente afetados pelas transformações da estrutura econômica nos anos 1990) incidiu sobre diversos grupos que, tradicionalmente, integravam as bases dos sindicatos mais fortes; *iv*) o deslocamento de empreendimentos pelo território (rumo a *green fields*) também fez com que diversos grupos de trabalhadores deixassem de pertencer às bases sindicais (enraizadas nos chamados *brown fields*); *v*) mesmo quando o assalariamento se manteve, a implantação de novas formas de produção (ohnistas, toyotistas etc.) implicou uma reorganização e, frequentemente, uma fragmentação das bases dos sindicatos (por conta da multiplicação dos tipos de contratos laborais, das condições de trabalho, dos tipos de remuneração, dos tipos de garantias etc.); *vi*) a implementação dessas novas formas de produção, especialmente sensíveis a descontinuidades nos processos produtivos, resultou em uma disputa renovada e acentuada pela lealdade dos trabalhadores, entre as empresas e os sindicatos (e, em não raros casos, estes últimos saíram perdendo); e *vii*) mesmo quando o assalariamento se manteve, a diminuição da remuneração do trabalho fez com que os recursos financeiros à disposição dos sindicatos diminuíssem (prejudicando, desse modo, sua capacidade de organização e atuação).

Em suma, devido a mudanças ocorridas na estrutura e na conjuntura econômica, os anos 1990 presenciaram o que se denominou processo de informalidade. Tal processo teve implicações no âmbito laboral e sindical, entre as quais se destacaram, respectivamente, a contração e a rarefação das bases dos sindicatos de trabalhadores. E, por conta dessas implicações, tais sindicatos passaram a enfrentar múltiplos e variados desafios, tanto em sua organização como em sua atuação (Alves, 2005; Cardoso, 1999, 2003).

3 SINDICATOS NOS ANOS 2000

Se os números sobre o emprego e a sindicalização indicam as dificuldades enfrentadas pelos sindicatos nos anos 1990, nos anos 2000 apontam em sentido contrário – ao menos no que se refere aos números sobre o emprego. Em toda a economia, inclusive na indústria de transformação, a quantidade de ocupações assalariadas aumentou de modo relevante até 2011. E o curioso é que a sindicalização praticamente não acompanhou esse aumento, fenômeno que se torna visível quando observado sob a perspectiva relativa (ou seja, sob a perspectiva da taxa de sindicalização).

No que diz respeito aos números sobre o emprego, apesar de eles indicarem que a estrutura e a conjuntura econômicas tiveram efeitos mais positivos sobre a dinâmica laboral nos anos 2000, tais impactos não parecem ter alcançado inteiramente a dinâmica sindical. Analisada sob a ótica relativa, que leva em conta a taxa de sindicalização, esta última não apresentou um avanço, mas sim um recuo – especialmente no que tange aos sindicatos que estão no foco principal deste texto: os da indústria de transformação (sindicatos metalúrgicos, químicos etc.).²

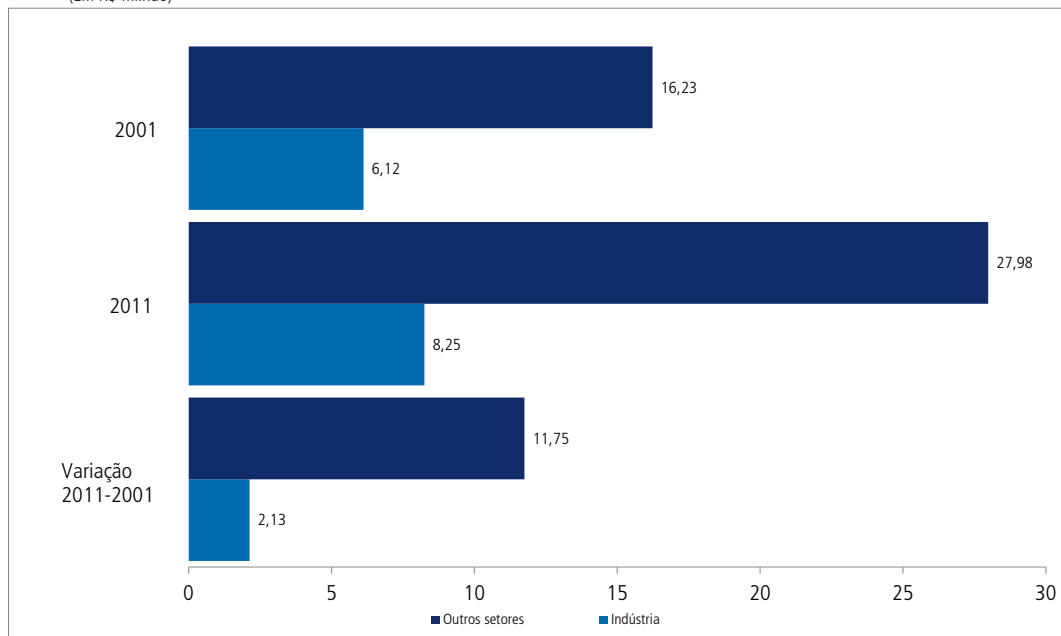
Como explicações para a dinâmica laboral, a literatura aponta para uma série de mudanças na estrutura da economia nos anos 2000, situadas no plano macro e, com frequência, associadas ao Estado. Elas responderam, em alguma medida, pela constituição de um novo modelo de acumulação no Brasil, distinto daquele verificado nos anos 1990 (Baltar *et al.*, 2010; Barbosa, 2011; Berg, 2011; Berg e Tobin, 2011; Cacciamali, 2010, 2011; Cacciamali e Cury, 2012; Cacciamali, Bobik e Celli Júnior, 2012; Cardoso Júnior, 2007; Fiori, 2006; Marinakis, 2011; Medeiros, 2006; OIT, 2010; Pinto, 2013).

Em termos de conjuntura, talvez se possa dizer que as mudanças na estrutura econômica fizeram com que a dinâmica do produto interno bruto (PIB) se mostrasse mais positiva ao longo dos anos 2000,³ tendo isso um impacto, também, positivo sobre a dinâmica laboral, na qual se destacou principalmente o avanço do assalariamento.

No conjunto da economia (com exceção da indústria), entre 2001 e 2011, o número de empregados foi de 16,23 milhões para nada menos que 27,98 milhões. Isso significou um crescimento de 11,75 milhões em termos absolutos e de 72,4% em termos relativos (gráfico 1).

GRÁFICO 1

Brasil: emprego e variação do emprego, privado e registrado, na indústria de transformação e em outros setores econômicos (2001-2011)
(Em R\$ milhão)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).

2. A respeito das várias controvérsias em torno da taxa de sindicalização, em especial, se ela consiste em bom indicador de força da organização e da atuação sindical no caso brasileiro, ver Martins (1989), Rodrigues (1979), Cardoso (1999, 2003) e Cardoso, Comin e Campos (1997).

3. Ressalte-se que outras mudanças, não relacionadas à esfera da economia, mas sim à da demografia, da sociedade e da política, também são apontadas pela literatura já citada como “concausas” da dinâmica econômica e laboral durante os anos 2000.

Na indústria como um conjunto, o número de empregados passou de 6,12 milhões em 2001 para 8,25 milhões em 2011. Isso representou um aumento de 2,13 milhões em termos absolutos e de 34,8% em termos relativos – percentual que se mostrou significativo, comparado com o visto nos anos 1990 (gráfico 1).

Ainda considerando o setor indústria, o assalariamento avançou em quase todos os seus treze segmentos, destacando-se os de: *i*) têxteis, vestuários, couros e calçados; *ii*) alimentos, bebidas e fumo; *iii*) materiais químicos (derivados de petróleo, gás, álcool etc.); *iv*) materiais e equipamentos de transporte; *v*) máquinas e equipamentos industriais; e *vi*) materiais siderúrgicos e metalúrgicos.

Em resumo, tratando-se da dinâmica laboral, registrou-se um avanço marcante no assalariamento ao longo dos anos 2000, contrariamente ao que se verificou nos anos 1990. Seja na indústria, seja na economia mais ampla, um grande número de empregos foi criado, resultando em uma ampliação equivalente das bases dos sindicatos de trabalhadores.

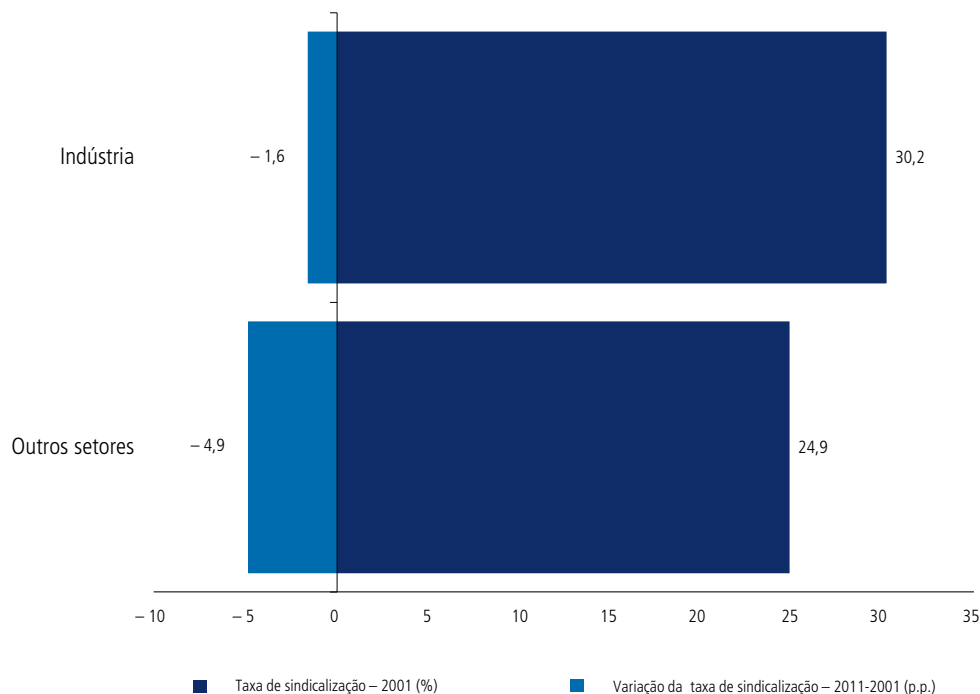
Isso esteve vinculado às mudanças ocorridas no período, que alteraram a estrutura da economia e se refletiram em sua conjuntura. Entre 2001 e 2011, o PIB cresceu mais e de maneira mais equilibrada e estável. A dinâmica laboral beneficiou-se claramente disso, ainda que a sindical, não. Na verdade, chama a atenção o descolamento entre ambas as dinâmicas, com as bases dos sindicatos se ampliando, mas não necessariamente se tornando mais densas.

Na economia como um conjunto (com exceção da indústria), a taxa de sindicalização encolheu de 24,9% para 20,0% – uma oscilação de -4,9 pontos percentuais (p.p.). Já no conjunto da indústria, essa taxa diminuiu de 30,2% para 28,6% entre 2001 e 2011 – uma variação de -1,6 p.p. (gráfico 2).

GRÁFICO 2

Brasil: taxa de sindicalização dos empregados (2001) e variação da taxa de sindicalização dos empregados, na indústria de transformação e em outros setores econômicos (2001-2011)

(Em % e p.p.)



Fonte: PNAD/IBGE.

Dentre os treze segmentos da indústria, nada menos que nove exibiram diminuição na taxa de sindicalização no período, contra apenas quatro que mostraram aumento. Ou seja, nos anos 2000, as bases dos sindicatos quase sempre se ampliaram. Mas, de forma concomitante e frequente, elas se rarefizeram.

Este foi o caso, inclusive, dos segmentos que contavam com algumas das taxas de sindicalização mais elevadas em 2001: *i)* extração de petróleo e gás; *ii)* materiais e equipamentos de transporte; *iii)* máquinas e equipamentos industriais; e *iv)* materiais siderúrgicos e metalúrgicos.

Em outros segmentos, as bases dos sindicatos se adensaram, com destaque para: *i)* materiais e equipamentos diversos (que, nos anos 2000, foi o único a sofrer contração do número de trabalhadores em sua base); *ii)* alimentos, bebidas e fumo; e *iii)* materiais jornalísticos, editoriais e gráficos. De toda forma, esses segmentos, em que os sindicatos conseguiram adensar suas bases, mostraram-se bastante minoritários na indústria.

4 ALGUMAS HIPÓTESES

Enfim, com enfoque principalmente na indústria, o que poderia explicar esse descompasso entre a dinâmica laboral e a sindical? Por que, apesar de se ampliarem (com maior número de trabalhadores as integrando), as bases sindicais se tornaram mais rarefeitas na maior parte dos segmentos industriais? Nos anos 1990, o fenômeno da rarefação podia ser mais compreensível, dado o acontecimento simultâneo da contração das bases. Mas, nos anos 2000, não parece haver explicação evidente para isso, ainda que existam algumas hipóteses, situadas em três campos de discussão.

O primeiro é o da economia, em que a atuação dos sindicatos encontra ressonância limitada, tendo em vista que este é dominado pelo Estado (em sua esfera federal) e pelas empresas. O segundo é da demografia/sociedade. Por fim, o terceiro é o da política, no qual os sindicatos têm maiores possibilidades de atuação, e de encontrar ressonância efetiva.

No campo da economia, as hipóteses a serem levantadas para a ausência de avanço na dinâmica sindical nos anos 2000 estão associadas à continuidade do modelo que, em âmbito *micro*, dominou a indústria brasileira a partir dos anos 1990.

Está se falando de fenômenos como: *i)* a desverticalização/terceirização dos processos produtivos das empresas; *ii)* o deslocamento das unidades pelo território (nacional, regional ou mesmo mundial); *iii)* a implantação de novas organizações dos processos (ohnismo, toyotismo etc.); e *iv)* a ampliação do controle sobre as atividades produtivas pelas empresas, excluindo os trabalhadores dessa seara.

Esses fenômenos começaram a ser registrados no Brasil durante os anos 1990. E implicaram obstáculos vários para a organização e a atuação sindical, que foram colocadas na berlinda desde então. A literatura demonstra que, dentre outros desdobramentos, isso tendeu a afetar a filiação aos sindicatos, fenômeno aqui destacado (Castro, 1995; Hirata, 1993; Toledo, 2000).

Se, nos anos 2000, a economia brasileira avançou com base nesse mesmo modelo, calcado na desverticalização, na realocação e na reorganização produtiva, não seria inusitado se os sindicatos continuassem a enfrentar dificuldades para se organizar e atuar, sendo elas refletidas nas dificuldades em afiliar um número maior de trabalhadores.

O segmento de materiais/equipamentos de transporte, que sempre contou com elevada filiação sindical, talvez seja um exemplo. Nos anos 2000, as manufaturas antigas continuaram a passar por um extenso e profundo ajuste produtivo, que incluiu diversos dos fenômenos citados – como desverticalização e reorganização. Em paralelo, novas manufaturas surgiram no país, já sob o figurino da produção ohnista/toyotista, em localidades tipicamente *green field*. É possível que isso tenha dificultado a filiação de um maior número de trabalhadores nesse segmento.

No campo da demografia/sociedade, as hipóteses aventadas para a falta de avanço na dinâmica sindical nos anos 2000 estão vinculadas ao perfil dos trabalhadores, considerado em termos adscritos (tratando-se de atributos como idade, sexo e cor), adquiridos (atributos como escolarização, área de residência e migração) e, também, ocupacionais (atributos como porte do estabelecimento, tempo de ocupação e remuneração dos trabalhadores).

Pode ser que a dinâmica laboral dos anos 2000, caracterizada pela criação de uma quantidade expressiva de novos empregos, tenha feito com que quantidade semelhante de trabalhadores conseguisse, pela primeira vez em suas vidas, assumir um vínculo assalariado. Desse modo, a filiação a sindicatos pode ser um fenômeno inédito para esse contingente, que pode não enxergar claramente vantagens nesse ato, do ponto de vista individual ou mesmo coletivo.

Alguns indícios que podem sustentar tais hipóteses são encontrados na literatura (Cardoso, Comin e Campos, 1997), que afirmam que trabalhadores jovens e/ou com pouco tempo de vínculo assalariado têm menores chances de sindicalização. E é provável que justamente esse grupo tenha aumentando sua participação no total do emprego nos anos 2000, na esteira das novas vagas criadas.

Por fim, no campo da política, as hipóteses a serem levantadas para a falta de avanço na dinâmica sindical estão relacionadas à possibilidade de “conformação” a determinados aspectos da regulação sindical. Esta última, com uma extensa história corporativa, foi desafiada pelos sindicatos que passaram a ocupar a esfera pública desde o final dos anos 1970. Por meio da atuação em inúmeras greves, da organização nos locais de trabalho, do embate com o ministério e a justiça laboral, da criação de uma central e de um partido político, entre vários outros meios, tais sindicatos contestaram a regulação sindical instituída no Brasil.

É verdade que, a partir dos anos 1990, parcela da literatura questionou em que medida essa regulação foi efetiva e concretamente posta em xeque – perguntando se, na verdade, ela não serviu à organização e à atuação dos próprios sindicatos (Boito Júnior, 1991, 1994). Entre outras coisas, afirmou-se que a utilização do aparato típico do corporativismo pode ter explicado, ao menos em parte, a rápida reorganização dos sindicatos de trabalhadores após o regime militar (com todos os eventos associados, como a criação de uma central e de um partido político).

Seja como for, nos anos 2000, outra fração da literatura questionou se os sindicatos não se encontravam plenamente adaptados à regulação sindical corporativa – incluindo aqueles que haviam se rebelado contra ela cerca de vinte anos antes (Oliveira, 2003). Afirmou-se que, com o partido político já mencionado assumindo o controle do Estado em âmbito federal após 2002, essa situação acentuou-se ainda mais, com vários representantes das organizações oriundas de 1978 assumindo posições relevantes no aparato de regulação sindical.

De acordo com essa literatura, nos anos 2000, os sindicatos demonstraram pouca atenção a aspectos importantes de sua organização/atuação, como a alteração de seu sistema de custeio, a mudança de sua organização territorial, a alteração de sua sistemática de negociação, a mudança de sua organização nos locais de trabalho e, ademais, a ênfase em uma aproximação com os trabalhadores de suas bases (o que se reflete, ao menos em parte, na afiliação acima examinada).

Especialmente após 2002, ainda segundo essa literatura, os sindicatos concentraram sua atenção em outros aspectos, que se traduziram essencialmente em uma aproximação com o Estado. Entre eles, mencione-se a participação de representantes sindicais na administração de empresas estatais e de fundos também estatais. Dessa maneira, em certa medida, a filiação dos trabalhadores situados nas bases não esteve propriamente no foco dos sindicatos ao longo do período.

Em resumo, essas são apenas algumas hipóteses, situadas em campos distintos, para tentar explicar o descolamento entre a dinâmica laboral e a sindical nos anos 2000. Enquanto a primeira avançou, com novos trabalhadores incorporados ao assalariamento, a segunda não (ao menos não na mesma medida), pois os sindicatos não conseguiram alcançar esses trabalhadores (ou até mesmo não se preocuparam em fazer isso).

Tal fato significou que a fragilidade dos sindicatos, própria dos anos 1990, não pareceu inteiramente “superada” nos 2000. Apesar de a macroeconomia ter colaborado, a microeconomia e a política não fizeram o mesmo. Ainda que a política tenha sido a esfera de maiores possibilidades de atuação dos sindicatos, seja quanto à macro (referente às suas relações com o Estado), seja quanto à micropolítica (em suas relações com as bases sindicais).

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. **O resgate da dignidade**: a greve de 1978 em São Bernardo. 1986. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BALTAR, Paulo *et al.* **Trabalho no governo Lula**: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. Berlim: Global Labour University, 2010.
- BARBOSA, Alexandre. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. *In*: LEÃO, Rodrigo; PINTO, Eduardo; ACIOLY, Luciana (Org.). **A China na nova configuração global**: impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011.
- BERG, Janine. Laws or luck? Understanding rising formality in Brazil in the 2000s. *In*: MCCANN, Deirdre; LEE, Sangheon. **Regulating for decent work**: new directions in labour market regulation. London: Palgrave-Macmillan; Genève: ILO, 2011.
- BERG, Janine; TOBIN, Steven. Income-led growth as a crisis response: lessons from Brazil. *In*: ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **The global crisis**: causes, responses and challenges. Genève: ILO, 2011.
- BOITO JÚNIOR, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. *In*: BOITO JUNIOR, Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- _____. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 23-28, 1994.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e sociedade**, Campinas, n. 14, p. 153-174, 2000.

_____. Crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho formal e distribuição de renda do trabalho: a primeira década do século XXI. **Trabalho em questão**, Salvador, n. 86, p. 43-58, 2010.

_____. Brasil: un caso reciente de crecimiento económico con distribución de renta. **Revista de estudios empresariales**, Jaén, v. 1, p. 46-64, 2011.

CACCIAMALI, Maria Cristina; BOBIK, Márcio; CELLI JÚNIOR, Umberto. Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 91-110, maio 2012.

CACCIAMALI Maria Cristina; CURY, Eduardo. **O crescimento do emprego formal com distribuição de renda na América latina persistirá?** São Paulo, FEA/USP, 2012. Mimeografado.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Adalberto Moreira; COMIN, Álvaro Augusto; CAMPOS, André Gambier. As bases sociais do sindicalismo metalúrgico: rumo a um “novo sindicalismo”? *In*: ARBIX, G. (Org.). **De JK a FHC: 40 anos de indústria automobilística no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1997.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília: Ipea, 2007.

CASTRO, Nádyra Araújo (Org.). **A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CRUZ, Sebastião Velasco. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

ERNST, C. Reformas económicas y su impacto socio-laboral en los años noventa: análisis comparativo – Argentina, Brasil y Chile. **Cadernos Prolam/USP**, São Paulo, ano 2, v. 2, n. 3, p. 6-33, 2003.

FIORI, José Luis. **O vôo da coruja: para reler o desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Sistema mundial e América Latina: mudanças e perspectivas. **Projeto de história**, São Paulo, n. 32, p. 55-77, jun. 2006.

HIRATA, Helena (Org.). **Sobre o “modelo” japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho**. São Paulo: Edusp, 1993.

HYMAN, Richard. Los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera. **Revista Latinoamericana de estudios del trabajo**, Buenos Aires, ano 2, n. 4, p. 10-28, 1996.

MARINAKIS, Andrés. Explaining Latin America’s robust recovery from the crisis. *In*: ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **The global crisis: causes, responses and challenges**. Genève: ILO, 2011.

MARONI, Amnéris. **A estratégia da recusa: análise das greves de maio de 1978**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, Heloísa de Souza. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização asiática. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 26, n. 3, p.381-400, jul. 2006.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Brasil: uma estratégia inovadora alavancada pela renda**. Brasília: OIT, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PINTO, Eduardo. América Latina na primeira década do século XXI: “efeito China” e crescimento com inclusão. *In*: OICHDPP. **Estudos e análises**. OICHDPP: Brasília, 2013.

PRIES, Ludger; DOMBOIS, Rainer. ¿Un huracán devastador o un choque catalizador? Globalización y relaciones industriales en Brasil, Colombia y México. **Revista latinoamericana de estudios del trabajo**, Buenos Aires, ano 4, n. 8, p. 59-87, 1998.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1979.

SADER, Éder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo entre 1970-1980**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 1988.

TELLES, Vera. **A experiência do autoritarismo e as práticas instituintes: os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70**. 1985. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

TOLEDO, Enrique de la Garza. Las teorías sobre la restructuración productiva y América Latina. *In*: TOLEDO, Enrique de la Garza (Org.). **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo**. México (D. F.): El Colegio de México, 2000.

NOTA SOBRE O CUSTO UNITÁRIO DO TRABALHO NO BRASIL*

Pedro Henrique de Silva de Mello**
Fernando de Holanda Barbosa Filho***

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a economia do Brasil tem perdido competitividade com relação a outros países, fenômeno exaltado pelos mais diversos estudiosos do assunto. Apesar disso, pouco se fala sobre os impactos que a perda de produtividade brasileira tem no nível regional. O objetivo desta nota é avaliar a evolução da competitividade no Brasil e nas suas regiões. Nessa linha de raciocínio apresentada, pode-se questionar se está ocorrendo alguma mudança relativa de competitividade entre as diferentes regiões do país e quais estão ganhando ou perdendo competitividade. Outra questão também interessante é se a perda relativa de competitividade é devido à elevação dos custos ou à redução da produtividade.

Uma forma de responder a essas perguntas é calcular o Custo Unitário do Trabalho (CUT). A metodologia utilizada segue Bonelli (2012), o relatório de inflação de dezembro de 2007 do Banco Central do Brasil (BCB, 2007) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS, 2010), cujos trabalhos mostram elevação significativa do CUT nacional ocorrida nos anos 2000.

O cálculo do CUT pondera o custo total do trabalho pelo nível de produção, com o objetivo de obter o custo relativo do trabalho em unidades de produto. De outra forma, o CUT pode ser definido como nível salarial médio ponderado pela produtividade do trabalho de algum país (estado, região, setor). Dessa forma, quanto maior o CUT, menor a competitividade de uma determinada região. O CUT aumenta se o salário cresce acima da produtividade, ao passo que irá cair se esta superar o crescimento do salário. No entanto, é importante salientar que a importância do CUT é relativa com o seu nível absoluto tendo pouco sentido. Dessa forma, neste artigo, esse índice é calculado com base no salário real e na produtividade, possibilitando uma melhor análise da competitividade.¹

* Esta nota é baseada no artigo *O custo unitário do trabalho no Brasil: evolução agregada e regional*.

** Aluno da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EBEF) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

*** Pesquisador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV.

1. O cálculo do CUT, com base nos salários nominais, indica uma elevação do custo unitário em termos nominais. Entretanto, caso o preço do bem produzido cresça acima do CUT, o país ganha competitividade ao invés de perder.

2 DADOS

Os dados utilizados neste trabalho são oriundos de três fontes primárias básicas: o Sistema de Contas Nacionais (SCN), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), todos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E cobrem o período entre 1995 e 2010.

Os dados do produto interno bruto (PIB), deflator implícito estaduais² e nacional³ foram obtidos com o SCN/IBGE. Com base nestes, calcula-se o PIB real de cada ano para o ano de 2010, o último disponível.

Os dados sobre pessoal ocupado e renda do trabalho por estado e total foram calculados com fundamento nas PNADs de cada ano.⁴ A partir das informações contidas nessas pesquisas, obtém-se a renda real, deflacionando a renda do trabalho com base no INPC para o ano de 2010. Dessa forma, os dados necessários para o cálculo do CUT (PIB, pessoal ocupado e salários reais) estão prontos.

Com o intuito de avaliar a competitividade internacional, os salários foram deflacionados com base na taxa de câmbio real efetiva do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que é composta por uma cesta de moedas, obtendo-se, assim, o CUT em moeda estrangeira.

3 METODOLOGIA

3.1 CUT

Para avaliar a competitividade da economia brasileira, foi calculado o CUT no Brasil e nas suas regiões. Dessa forma, para o cálculo, utilizou-se a razão entre o salário médio real e a produtividade do trabalho média.⁵

$$CUT_t = \frac{\bar{W}_t}{PT_t} \quad (1)$$

em que \bar{W}_t é o salário médio da economia e PT_t é a produtividade média do trabalho.

3.2 Variações do CUT

O CUT pode variar em virtude de modificações no salário médio da economia ou da produtividade média do trabalho. A decomposição da taxa de crescimento (anual) do CUT entre os períodos t e $t + N$ pode ser escrita da seguinte forma:

$$\frac{\ln(CUT_{t+N}) - \ln(CUT_t)}{N} = \frac{\ln(\bar{W}_{t+N}) - \ln(\bar{W}_t)}{N} - \frac{\ln(PT_{t+N}) - \ln(PT_t)}{N} \quad (2)$$

Com base nesta, pode-se estabelecer a importância relativa entre a variação do aumento do salário real médio (\bar{W}) e da produtividade média do trabalho (PT).

2. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default.shtm>>.

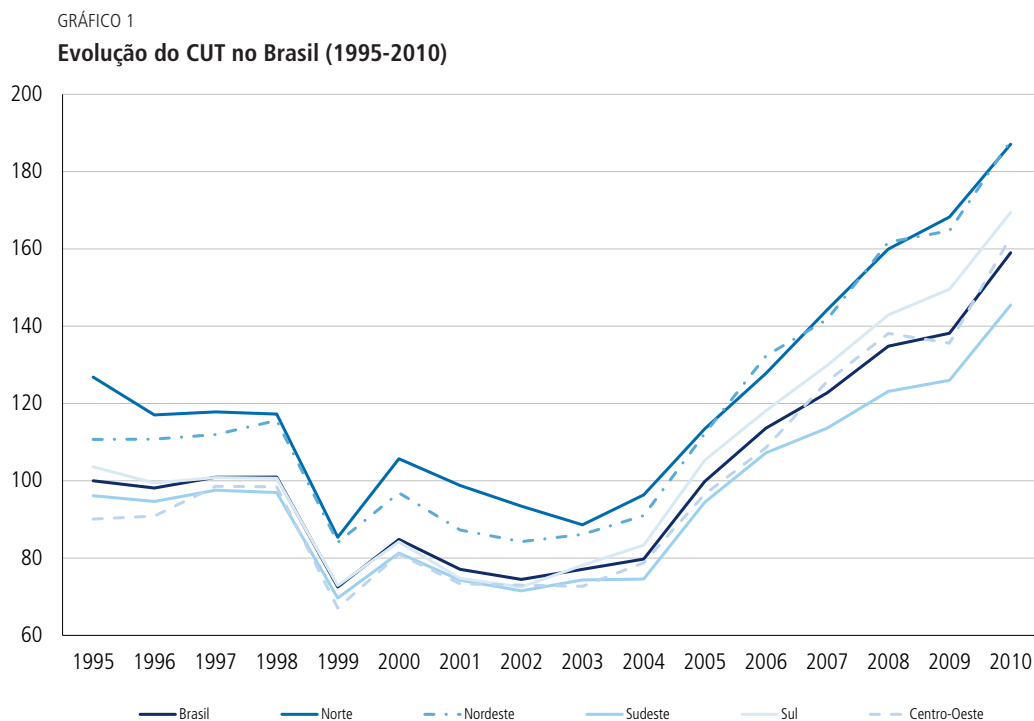
3. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default.shtm>>.

4. Nos anos em que não houve PNAD, os dados de pessoal ocupado foram obtidos através de uma ponderação entre o ano anterior e o ano posterior a este.

5. O CUT pode ser calculado em termos reais ou nominais conforme discussão em diversos trabalhos. Neste artigo, utilizou-se o conceito real.

4 AVALIAÇÃO DO CUT NO BRASIL

A base de dados apresentada neste estudo é separada em duas subamostras distintas, devido à inflexão do comportamento do CUT entre 1995 e 2010. O gráfico 1 mostra um período de redução entre 1995 e 2003-2004, seguido de forte elevação. Os resultados são apresentados dando ênfase aos períodos anteriormente especificados.



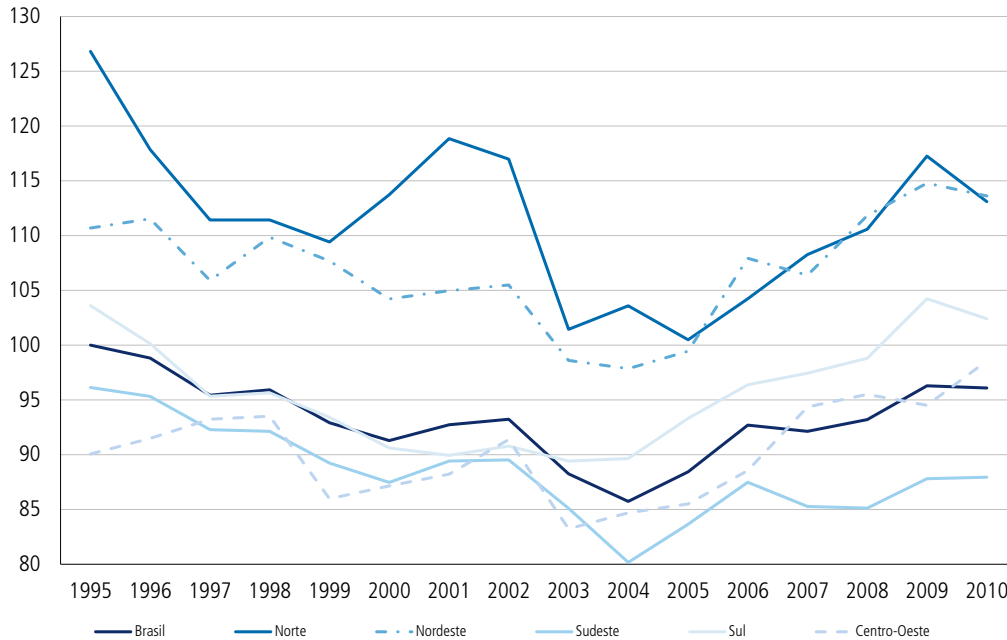
O gráfico mostra, ainda, relativa estabilidade do CUT entre 1995 e 1998. Após esse período, ocorre uma rápida redução (em função da maxidesvalorização do real), a qual foi em parte revertida em 2000. De 2000 a 2003-2004, os custos voltaram a cair. Desde então, o CUT tem subido vertiginosamente e se encontra em níveis elevados.

O gráfico 1 não mostra, entretanto, o pequeno ganho de competitividade em moeda doméstica que ocorreu no período. Entre 1995 e 2004, o Brasil teve uma redução do CUT proporcionada por uma diminuição dos salários reais e acompanhada de um baixo crescimento da produtividade. Entre 2004 e 2010, o CUT em reais aumentou apesar do maior crescimento da produtividade no período – resultado dos fortes ganhos reais de salários nesse intervalo de tempo. Com isso, entre 1995 e 2010, o CUT do Brasil apresentou pequena queda, como pode ser visto no gráfico 2.

A comparação entre os gráficos 1 e 2 mostra o forte impacto da variação cambial no CUT da economia brasileira. O CUT mensurado em moeda doméstica (gráfico 2) teve queda de 0,3% ao ano (a.a.) entre 1995 e 2010. No entanto, a forte apreciação cambial ocorrida a partir de 2003 reverte integralmente os ganhos de competitividade, ocasionando elevação do CUT superior a 80% no período.

GRÁFICO 2

Evolução do CUT em reais no Brasil (1995-2010)



Elaboração dos autores.

A tabela 1 mostra os resultados do CUT deflacionado por uma cesta de moedas por região entre 1995 e 2010, tendo como base o CUT do Brasil em 1995. O CUT no período aumentou em todas as regiões, mostrando a importância de efeitos “globais” nesse fenômeno. Em 1995, as regiões mais competitivas do país eram a Centro-Oeste e a Sudeste, com CUT inferior à média nacional; enquanto as regiões Norte, Nordeste e Sul tinham um custo superior à média do Brasil em mais de 26%, 10% e 3%, respectivamente.

TABELA 1

CUT por região (1995-2010)

(BR-1995 = 100)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1995	100,0	126,8	110,7	96,1	103,6	90,1
1996	98,1	117,0	110,8	94,7	99,4	90,9
1997	100,9	117,8	112,0	97,6	100,8	98,6
1998	101,0	117,3	115,6	97,0	100,7	98,4
1999	72,5	85,4	84,0	69,6	72,9	67,1
2000	84,8	105,7	96,9	81,3	84,2	81,0
2001	77,1	98,8	87,2	74,3	74,7	73,3
2002	74,5	93,4	84,3	71,5	72,5	73,0
2003	77,1	88,6	86,1	74,3	78,1	72,7
2004	79,7	96,3	91,0	74,5	83,4	78,8
2005	99,8	113,4	112,2	94,4	105,3	96,5
2006	113,6	127,8	132,3	107,2	118,1	108,5
2007	122,7	144,2	141,7	113,6	129,8	125,7
2008	134,8	160,0	161,8	123,1	142,9	138,1
2009	138,2	168,3	164,7	126,0	149,6	135,6
2010	159,0	187,1	188,0	145,5	169,4	163,1

Elaboração dos autores.

O CUT regional relativo ao nacional sofre importante variação ao longo do tempo. Em 2010, somente a região Sudeste possuía um CUT inferior ao nacional. As regiões

Centro-Oeste e Sul mostraram um custo pouco superior ao do país, enquanto as regiões Norte e Nordeste eram as menos competitivas.

A tabela 2 apresenta a evolução relativa de cada região entre 1995 e 2010. Os resultados mostram a forte elevação do CUT entre 2003 e 2010, superando 100% na região Centro-Oeste, por exemplo.

TABELA 2

CUT por região (1995-2010)

(1995 = 100)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1995	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1996	98,1	92,3	100,1	98,5	96,0	100,9
1997	100,9	92,9	101,2	101,5	97,3	109,4
1998	101,0	92,5	104,4	100,9	97,2	109,3
1999	72,5	67,3	75,9	72,4	70,4	74,5
2000	84,8	83,3	87,5	84,6	81,3	89,9
2001	77,1	77,9	78,8	77,3	72,1	81,4
2002	74,5	73,7	76,1	74,4	70,0	81,1
2003	77,1	69,9	77,8	77,3	75,4	80,7
2004	79,7	76,0	82,2	77,5	80,5	87,4
2005	99,8	89,4	101,4	98,2	101,7	107,2
2006	113,6	100,7	119,5	111,5	114,0	120,5
2007	122,7	113,7	128,1	118,2	125,3	139,6
2008	134,8	126,1	146,1	128,1	138,0	153,4
2009	138,2	132,7	148,8	131,1	144,4	150,6
2010	159,0	147,5	169,8	151,3	163,5	181,1

Elaboração dos autores.

A tabela demonstra, também, que a região Norte (embora ainda seja uma das menos competitivas) ganha competitividade em relação às demais regiões no período, pois o seu CUT foi o que menos cresceu. No entanto, a região Centro-Oeste, que possuía em 1995 o menor CUT do país, perdeu esse posto devido à elevação superior a 81% ocorrida no período. Com isso, apesar de o custo do Sudeste ter crescido 51,3% entre 1995 e 2010, este passa a ser o mais baixo do Brasil. A tabela 2 mostra de forma clara que a perda de competitividade no Brasil ocorreu em todas as regiões, indicando que esse fenômeno foi resultado de um choque global na economia brasileira. Nesse sentido, não há como negar a importância da apreciação da taxa de câmbio real efetiva superior a 47% ocorrida a partir de 2002.

4.1 Decomposição da diferença de CUT entre as regiões e o Brasil

A diferença do CUT entre as regiões do Brasil pode ser fruto de diferenças no salário, diferenças na produtividade ou ambos. A tabela 3 mostra a decomposição da diferença entre o CUT regional e o agregado para o Brasil em 1995, 2004 e 2010 com base na equação (2).

A tabela 3 mostra que o CUT mais elevado no Norte e no Nordeste em 1995 é fruto da baixa produtividade relativa das regiões. Ou seja, a baixa produtividade do trabalho mais do que compensa os baixos salários. A região Sul, por sua vez, possuía um CUT mais elevado porque pagava salários em média 3% superiores ao restante do Brasil, embora possuísse produtividade do trabalho igual à agregada em 1995.

TABELA 3
Decomposição da diferença de CUT entre as regiões e o Brasil
 (Em % do CUT do Brasil)

	1995		
	Salários	Produtividade	CUT
Norte	-23	-45	23
Nordeste	-66	-76	10
Sudeste	28	32	-4
Sul	3	0	3
Centro-Oeste	5	15	-10
	2004		
	Salários	Produtividade	CUT
Norte	-26	-45	19
Nordeste	-57	-71	13
Sudeste	21	28	-7
Sul	11	6	4
Centro-Oeste	20	21	-1
	2010		
	Salários	Produtividade	CUT
Norte	-25	-41	16
Nordeste	-47	-64	17
Sudeste	16	25	-9
Sul	11	5	6
Centro-Oeste	23	20	3

Elaboração dos autores.

As regiões Sudeste e Centro-Oeste possuíam um CUT inferior ao nacional devido à maior produtividade do trabalho em 1995 (mesmo que, na segunda, este fato se deva à presença do Distrito Federal, que possui, durante toda a série, a maior produtividade do trabalho no país). A região Sudeste, apesar de ser 32% mais produtiva que o país, possuía um CUT somente 4 pontos percentuais (p.p.) inferior à média nacional, pois pagava salários 28% maiores que o restante do país. A região Centro-Oeste, com CUT mais baixo do país em 1995, tinha produtividade 15% superior e salários 5% maiores que a média nacional.

No ano de 2004, o Sudeste passou a ser a região com menor CUT do Brasil devido à grande elevação do salário ocorrida na região Centro-Oeste. Nesse período, a região Centro-Oeste ganhou produtividade relativa, mas a elevação de salários foi tão forte que o CUT da região deixou de ser o mais baixo do Brasil. O Sudeste passou a ser a região mais competitiva com CUT 7% inferior ao nacional.

A elevação dos salários manteve o CUT do Sul superior ao agregado do país, apesar do ganho relativo de produtividade. A região Norte melhorou o seu CUT relativo devido a uma queda relativa dos salários pagos em um período em que a produtividade ficou estagnada. O Nordeste apresentou a pior evolução do período. Apesar do pequeno ganho relativo de produtividade (5%), os salários relativos subiram 8%, elevando o seu CUT relativo para 13% em 2004.

Em 2010, somente o Sudeste possuía o CUT inferior ao do Brasil. O maior peso econômico dessa região contribuiu para que o CUT do Brasil não tivesse crescido mais no período. O movimento da região Sudeste foi fortemente afetado pela redução do

CUT em São Paulo (Mello e Barbosa Filho, 2013), ao passo que os demais mantiveram sua posição relativa inalterada ou apresentaram piora. São Paulo reduziu fortemente o seu custo no período em relação ao Brasil: em 1995, era 4% mais baixo que a média, e em 2010 passou a ser 13% menor.

A região Centro-Oeste, que em 1995 tinha um CUT 10% inferior ao agregado, possuía, em 2010, um custo 3% superior. Embora a produtividade do Centro-Oeste continuasse 20% acima da agregada, a forte elevação de salários na região fez com que estes ficassem 23% acima do nível nacional, reduzindo a sua competitividade relativa. O Sul possuía um CUT 6% acima do agregado no fim da série, acima dos 3% de 1995.

O maior ganho relativo de produtividade regional entre 1995 e 2010 foi obtido pela região Norte, que reduziu o seu CUT relativo – em 1995, era 23% mais alto que o agregado – e passou a ser 16% maior, com queda de 7 p.p. O Nordeste, não obstante o ganho relativo de produtividade, teve elevação do seu CUT relativo no Brasil, devido ao aumento de 10 p.p. dos salários relativos. Com isso, a região Nordeste teve uma piora relativa do CUT entre 1995 e 2010 de 7 p.p., em um período em que seu CUT mensurado por uma cesta de bens subiu mais de 80%.

A tabela 4 mostra a evolução do CUT e sua decomposição em salário real (avaliados por uma cesta de moedas) e produtividade do trabalho, conforme a equação (2). A evolução deste percentual apresenta dois momentos distintos: queda entre 1995 e 2004 e forte elevação entre 2004 e 2010. Mais interessante é observar que no período de redução do CUT, a produtividade cresceu em ritmo inferior ao apresentado no período 2004-2010, quando o CUT aumentou. No período 1995-2004, a produtividade do trabalho média cresceu 0,4% a.a., ao passo que no período 2004-2010 essa cresceu em média 2,5% a.a. no Brasil.

TABELA 4
Variação anual do CUT por período
(Em %)

	1995-2004		
	Salários	Produtividade	CUT
Brasil	-2,1	0,4	-2,5
Norte	-2,4	0,5	-2,9
Nordeste	-1,2	1,0	-2,2
Sudeste	-2,9	-0,1	-2,8
Sul	-1,3	1,1	-2,4
Centro-Oeste	-0,4	1,1	-1,5
	2004-2010		
	Salários	Produtividade	CUT
Brasil	14,0	2,5	11,5
Norte	14,1	3,0	11,1
Nordeste	15,6	3,5	12,1
Sudeste	13,1	2,0	11,1
Sul	14,0	2,2	11,8
Centro-Oeste	14,4	2,2	12,1
	1995-2010		
	Salários	Produtividade	CUT
Brasil	4,3	1,2	3,1
Norte	4,2	1,5	2,7
Nordeste	5,5	2,0	3,5
Sudeste	3,5	0,7	2,8
Sul	4,8	1,5	3,3
Centro-Oeste	5,5	1,6	3,9

Elaboração dos autores.

Logo, a tabela 4 permite concluir que a redução do custo unitário no período 1995-2004 foi fruto de uma redução do salário real em termos domésticos, associada à depreciação cambial e ao ganho moderado de produtividade. No período 2004-2010, o CUT sobe fortemente apesar do maior ritmo de expansão da produtividade do trabalho no país. Ou seja, as políticas de valorização salarial associadas com a apreciação cambial do período mais que compensaram os ganhos de produtividade do trabalho, elevando o seu custo unitário de forma substancial.

No período como um todo (1995-2010), o CUT teve aumento superior a 3% a.a. no Brasil, com as regiões Nordeste e Centro-Oeste tendo as maiores elevações. As regiões Norte e Sudeste foram as que tiveram menores perdas de competitividade (2,7% a.a. e 2,8% a.a., respectivamente).

5 CONCLUSÃO

Esta nota mostra que o CUT do Brasil apresentou tendência de queda de 1995 a 2004 e tendência de elevação no período posterior. A elevação do CUT foi de aproximadamente 60% entre 1995 e 2010, fruto da forte apreciação cambial do período que dominou os efeitos.

A nota demonstra que o CUT doméstico, em termos reais, apresentou pequeno ganho entre 1995 e 2010, com a elevação de produtividade superando os aumentos reais de salários. Entretanto, a forte apreciação do real a partir de 2003-2004 compensou com sobras o pequeno ganho de competitividade doméstico, gerando elevação de quase 60%, como relatado anteriormente.

O período entre 1995 e 2004 apresentou ganhos de competitividade, pois o CUT diminuiu. Essa queda foi fruto de achatamento dos salários reais combinado com ganhos modestos de produtividade. A depreciação cambial do período acentua esse fenômeno, com o CUT caindo mais de 30%.

No entanto, esse ganho de produtividade relativa é revertido no período 2004-2010. Este trabalho expõe ainda que o CUT disparou no Brasil no referido período, apesar dos ganhos de produtividade mais elevados. Esse resultado mostra que o impacto da taxa de câmbio foi devastador para a competitividade doméstica. Entre 2004 e 2010, o CUT do Brasil quase dobra, saindo de 79,7 em 2004 para 159,0 em 2010.

No período de análise houve troca da posição relativa entre regiões. O Sudeste reduziu o seu custo em relação ao Centro-Oeste, passando a ser a região com CUT relativo mais baixo em 2010. O Centro-Oeste perdeu posição relativa devido à forte elevação dos salários relativos, resultado similar ao que ocorreu no Nordeste do Brasil, que se torna a região com pior CUT relativo em 2010, superando o da região Norte.

REFERÊNCIAS

BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inflação**. Dez. 2007.

BONELLI, Régis. Os custos unitários do trabalho no Brasil nos anos 2000. **Revista conjuntura da construção**, p. 10-13, 2012.

FIERGS – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Custo unitário do trabalho (metodologia)**. 2010.

NOTA TÉCNICA

MELLO, Pedro; BARBOSA FILHO, Fernando. **O custo unitário do trabalho no Brasil:** evolução agregada e regional. Rio de Janeiro: FGV, 2013. Mimeografado.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA FILHO, Fernando; PESSÔA, Samuel. **Uma análise da redução da taxa de desemprego.** Rede de Economia Aplicada, 2012. (Working Paper, n. 028).

FIERGS – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Informe econômico**, 2008.

POLÍTICA EM FOCO

ANÁLISE ECONÔMICA DO PROGRAMA SEGURO-DESEMPREGO: UMA REFLEXÃO SOBRE O ESPAÇO DISPONÍVEL PARA AJUSTE DAS DESPESAS DO FAT

Manoel Carlos de Castro Pires
Arnaldo Barbosa Lima Júnior

TENDÊNCIAS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Naercio Aquino Menezes Filho
Pedro Henrique Fonseca Cabanas
Bruno Kawaoka Komatsu

SEGURO DEFESO: PROBLEMAS ENFRENTADOS PELO PROGRAMA

André Gambier Campos
José Valente Chaves

ANÁLISE ECONÔMICA DO PROGRAMA SEGURO-DESEMPREGO: UMA REFLEXÃO SOBRE O ESPAÇO DISPONÍVEL PARA AJUSTE DAS DESPESAS DO FAT*

Manoel Carlos de Castro Pires**
Arnaldo Barbosa Lima Júnior***

1 INTRODUÇÃO

As políticas de proteção aos trabalhadores são divididas em dois grandes grupos: as políticas passivas e as ativas. O grupo composto pelas políticas passivas busca oferecer algum tipo de assistência financeira temporária aos trabalhadores que se encontram em situação de vulnerabilidade, que pode ser causada pelo desemprego involuntário ou por baixos salários. Entre estas políticas, destaca-se o seguro-desemprego, que concede um benefício pecuniário ao trabalhador desempregado por determinado período de tempo, sendo o número de parcelas e o valor do benefício normalmente atrelados à duração do vínculo empregatício e ao salário de contribuição, respectivamente.¹ Já as políticas ativas buscam promover ações a fim de prolongar o tempo de permanência dos trabalhadores na condição de empregados, reduzir o tempo para (re)colocação dos trabalhadores desempregados, aumentar a probabilidade de obtenção de emprego ou, ainda, fomentar a participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda. Entre estas, ressaltam-se os programas de proteção do emprego, intermediação de mão de obra e qualificação e orientação profissional.

Os especialistas tendem a preferir as políticas ativas às passivas, porque visam aumentar a produtividade do trabalhador e da economia, gerando maiores ganhos de bem-estar para toda a população no longo prazo (Borjas, 2012). No entanto, a realidade observada é que as políticas passivas recebem mais recursos públicos na maioria dos casos,

* As opiniões expressas neste texto são de inteira responsabilidade dos autores, não representando, necessariamente, a posição do Ministério da Fazenda. Os autores agradecem a Bruno Rocha da Silva, Fernando Lima Madeira e Pedro Marcante Arruda dos Santos pela disponibilização de dados e elaboração de gráficos. Quaisquer erros no trabalho ou omissões são de responsabilidade exclusiva dos autores.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea, cedido para a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda.

*** Analista Técnico de Políticas Sociais do Ministério da Saúde, cedido para a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

1. No Brasil, também existem modalidades de seguro-desemprego que não são contributivas, como as destinadas ao pescador artesanal por ter de interromper a pesca devido ao período de proibição para preservação da espécie (defeso) e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo. Destarte, as análises e comparações internacionais sobre o seguro-desemprego nesta nota restringem-se à modalidade contributiva formal, salvo na seção 5, quando o seguro defeso é discutido em separado.

haja vista ser muito difícil evitar as demissões que tendem a ocorrer em virtude do ciclo econômico ou de situações de mercado de trabalho mais estruturais, como as observadas na Europa atualmente. Além disso, o custo econômico do desemprego é muito elevado e recai de forma assimétrica sobre parte da sociedade (Khan, 2010).

No Brasil, as políticas públicas de emprego, tanto as ativas quanto as passivas, são financiadas, majoritariamente, pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Entre as políticas ativas financiadas pelo FAT estão a intermediação de mão de obra operacionalizada pelas agências do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e as políticas de qualificação profissional, que foram reforçadas com o advento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Entre as políticas passivas financiadas pelo FAT, cabe destacar o seguro-desemprego e o abono salarial² que, juntos, consumiram R\$ 40 bilhões ou 99% do orçamento de 2012 daquele fundo.

Recentemente, as despesas com seguro-desemprego fizeram parte de uma controvérsia por conta do seu expressivo crescimento nos últimos anos, em que pese o mercado de trabalho se encontrar numa condição bem próxima do pleno emprego, segundo alguns analistas. Com efeito, os gastos do programa de seguro-desemprego saíram de R\$ 12,3 bilhões em 2004 para R\$ 26,4 bilhões em 2013. Tal crescimento pode ser explicado por uma série de fatores, entre os quais destacam-se: *i*) a política de valorização do salário mínimo (SM); *ii*) a crescente formalização da economia; e *iii*) a elevada taxa de rotatividade, principalmente dos recém-inseridos no mercado de trabalho formal.

Além desses três grandes condicionantes amplamente relatados na literatura, o crescimento das despesas com seguro-desemprego tem gerado uma série de reflexões mais profundas a respeito de uma eventual benevolência das regras brasileiras e do seu descompasso em relação à aceleração do crescimento econômico e do emprego experimentada entre 2006 e 2010.

Esta nota técnica pretende investigar essas duas proposições. Para tanto, a próxima seção apresenta uma comparação das regras brasileiras com as dos vários países integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A terceira seção, com vistas a dimensionar o tamanho do programa no Brasil, apresenta comparações internacionais de gastos e quantidade de beneficiários. A quarta seção exhibe a evolução do seguro-desemprego, comparando-o com o desempenho da economia. A quinta seção explora a necessidade de ajuste nas outras políticas passivas de emprego. Por último, são tecidas as principais conclusões em relação ao desenho do seguro-desemprego no Brasil.

2 COMPARAÇÃO INTERNACIONAL: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO BENEFÍCIO

Um desafio importante para qualquer comparação internacional é contextualizar o desenho do programa à realidade de cada país. Por exemplo, parece sensato que um país que atravessa um problema de desemprego elevado e crônico possua um programa mais abrangente. Como parece igualmente sensato que um país com economia aquecida se preocupe em adotar regras que buscam lidar apenas com o desemprego friccional. Além dessas questões conjunturais, é importante ter claro que o programa deve ser afetado pela estrutura da economia. Países com elevado peso dos salários na renda nacional devem

2. Este texto não tem como objetivo exaurir as discussões em torno do abono salarial. Nesse sentido, as peculiaridades acerca desse tema são objeto de estudos vindouros.

consumir mais recursos com esses programas que países onde os salários representam um peso menor na distribuição funcional da renda.

Feitas as devidas ressalvas, optou-se por utilizar, nesta seção, com o objetivo de manter um bom padrão de comparação, a base de dados dos Programas de Proteção Social ao Redor do Mundo – *Social Security Programs throughout the World*, cuja elaboração, a cargo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), compara os principais programas sociais dos países e tenta utilizar a mesma metodologia para tornar os programas comparáveis. A tabela A.1, do anexo, apresenta a sistemática de funcionamento do seguro-desemprego em diversos países selecionados.

A segunda coluna dessa tabela mostra que a quase totalidade dos programas de seguro-desemprego tem como característica básica a de funcionarem como um seguro social. Em outras palavras, na maioria dos países estudados, existe algum tipo de contribuição, seja do empregado, seja do empregador (colunas 4 e 5). Em geral, a contribuição incide sobre a folha de salários com uma parcela do empregado e outra do empregador, sendo que, na maioria dos casos, o governo cobre os eventuais *deficit*.

Em relação ao financiamento do programa, tem-se, no Brasil, a formação do FAT,³ vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que recebe recursos do PIS/PASEP. Dado que a contrapartida da contribuição não é, necessariamente, o dispêndio com o seguro-desemprego, pode-se dizer que o governo e os empregadores financiam o programa, mas de forma indireta. Nos demais países, em sua maioria, a contribuição é específica para o programa, agindo, assim, de fato, como um seguro.

Interessante notar que a quase totalidade dos países tem nos trabalhadores assalariados seu público-alvo (terceira coluna da tabela A.1). Apenas a Nova Zelândia destoa desse padrão ao conceder o benefício para toda a população.

A tabela A.2 apresenta um conjunto de parâmetros que indicam como funciona o benefício do ponto de vista do seu acesso pelo trabalhador. Cabe destacar que, em praticamente todos os países de que se tem informação, a idade máxima para receber o benefício é a de aposentadoria – ou alguma próxima a ela. Apenas o Chile não possui limitante de idade.

Do ponto de vista do cálculo do benefício, é habitual que se estabeleça um percentual em cima dos últimos salários. Uma segunda modalidade estabelece que o benefício seja um montante fixo, não variando, portanto, com as características do trabalhador. No Brasil, o benefício é calculado não em cima do salário integral, mas de uma parcela do mesmo (80%), com base no salário médio dos últimos três meses. Quando comparado a outros países, conclui-se que o Brasil tem uma das maiores taxas de reposição do benefício. Essa constatação levou o Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) a mudar recentemente a forma de reajuste do benefício de seguro-desemprego. A Resolução CODEFAT nº 707, de 10 de janeiro de 2013, reajustou todas as faixas maiores que o SM

3. Operacionalmente, as receitas obtidas com o Programa de Integração Social (PIS) e com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), após a desvinculação de 20% do valor permitido pela Desvinculação das Receitas da União (DRU), são repassadas para o FAT. Deste repasse, 40% é diretamente destinado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além disso, o retorno das aplicações financeiras dos saldos de anos anteriores contribui para formar fonte adicional de recursos para o FAT.

pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Até então, o cálculo de todas as faixas seguia o reajuste do SM.⁴

Ainda seguindo o padrão da maioria dos países, as regras brasileiras permitem acumular o benefício com o auxílio-acidente e pensão por morte. No entanto, a legislação vigente veda o acúmulo do seguro-desemprego com aposentadorias, demais benefícios de prestação continuada (BPCs) ou com qualquer outro tipo de rendimento.⁵ Outra característica do seguro-desemprego brasileiro é que o valor do benefício não muda em função da idade e não tem relação com os membros da família. Nesse quesito, portanto, o Brasil não possui um programa com regras destoantes das dos demais países.

A tabela A.2, do anexo, apresenta uma comparação entre os países pelo critério do tempo de duração do benefício. Nesse quesito, o Brasil aparece como aquele que possui o menor número de parcelas juntamente com o Chile e a Argentina. Segundo a legislação brasileira, a duração do benefício é de três meses (doze semanas) a cinco meses (vinte semanas).⁶ Em sentido contrário, tem-se exemplo de países que podem pagar o benefício indefinidamente, como é o caso da Nova Zelândia e da Austrália, ou com um número bastante grande de parcelas, como é o caso da Dinamarca.⁷

Continuando a comparação, a tabela A.3, do anexo, mostra mais algumas características do seguro-desemprego para os países selecionados. Nota-se que o Brasil está em uma posição intermediária quanto ao tempo necessário de trabalho para se tornar elegível para o recebimento do benefício. Estados Unidos, França e Canadá são os que demandam menos tempo para receber o benefício mínimo. A maioria dos países exige 52 semanas (um pouco mais de um ano) para que a pessoa se torne elegível ao recebimento do benefício. Assim, parece haver algum espaço para aumentar a carência para o recebimento do benefício mínimo. No caso do benefício máximo, o Brasil exige maior tempo de permanência no emprego para poder receber o benefício. No entanto, cabe ressaltar que a insuficiência de informações nesse caso limita a análise.

Devido a essas características, pode-se notar que o seguro-desemprego no Brasil, se comparado com outros países, não se mostra benevolente com os desempregados, não parecendo se constituir, portanto, um benefício que por si só estimula a permanência do trabalhador na condição de desempregado. A exceção a esse diagnóstico é a taxa de reposição do salário que já foi objeto de alteração pelo CODEFAT. Parece haver também algum espaço para ampliação da carência mínima. Todavia, o pouco período de duração do benefício e a carência necessária para ter direito a recebê-lo são características importantes de um mercado de trabalho em expansão e com elevada rotatividade.

3 DIMENSIONAMENTO DOS CUSTOS DO PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO NO BRASIL

Do ponto de vista do dimensionamento do programa seguro-desemprego, é importante avaliar duas questões: *i*) o volume de recursos gastos; e *ii*) o público atingido. Comparando o nível de gastos de cada país com o seguro-desemprego, pode-se notar, por meio do

4. A economia prevista à época, em relação à regra anterior, foi estimada em R\$ 700 milhões.

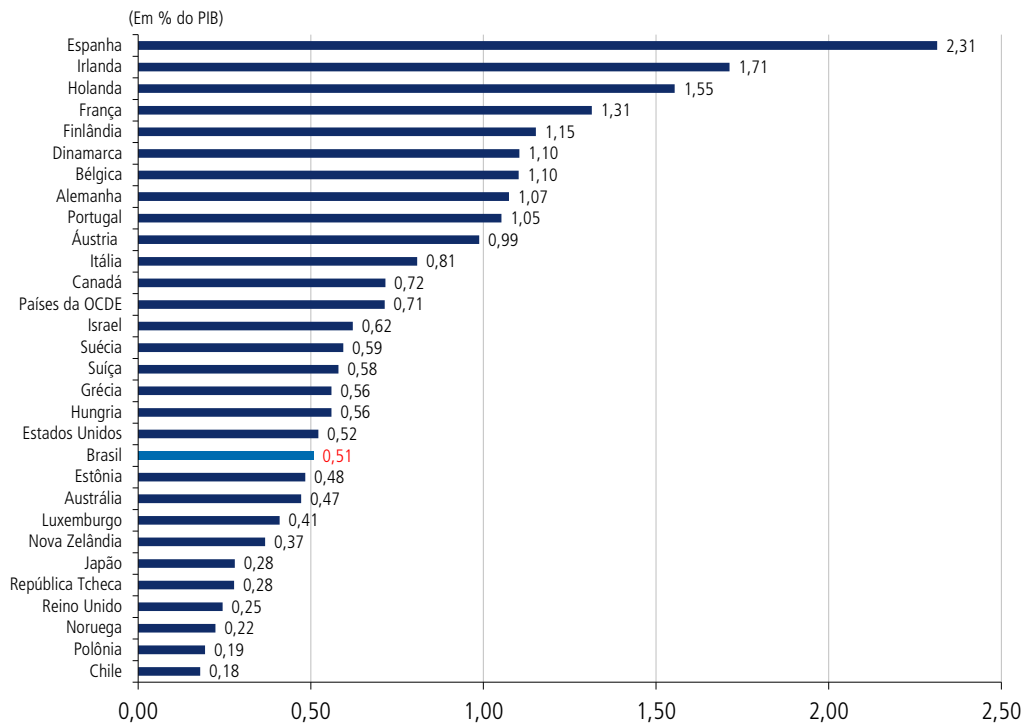
5. Incisos III e V do Artigo 3º da Lei nº 7.998/1990. Ressalta-se que não há vedação legal ao recebimento cumulativo do benefício do seguro-desemprego e do Programa Bolsa Família (PBF).

6. A tabela reporta o número médio ponderado pelos beneficiários.

7. Em que pese terem sentido econômico, não foram identificadas, nos países pesquisados, regras baseadas na duração do desemprego ou do tempo de (re)inserção laboral do segurado por setor de atividade.

gráfico 1, que o Brasil não possui um programa de seguro-desemprego dispendioso. Com efeito, enquanto a Espanha gastou 2,31% do produto interno bruto (PIB) com o benefício; na média entre 2007 e 2011, o Brasil gastou 0,51% do PIB, número bastante próximo ao dos Estados Unidos e da Austrália. O Chile, que possui o menor nível de gasto, despendeu 0,18% do PIB durante o mesmo período.

GRÁFICO 1

Gasto com o seguro-desemprego: países selecionados (média 2007-2011)

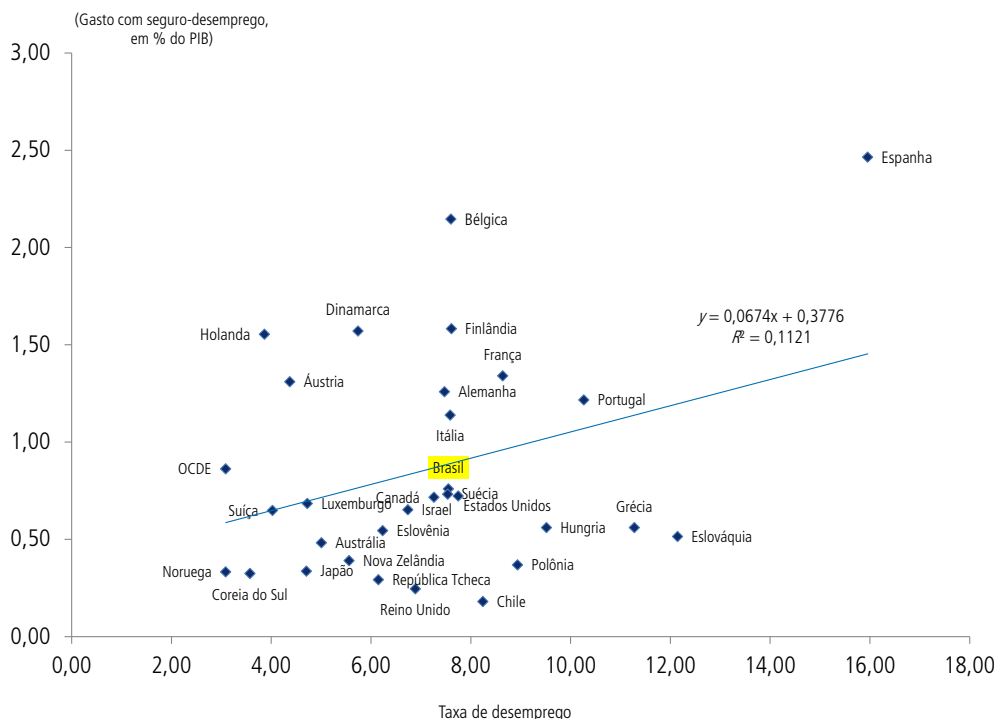
Fonte: Gastos do Seguro-Desemprego (em % do PIB): Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), StatExtracts. Para o Brasil, Siga Brasil.

À evidência apresentada pelo gráfico 1, cabe a ressalva de que o volume de recursos despendido no programa depende da situação do mercado de trabalho. Assim sendo, uma tentativa de explicar o alto nível de gastos é correlacionar o mesmo com um determinante: o desemprego. O gráfico 2 aponta uma associação positiva entre os gastos com seguro-desemprego e a taxa de desemprego, embora essa relação tenha se mostrado bastante fraca ($R^2 = 0,11$), o que enfraquece o argumento de que a redução do desemprego deveria controlar as despesas do seguro-desemprego.

A evidência mostra que, apesar de a Espanha possuir elevada taxa de desemprego, a mesma não consegue explicar bem o montante despendido com seguro-desemprego, caracterizando-se, portanto, como um *outlier*. Os demais países se concentram mais próximos da reta de tendência, inclusive no caso do Brasil, demonstrando que os gastos com o programa de seguro-desemprego, por esse critério, parecem estar em consonância com os observados em outros países.

GRÁFICO 2

Gasto com o seguro-desemprego e taxa de desemprego: países selecionados (média 2007-2011)

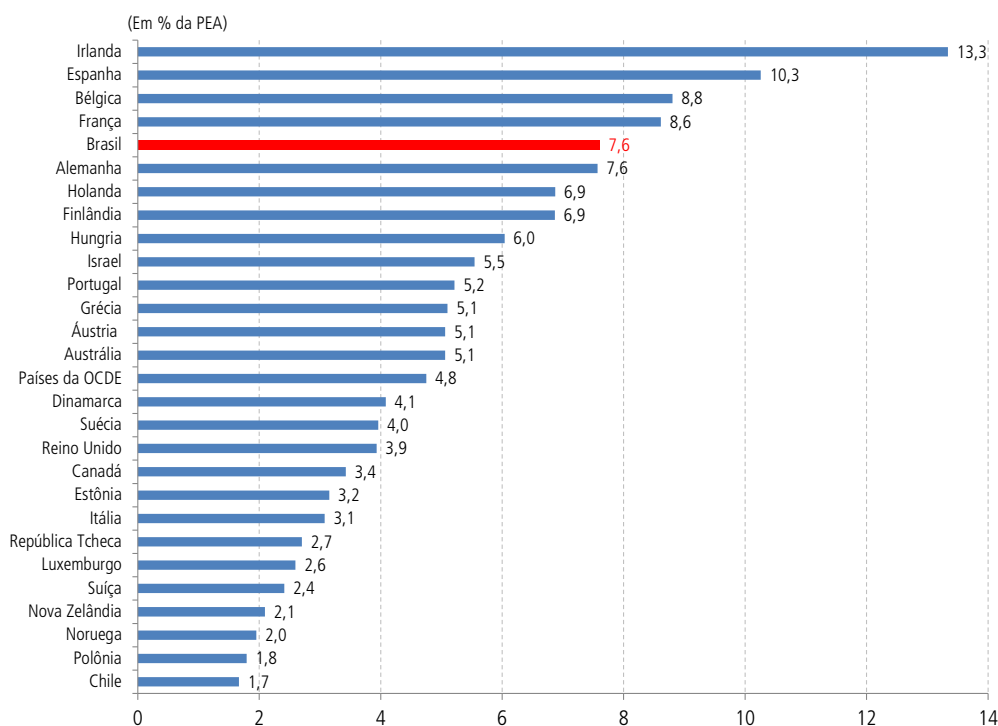


Fonte: Gastos do Seguro-Desemprego (em % do PIB): OECD, StatExtracts. Para o Brasil, Siga Brasil. Taxa de desemprego: OECD Employment and Labour Market Statistics (database). Para o Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Em relação à segunda dimensão do tamanho do programa de seguro-desemprego, o gráfico 3 apresenta o número de beneficiários em relação ao total da população economicamente ativa (PEA). Contrariamente ao nível de gastos, o número de beneficiários do seguro-desemprego no Brasil está em quinto lugar entre os países analisados. Com efeito, 13,3% dos trabalhadores da Irlanda são beneficiários do seguro-desemprego, seguidos pelos trabalhadores da Espanha (10,3%), Bélgica (8,8%), França (8,6%) e Brasil (7,6%). Entre os países que menos alcançam a força de trabalho com o benefício, encontram-se a Polónia (1,8%) e o Chile (1,7%).

A evidência apresentada pelo gráfico 3 é mais um indicativo de que o programa de seguro-desemprego não é dispendioso, pois gasta relativamente pouco frente ao número elevado de beneficiários. Entretanto, o número de beneficiários parece exagerado. Para averiguar essa segunda evidência, o gráfico 4 mostra o número de beneficiários e a sua relação com a taxa de desemprego.

GRÁFICO 3

Beneficiários do seguro-desemprego (média 2007-2011)

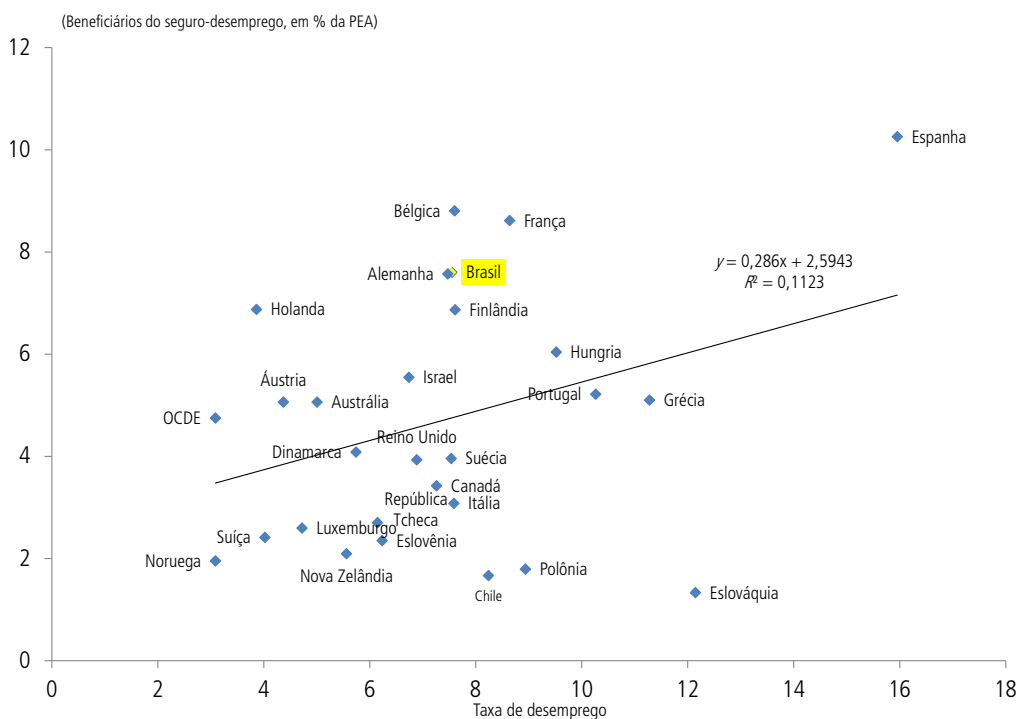
Fonte: OECD, StatExtracts. Para o Brasil, Siga Brasil.

Nesta segunda dimensão (gráfico 4), pode-se constatar que existe uma associação positiva entre o número de beneficiários e a taxa de desemprego, porém essa relação também se revelou fraca ($R^2 = 0,11$). Nesse item, o programa de seguro-desemprego no Brasil mostrou-se bem acima do padrão internacional, apresentando número de beneficiários desproporcional à taxa de desemprego. Como destacado anteriormente, já que há pouco espaço para considerar as regras brasileiras como benevolentes, há que se identificar as causas do elevado contingente de beneficiários do seguro-desemprego e outras razões mais estruturais do mercado de trabalho.

Um candidato importante é a elevada rotatividade. De acordo com a PNAD, apenas 21,5% dos trabalhadores com carteira assinada permaneceram no mesmo emprego em 2012. Em países como França, Alemanha, Itália, Espanha e Reino Unido, esse mesmo grupo não representou mais que 3% do total de trabalhadores naquele ano. Não obstante, o tempo de duração do desemprego no Brasil é bem menor. Em 2012, 78,2% dos trabalhadores brasileiros demoraram menos que seis meses para encontrar um novo emprego, enquanto a média da OCDE foi de 50,9% (OCDE, 2014).

Nesse contexto, a elevada rotatividade, em conjunto com o processo de formalização, tem tornado o programa de seguro-desemprego pró-cíclico. Esse fato tem sido objeto de política por meio da obrigatoriedade de curso de formação para os reincidentes ou do cancelamento do benefício em virtude da recusa por parte do trabalhador desempregado de aceitar outro emprego condizente com sua qualificação registrada ou declarada e com sua remuneração anterior. Contudo, essas ações ainda têm alcance limitado dado que a rotatividade continua elevada (Dieese, 2011).

GRÁFICO 4

Beneficiários do seguro-desemprego e taxa de desemprego: países selecionados (média 2007-2011)**4 SEGURO-DESEMPREGO E CRESCIMENTO ECONÔMICO**

O efeito da atividade econômica sobre o seguro-desemprego no Brasil tem sido alvo de perplexidade. Com a aceleração do crescimento econômico e o concomitante aumento das despesas do seguro-desemprego, muitos analistas concluíram que havia um paradoxo no comportamento dessa despesa, já que o mesmo estaria reagindo de forma pró-cíclica.

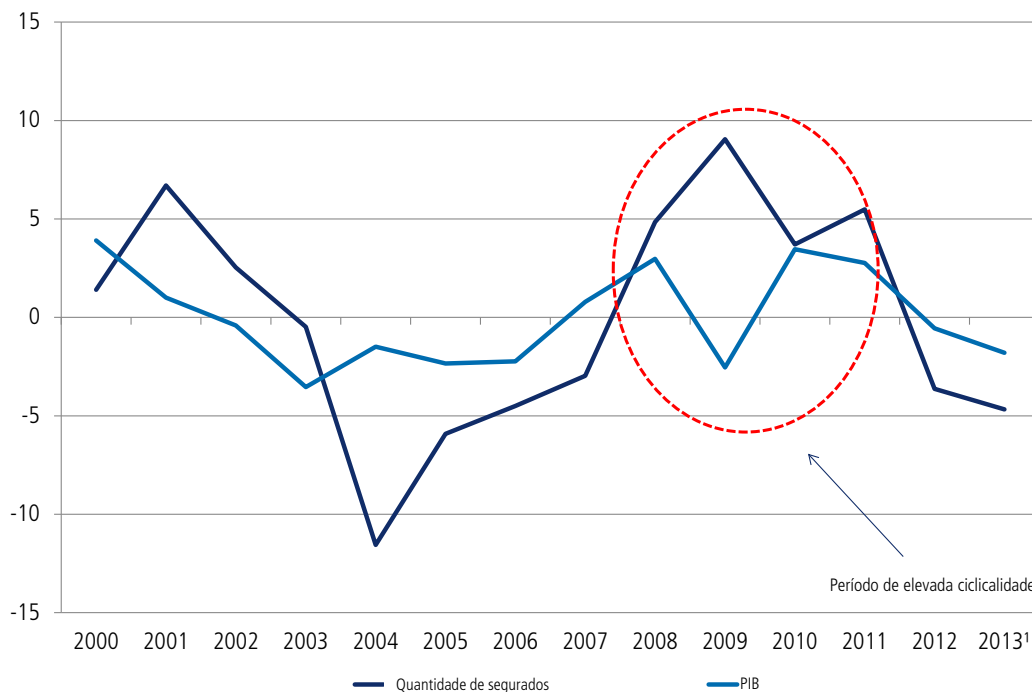
Apesar de ser válido, de uma maneira geral, o raciocínio possui uma imprecisão. Não são as despesas com seguro-desemprego que devem flutuar com a evolução do PIB, mas o número de beneficiários. Com a política de valorização do SM e os consequentes reajustes reais, as despesas tendem a crescer em linha ou mesmo acima do PIB, mas a quantidade de beneficiários, que é índice de quantidade relevante, é que deve flutuar com o ciclo da economia. Além disso, como se viu na seção anterior, a relação entre gasto com seguro-desemprego e taxa de desemprego é baixa.

Para avaliar o comportamento cíclico das duas séries, foram estimados os componentes cíclicos como a diferença da série em relação à sua tendência de crescimento a partir de um filtro HP (gráfico 5). O componente cíclico das duas séries mostra, de fato, uma tendência pró-cíclica até 2007, seguida por um período com comportamento anticíclico até 2010 e voltando a apresentar comportamento pró-cíclico⁸ a partir de então. Cabe destacar que o período entre o final de 2008 e início de 2010 é marcado por uma ampliação do número de parcelas do seguro-desemprego nos setores mais atingidos pela crise, o que pode ter caracterizado uma resposta anticíclica dessa variável. Com o fim

8. A metodologia de decomposição de ciclos a partir de filtros possui o problema de viés de margem, o que pode também alterar os resultados. Para maiores detalhes, ver Barbosa (2009).

desse ajuste, o seguro-desemprego volta a ter caráter pró-cíclico. Torna-se, nesse sentido, importante analisar questões estruturais de mercado de trabalho, tais como o efeito da formalização e da rotatividade sobre o seguro-desemprego, que parecem ser os principais elementos que explicam o seu crescimento.

GRÁFICO 5
Ciclicidade do seguro-desemprego e do PIB (2000-2013)



Fonte: MTE e Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE.

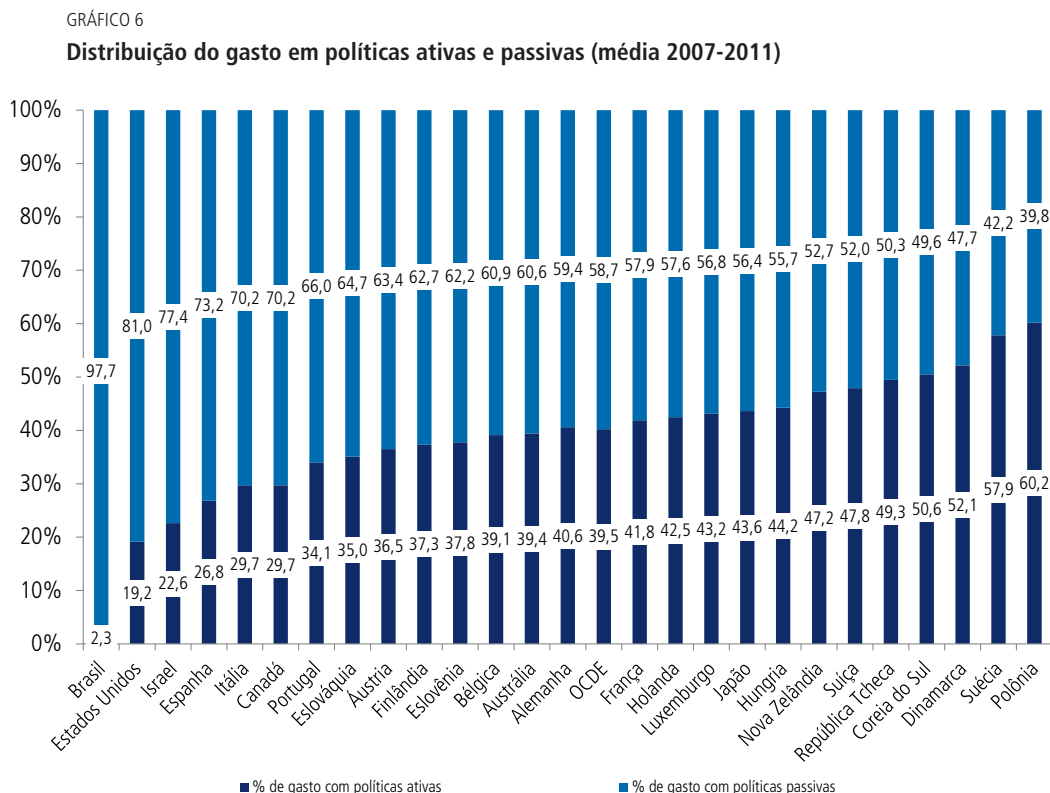
Nota: ¹ Acumulado em quatro trimestres até 2013/03.

5 BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE O ABONO SALARIAL E O SEGURO DEFESO

Inicialmente, cabe destacar que enquanto o FAT alocou, na média de 2007 a 2011, aproximadamente 97,7% dos seus recursos em políticas passivas de emprego, a média dos países da OCDE foi de 58,7% conforme observado no gráfico 6. Contribuem para essa distorção o crescimento dos dispêndios com abono salarial e seguro defeso, que tiveram suas participações elevadas de 10,9% e 0,7% do total gasto em 2002 para 22,4% e 3,0% em 2012, respectivamente.

O abono salarial prevê o pagamento de um SM para o trabalhador inscrito há pelo menos cinco anos no PIS/PASEP que receba até dois SMs de remuneração mensal e que tenha trabalhado pelo menos trinta dias no ano de referência. Na prática, prevê o pagamento de 14º salário para um conjunto específico de trabalhadores.⁹

9. Os gastos com o abono salarial cresceram de R\$ 1,3 bilhão em 2002 para R\$ 12,3 bilhões em 2012.

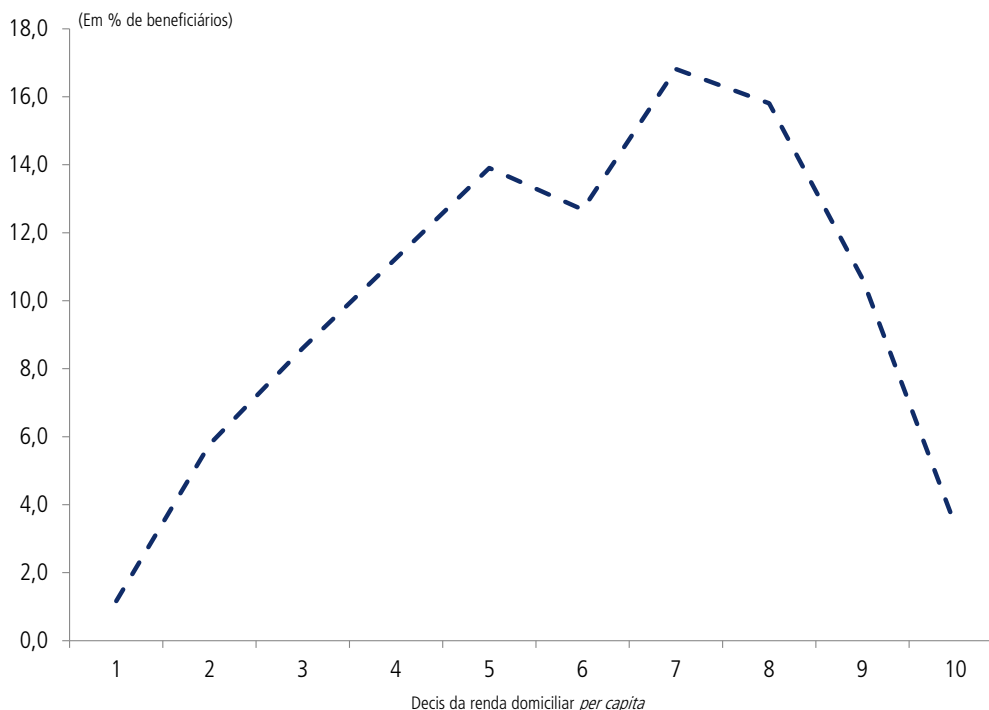


Apesar de instituído em um momento em que os direitos trabalhistas eram menores do que hoje e de o SM ter sido utilizado como um indicador mais tradicional de pobreza, os estudos atuais têm mostrado que o abono tem se constituído em uma política de distribuição de renda regressiva, pois as pessoas que ganham até dois SMs e são formais estão concentradas nos decis intermediários da população. A referida regressividade pode ser constatada no gráfico 7.

Não obstante, a regra que concede o benefício para os trabalhadores que tenham trabalhado apenas trinta dias no ano de referência não parece ser adequada. Assim, em um momento em que o mercado de trabalho sofre com problemas de elevada rotatividade, talvez fosse mais interessante modelar esse benefício em favor de políticas direcionadas à manutenção do emprego, tendo em vista que o tempo médio de duração do vínculo trabalhista no Brasil é de 7,7 anos, enquanto a maioria dos países da OCDE possui uma média superior a dez anos.

Outro benefício que tem gerado muitas despesas para o FAT é o seguro-desemprego para o pescador artesanal. Esse benefício prevê o pagamento de um SM para os pescadores artesanais em períodos de defeso, quando a atividade pesqueira fica proibida para a reprodução da espécie marítima. As despesas com esse benefício e o número de beneficiários aumentaram substancialmente, passando de R\$ 82 milhões e 106 mil em 2003 para R\$ 1,9 bilhão e 970 mil em 2012, respectivamente.

GRÁFICO 7

Distribuição dos ocupados (com carteira e RJU¹) com renda do trabalho até dois SMs²

Acredita-se que a aprovação da Lei nº 10.779/2003 e a decisão judicial proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.464 contribuíram para que as despesas com esse benefício crescessem de forma substancial nos últimos anos, assim como o número de beneficiários. Em outros termos, a Lei nº 10.779/2003 reduziu o tempo mínimo no Registro Geral de Pesca (RGP) de três para um ano para que o pescador profissional pudesse se habilitar ao benefício. No mesmo sentido, a ampliação do conceito de pescador artesanal beneficiou os familiares e demais trabalhadores da cadeia produtiva, haja vista as divergências conceituais expressas nos vários atos legais e infralegais. Por sua vez, a ADI nº 3.464 determinou que a exigência do atestado da Colônia de Pescadores viola os princípios da liberdade de associação no Artigo 5º, inciso XX, da Constituição Federal 1988 (CF/1988) e da liberdade sindical (Artigo 8º, inciso V, CF/1988).

Dessa forma, parece interessante uma reforma mais abrangente no sistema de concessão desse benefício, com o intuito de eliminar as divergências conceituais legais existentes, restringir a extensão do benefício às atividades de apoio à pesca e aos familiares, fortalecer a estrutura de identificação e fiscalização dos ministérios envolvidos, criar documento que acompanhe a origem do pescado, verificar a continuidade da atividade pesqueira de forma ininterrupta, fomentar a inscrição do pescador como microempreendedor individual e exigir frequência dos segurados em cursos de qualificação do PRONATEC quando da paralisação da pesca.

6 CONCLUSÕES

As despesas com o seguro-desemprego no Brasil têm crescido substancialmente nos últimos anos. Esta nota teve o objetivo de analisar esse programa com base nas regras que ditam seu funcionamento e por meio de comparações internacionais com sistemas semelhantes. Mostrou-se que a legislação brasileira não é extremamente benevolente se comparada à dos demais países. Além disso, o montante gasto também pode ser considerado baixo em relação à evidência internacional. A regra que poderia ser considerada benevolente refere-se à taxa de reposição do benefício, que já foi objeto de alteração pelo CODEFAT. Um possível caminho a percorrer talvez seja o aumento do tempo mínimo para requerer o valor mínimo.

No entanto, a evidência internacional aponta que, apesar do baixo gasto, o diferencial do programa brasileiro está no número de beneficiários que acessam o sistema. Com efeito, em uma amostra de dezenove países, o Brasil é o quinto em número de beneficiários. Mesmo quando controlado pela taxa de desemprego, o número daqueles que se utilizam do programa no Brasil permanece elevado.

Em razão desses resultados, investigou-se como se comporta o número de beneficiários do seguro-desemprego com relação à evolução da atividade econômica. Em primeiro lugar, pode-se constatar um comportamento pró-cíclico dos beneficiários do programa. No entanto, entre 2008 e 2010, as evidências apontaram que o comportamento se tornou contracíclico. Durante esse período, o prazo para recebimento do benefício foi aumentado nos setores mais atingidos pela crise, o que pode ter contribuído para essa mudança de comportamento. No entanto, a partir de 2011, a evolução da quantidade de beneficiários voltou a ter comportamento pró-cíclico.

Em relação ao nível de beneficiários, outro fator que merece destaque é a elevada rotatividade em um contexto de maior formalização, que leva a uma ampliação da população potencialmente requerente do seguro. Assim, uma parte relevante dos recursos do FAT deverá ser direcionada para reduzir a rotatividade e para fortalecer o vínculo empregatício, tornando-se necessárias mudanças na modelagem do abono salarial e do seguro defeso para que possam ser realocados para a construção de programas de proteção do emprego e para o fortalecimento do sistema de intermediação de mão de obra.

Do ponto de vista social, a redução do gasto com abono salarial é duplamente efetiva, pois além de este benefício ter se mostrado menos incidente sobre a população mais pobre, o fortalecimento das políticas ativas do FAT poderá reduzir o tempo de duração do desemprego que, por definição, atinge os trabalhadores mais vulneráveis. Igualmente importante é o aperfeiçoamento das regras de concessão de benefícios para o pescador artesanal.

Sob o prisma econômico, essas mudanças são recomendáveis, tendo em vista que a economia gerada com políticas passivas poderá ser direcionada para ações ativas, que podem aumentar a eficácia das políticas públicas de emprego no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, N. H. Estimando e revisando o produto potencial do Brasil: uma análise do filtro Hodrick-Prescott com função de produção. *In*: GENTIL, D.; MESSEMBERG, R. **Crescimento econômico**: produto potencial e investimento. Ipea, 2009.

BORJAS, G. **Economia do trabalho**. 5. ed. AMGH Editora Ltda., 2012.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo, 2011.

KHAN, L. The long term labor market consequences of graduating from college in a bad economy. **Labour economics**, n. 17, v. 2, p. 303-316, 2010.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Labour market programmes**. 2014. Disponível em: <stats.oecd.org>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, A. G.; CHAVES, J. V. **Seguro defeso**: diagnóstico dos problemas enfrentados pelo programa. Brasília: Ipea/Disoc, 2013.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **ILO Social Security Database**: programmes and mechanisms. 2013. Disponível em: <<http://www.ilo.org/dyn/sesame/IFPSES.SocialDatabase>>.

ANEXO

TABELA A.1
Características do seguro-desemprego: países selecionados

	Tipo de programa	Cobertura	Contribuição do empregado
Argentina	Seguro social	Empregados do setor privado	Sem contribuição
Austrália	Assistência social	População que está trabalhando	Sem contribuição
Bélgica	Seguro social	Trabalhadores assalariados e categorias afins	0,87
Brasil	Seguro social	Trabalhadores com carteira e outras categorias	Sem contribuição
Canadá	Seguro social	População que está trabalhando	1,73
Chile	Responsabilidade do empregador	Trabalhadores assalariados e categorias afins	Sem contribuição
Dinamarca	Seguro obrigatório	População que está trabalhando	8
França	Seguro social	Trabalhadores assalariados e categorias afins	2,4
Alemanha	Seguro social	Trabalhadores assalariados e categorias afins	1,4
Itália	Seguro social	Empregados do setor privado	0,3
Japão	Seguro social	Trabalhadores assalariados e categorias afins	0,6
México	Responsabilidade do empregador	Trabalhadores assalariados e categorias afins	Sem contribuição
Holanda	Seguro social	Trabalhadores assalariados e categorias afins	3,5
Nova Zelândia	Assistência social	Toda população	Sem contribuição
Noruega	Seguro social	População que está trabalhando	1 contribuição global, quando idoso
Portugal	Seguro social	Trabalhadores assalariados e categorias afins	1 contribuição global, quando idoso
Espanha	Seguro social	Trabalhadores assalariados e categorias afins	1,55
Suécia	Universal	Trabalhadores assalariados e categorias afins	Sem contribuição
Suíça	Seguro social	Trabalhadores assalariados e categorias afins	1
Reino Unido	Seguro social	Trabalhadores assalariados e categorias afins	1 contribuição global, quando idoso
Estado Unidos	Seguro social	Trabalhadores assalariados e categorias afins	Sem contribuição

Fonte: International Labour Organization (ILO), Social Security Database. Para o Brasil, MTE.

TABELA A.2
Características do seguro-desemprego: países selecionados

	Idade máxima para receber o benefício (anos)	Taxa máxima de cálculo dos benefícios	Duração do benefício (semanas) com o cálculo do benefício máximo	Acumulação do seguro-desemprego com outros rendimentos	Seguro-desemprego especial para idosos
Argentina	-	50	17	-	-
Austrália	Idade legal de aposentadoria	Taxa de montante fixo	Sem limites	Não é possível acumular	Sim
Bélgica	Idade legal de aposentadoria	60	52	Não é possível acumular	Sim
Brasil	Sem máximo de idade	80	17	Acumulação parcial possível	Não
Canadá	-	55	45	Acumulação parcial possível	Não
Chile	Sem máximo de idade	Taxa de montante fixo	13	Não é possível acumular	Não
Dinamarca	63	90	208	Acumulação parcial possível	Sim
França	Idade legal de aposentadoria	75	52	Acumulação parcial possível	Sim
Alemanha	Idade legal de aposentadoria	60	26	Acumulação parcial possível	Sim
Itália	Idade legal de aposentadoria	60	26	Acumulação parcial possível	Sim
Japão	65	80	43	-	Sim
México	n.d.	Montante fixo	Montante fixo	-	Não
Holanda	Idade legal de aposentadoria	75	8	Não é possível acumular	Sim
Nova Zelândia	Idade legal de aposentadoria	Taxa de montante fixo	Sem limites	Não é possível acumular	Não
Noruega	67	87,6	52	Não é possível acumular	Sim
Portugal	62	65	52	Acumulação parcial possível	Sim
Espanha	Idade legal de aposentadoria	70	26	Não é possível acumular	Sim
Suécia	65	Taxa de montante fixo	60	-	-
Suíça	Idade legal de aposentadoria	70	57	Acumulação parcial possível	Sim
Reino Unido	Idade legal de aposentadoria	Taxa de montante fixo	26	Não é possível acumular	Não
Estados Unidos	-	50	26	Não é possível acumular	-

Fonte: ILO, Social Security Database. Para o Brasil, MTE.
n.d. = não disponível

TABELA A.3

Características do seguro-desemprego: países selecionados

	Tempo de período de trabalho (ou contribuição) para ser qualificado ao benefício mínimo (semanas)	Tempo de período de trabalho (ou contribuição) para ser qualificado ao benefício mínimo (período)	Tempo de período de trabalho (ou contribuição) para ser qualificado ao benefício máximo (semanas)	Tempo de período de trabalho (ou contribuição) para ser qualificado ao benefício máximo (período)
Argentina	13	90 dias em 12 meses	26	6 meses de contribuição em 3 anos
Austrália	Nenhum	n.d.	Nenhum	n.d.
Bélgica	44	312 dias nos últimos 18 meses	44	312 dias nos últimos 18 meses
Brasil	26	Entre 6 a 11 meses de cobertura nos últimos 36 meses	104	24 meses ou mais de cobertura
Canadá	12	420 a 700 horas de emprego durante o último ano	20	120 a 700 horas de emprego durante o último ano
Chile	52	12 meses de contribuição nos últimos 2 anos	-	n.d.
Dinamarca	52	52 semanas de emprego nos últimos 3 anos	-	n.d.
França	13	4 meses de trabalho nos últimos 28 meses	-	n.d.
Alemanha	52	12 meses empregado nos últimos 2 anos	-	n.d.
Itália	52	52 semanas de contribuição nos últimos 2 anos	-	n.d.
Japão	26	6 meses durante os últimos 12 meses	-	n.d.
México	-	n.d.	-	n.d.
Holanda	26	Pelo menos 26 semanas durante 36 meses	n.d.	n.d.
Nova Zelândia	104	24 meses de residência	-	n.d.
Noruega	52	n.d.	-	n.d.
Portugal	52	365 dias de recebimento nos últimos 24 meses	-	n.d.
Espanha	52	360 dias de contribuição nos últimos 6 anos	312	2.160 dias de contribuição
Suécia	26	Empregado por no mínimo 6 meses (no mínimo 70 horas por mês)	26	Empregado por no mínimo 6 meses
Suíça	52	12 meses de emprego nos últimos 2 anos	-	n.d.
Reino Unido	Nenhum	n.d.	Nenhum	n.d.
Estados Unidos	15	Em alguns estados: de 15 a 20 semanas	n.d.	n.d.

Fonte: ILO, Social Security Database. Para o Brasil, MTE.

n.d. = não disponível.

TENDÊNCIAS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Naercio Aquino Menezes Filho*
Pedro Henrique Fonseca Cabanas*
Bruno Kawaoka Komatsu*

1 INTRODUÇÃO

Em anos recentes, o desemprego está em baixa. Entre 2003 e 2013,¹ o número de desempregados recuou 52,5% nas principais regiões metropolitanas (RMs), e a taxa de desemprego passou de 13% para 5,4% no mesmo período. Os gastos do governo com o seguro-desemprego, no entanto, estão aumentando a cada ano. De acordo com dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Brasil, 2008, 2009, 2012, 2013) e deflacionados pelos autores, entre 2002 e 2012, os gastos do governo com esse benefício passaram de R\$ 11 bilhões para R\$ 28,4 bilhões (em valores constantes de 2012), um aumento médio anual de 10%. Como é possível que os gastos com o seguro-desemprego tenham aumentado, quando o desemprego está diminuindo?

Com o objetivo de analisar essas tendências divergentes, buscou-se, neste artigo, observar os movimentos do mercado de trabalho em anos recentes, examinando dados agregados obtidos das pesquisas domiciliares, como a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ambas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados indicam que aumentos na rotatividade entre trabalhadores formais não parecem ter efeito relevante sobre a expansão acelerada nos gastos com a seguridade social. Verificou-se, por meio de simulações, que os altos valores gastos podem estar relacionados com o crescimento do valor das parcelas do benefício, determinados pelos aumentos das médias salariais recentes e pelos reajustes do governo.

2 PANORAMA GERAL DO MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO

A população economicamente ativa (PEA) representa o estoque de oferta de trabalho disponível no mercado. Entre 2003 e 2013, esse estoque apresentou crescimento em ritmo muito semelhante àquele da população em idade ativa (PIA), definida como os

* Do Centro de Políticas Públicas (CPP) do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper) e Universidade de São Paulo (USP).

1. Considerou-se somente o mês de setembro de cada ano.

indivíduos que possuem 10 anos ou mais de idade,² de modo que a taxa de atividade (a razão entre os dois estoques) se manteve relativamente constante. O crescimento médio anual da PEA foi de 1,5% ao ano (a.a.) nas RMs abrangidas pela PME³ entre 2003 e 2008 e de 1,1% a.a. entre 2008 e 2013. No Brasil como um todo, o crescimento do mesmo agregado foi de 2,3% a.a. entre 2002 e 2008 e de 0,4% a.a. entre 2008 e 2012.

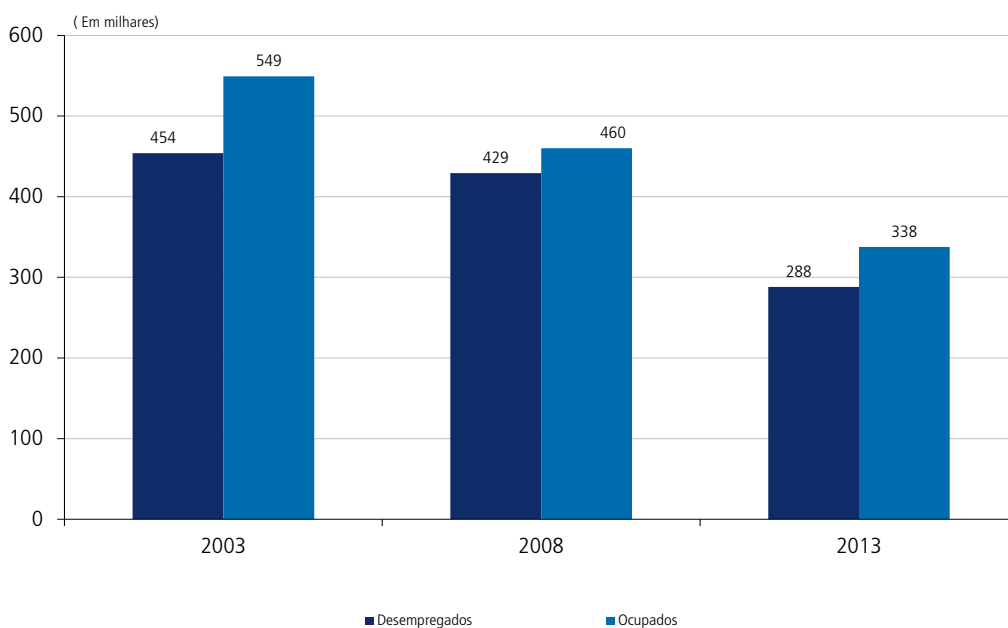
O crescimento da PEA foi puxado pela expansão do emprego, que aumentou a uma taxa média anual de 2,6% entre 2002 e 2008 e de 0,6% entre 2008 e 2012 no país. Nas RMs, áreas comparativamente mais dinâmicas, o crescimento foi de 2,7% a.a. entre 2003 e 2008 e de 1,6% a.a. entre 2008 e 2013.

Por sua vez, o número de desocupados se retraiu no Brasil. As pessoas que procuravam emprego diminuíram a taxas entre 2% a.a. e 3% a.a. entre 2002 e 2008 e entre 2008 e 2012. Nas RMs, a redução foi mais acentuada: -9% a.a. entre 2003 e 2008 e -6% a.a. entre 2008 e 2013.

Esses números expressam a dinâmica de crescimento da economia brasileira da última década, fortemente puxada pelo crescimento do consumo e emprego, embora seu desempenho agregado da produtividade tenha sido comparativamente pior.

Para explicar melhor a queda na taxa de desemprego, foram analisados os fluxos de entrada do emprego e do desemprego.⁴ Os movimentos de curto prazo apresentados no gráfico 1 (menos de um mês de trabalho ou de procura por trabalho) mostram que ambos os fluxos estão em queda.

GRÁFICO 1

Novos desempregados e novos ocupados nas RMs (2003-2013)

Fonte: PME/IBGE.

Elaboração dos autores.

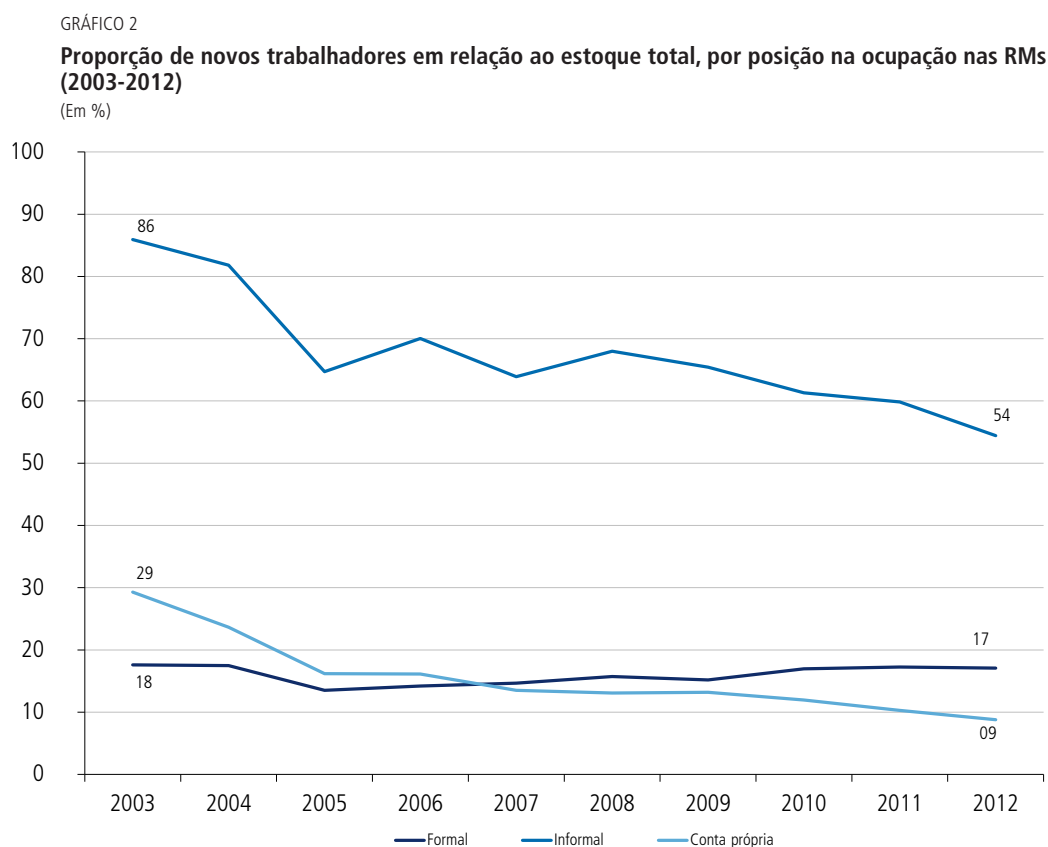
2. Apesar da alteração feita pelo IBGE na PNAD 2011, para 15 anos ou mais de idade, foi mantida a definição anterior.

3. São elas: as RMs de São Paulo (RMSP), do Rio de Janeiro (RMRJ), de Belo Horizonte (RMBH), do Recife (RMR), de Salvador (RMS) e de Porto Alegre (RMPA).

4. Nesse caso, não foram considerados os fluxos de saída para a inatividade (cuja taxa líquida se manteve relativamente constante no período).

De fato, Nunes (2010) e Menezes Filho e Nunes (2013) mostram que, entre os ocupados, a probabilidade de desligamento decresceu continuamente ao longo dos anos 2000. No sentido oposto, apesar da redução do fluxo de entrada em ocupações, a probabilidade de admissão entre os desocupados teve aumentos no mesmo período. Entre esses dois movimentos, os estudos mostram que, entre 2002 e 2009, a variação da probabilidade de admissão explica integralmente a variação da taxa de desemprego. Isso significa que a importância das contratações sobre a taxa de desemprego preponderou em relação à importância da redução dos desligamentos no que se refere à queda da taxa de desemprego.

Um ponto adicional sobre o desemprego é que parece haver contribuições do setor não formal para as tendências de queda apresentadas. Como mostrado no gráfico 2, a rotatividade se reduziu entre trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira assinada no setor privado. No primeiro caso, a proporção de novos trabalhadores (com menos de um mês no trabalho) no estoque de trabalhadores caiu de 29% em 2003 para 9% em 2012. Entre os empregados sem carteira, a redução foi de 86% para 54% no mesmo período. Essas reduções foram acompanhadas de crescimento da duração média desses trabalhos – de 98 meses para 129 meses entre trabalhadores por conta própria e de 36 meses para cinquenta meses entre empregados sem carteira.



Entre os empregados com carteira assinada no setor privado, a rotatividade se manteve relativamente constante, e houve uma redução pequena na duração média dos vínculos (de 67 meses em 2003 para 64 meses em 2013).

3 FORMALIZAÇÃO E SEGURO-DESEMPREGO

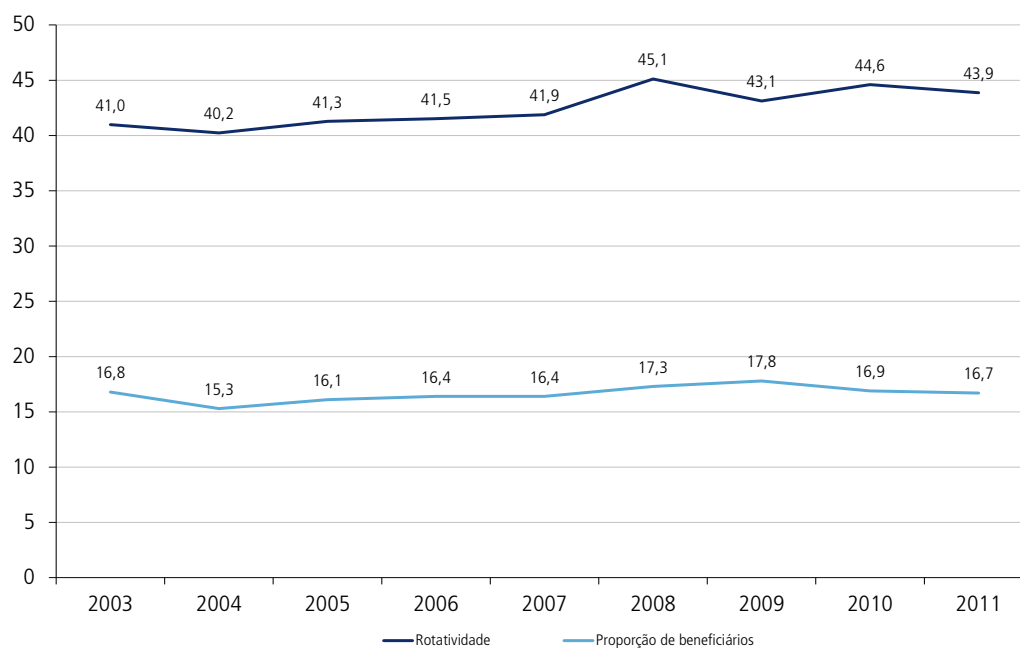
Um fator importante a ser destacado em relação ao aumento dos gastos com o seguro-desemprego foi o aumento na formalização do mercado de trabalho. Verifica-se um crescimento da proporção daqueles com carteira assinada no setor privado no total de empregados, passando de 53% em 2003 para 66% em 2013, de acordo com dados obtidos da PME, e de 56% em 2002 para 67% em 2012 no Brasil como um todo. Esse fator é importante para explicar os aumentos nos gastos, visto que os trabalhadores formais com carteira assinada constituem a maioria dos beneficiários do seguro-desemprego, enquanto os trabalhadores informais, empregadores e trabalhadores por conta própria, no geral, não têm direito ao benefício.

Outro fator relevante poderia ser o aumento da rotatividade no trabalho entre empregados formais, que expandiria o número de possíveis candidatos ao benefício. De acordo com dados do MTE, no entanto, a taxa de rotatividade de celetistas⁵ apresentou crescimento comparativamente pequeno na década passada. Como mostrado no gráfico 3, entre 2003 e 2011, houve crescimento relativamente pequeno da rotatividade, de 41% para 44%, o que parece corroborar o resultado do gráfico 2. A proporção de beneficiários em relação ao estoque de empregados com carteira assinada se manteve constante, de modo que o número daqueles aumentou no mesmo ritmo do emprego com carteira.

GRÁFICO 3

Taxa de rotatividade anual e proporção de beneficiários em relação ao estoque total de empregados celetistas (2003-2011)

(Em %)



Fonte: MTE.

Elaboração dos autores.

Além do crescimento do número de beneficiários do seguro-desemprego, é importante observar os valores das parcelas do seguro, que variam de acordo com a renda do trabalhador e os reajustes determinados pelo governo. O crescimento do salário

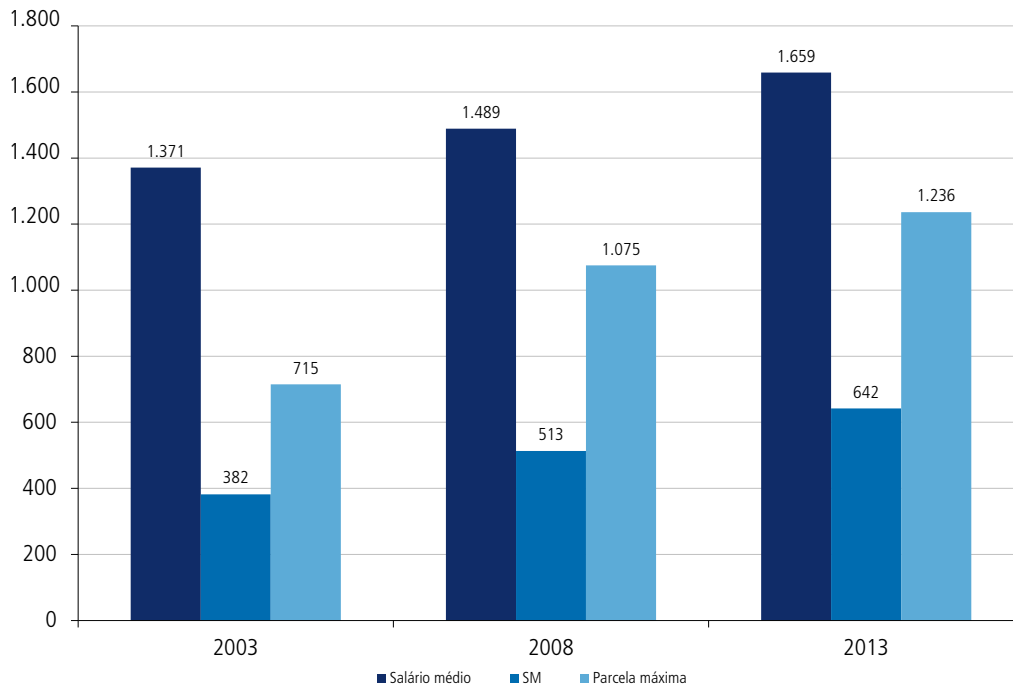
5. A taxa de rotatividade é calculada como uma razão em que o numerador é o mínimo entre o número de admissões e desligamentos no período considerado, e o denominador é o tamanho médio do estoque de trabalhadores.

médio dos trabalhadores, do salário mínimo (SM) nacional (o piso do valor da parcela do benefício) e do valor máximo das parcelas apresentados nos gráficos 4 e 5 evidenciam que o aumento nos gastos pode ser relacionado a um crescimento no valor das parcelas do benefício, visto que o crescimento do valor máximo das parcelas é maior do que a variação do salário médio.

GRÁFICO 4

Salário médio, SM e parcela máxima do seguro-desemprego (2003-2013) nas RMs

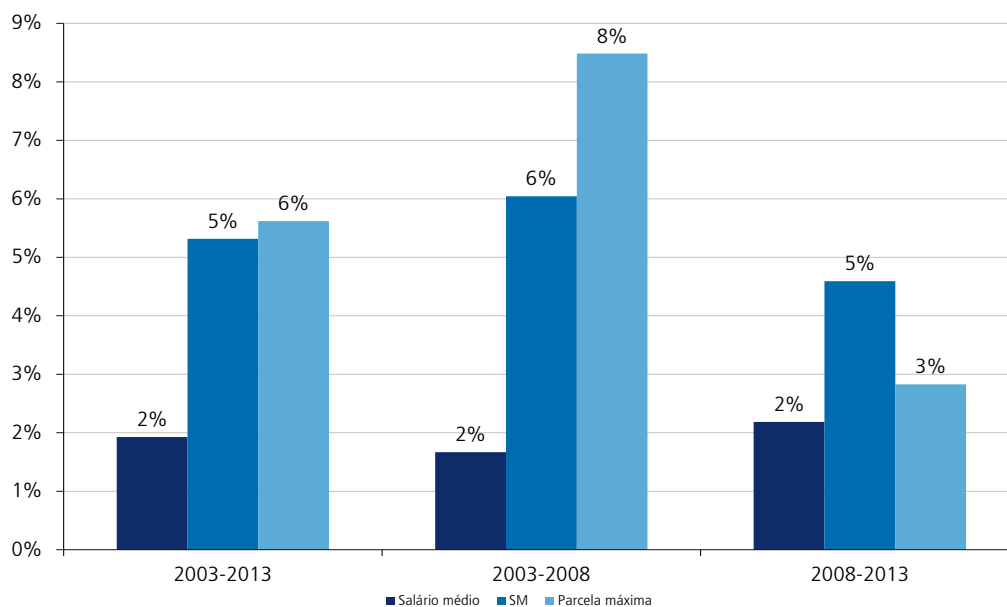
(Em R\$ de 2012)



Fonte: PME/IBGE e MTE.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 5

Crescimento do salário médio, SM e parcela máxima do seguro-desemprego nas RMs (2003-2013)



Fonte: PME/IBGE e MTE.
Elaboração dos autores.

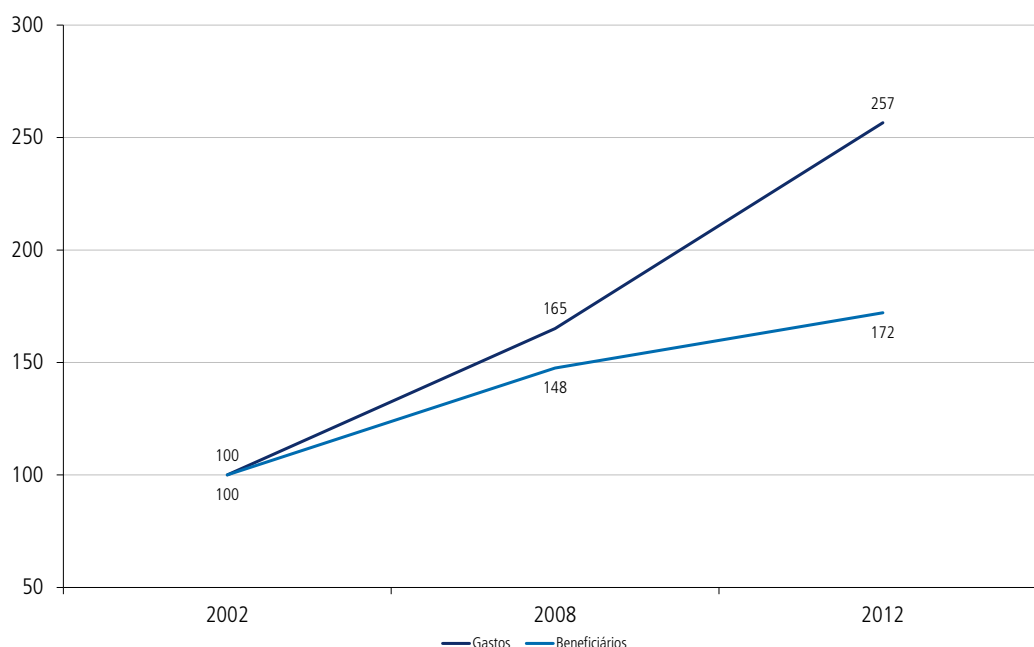
É preciso, portanto, verificar quais foram as fontes de crescimento desses gastos.

Para mensurar os gastos do governo com seguro-desemprego, foi realizado um cálculo simplificado, simulando os valores pagos a cada trabalhador de acordo com as regras divulgadas pelo MTE, sendo a quantidade de parcelas relacionada à permanência no emprego, e o valor dela relacionado, à renda mensal do trabalhador. De seis a onze meses de permanência, o trabalhador demitido sem justa causa pode receber até três parcelas do benefício; de doze a 24 meses recebe quatro parcelas e 24 meses ou mais recebe cinco parcelas. O valor das parcelas foi calculado de acordo com faixas de médias salariais, sendo simulado um indivíduo médio e os valores obtidos sendo anualizados. Utilizando dados da PME, considerou-se que todos os trabalhadores elegíveis para o recebimento do benefício solicitaram o recebimento do mesmo. De acordo com os dados dos Relatórios de Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), ilustrados no gráfico 6, entre 2002 e 2012, o número de beneficiários aumentou a uma taxa anual de 5,6%, enquanto os gastos cresceram 10% a.a. (a preços constantes de 2012).

GRÁFICO 6

Gastos do governo e beneficiários do seguro-desemprego (2002-2012)

(Base: 2002=100)



Fonte: MTE.

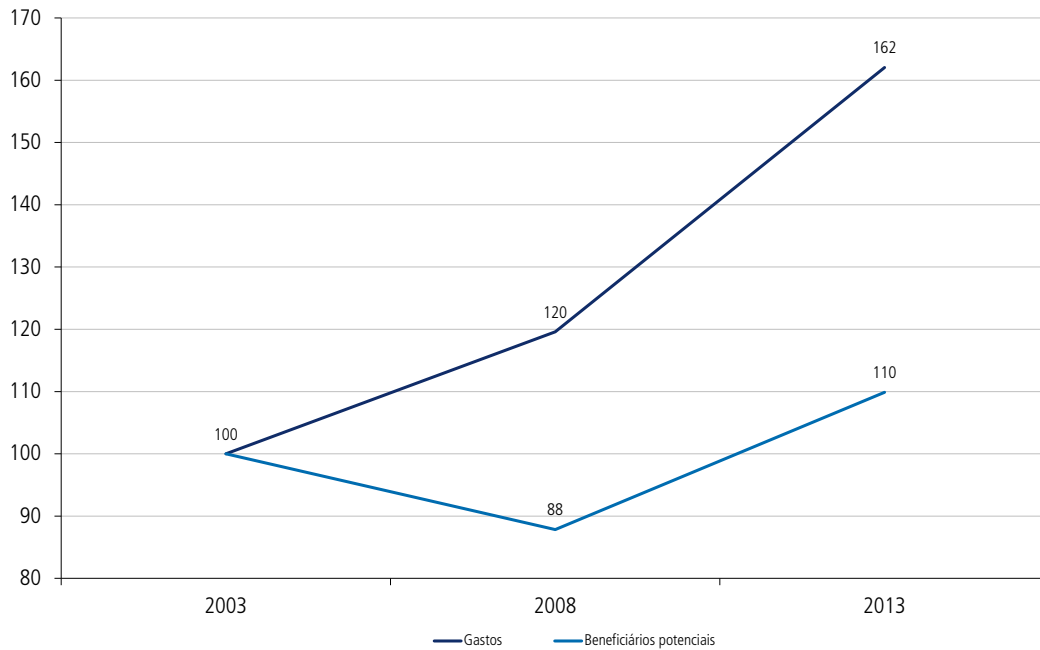
Elaboração dos autores.

As simulações com dados da PME e da PNAD (gráficos 7 e 8) mostram que foram subestimados os gastos que o governo teria realizado, já que o crescimento indicado por elas foi menor do que o mostrado anteriormente. Apesar disso, tais resultados mostram que houve aumento significativo dos gastos, de cerca de 4,5% a.a. nas RMs, e de quase 5%, com dados da PNAD. Quanto ao número de beneficiários, as diferenças em relação aos dados do MTE se devem ao fato de que os dados da PME mostram somente os beneficiários potenciais e com a abrangência reduzida às RMs. Os dados da PNAD mostram o número de pessoas que declararam ter usufruído do benefício, com uma redução importante entre 2008 e 2012.

GRÁFICO 7

Gastos do governo e beneficiários do seguro-desemprego (formal) nas RMs (2003-2013)

(Base: 2003=100)

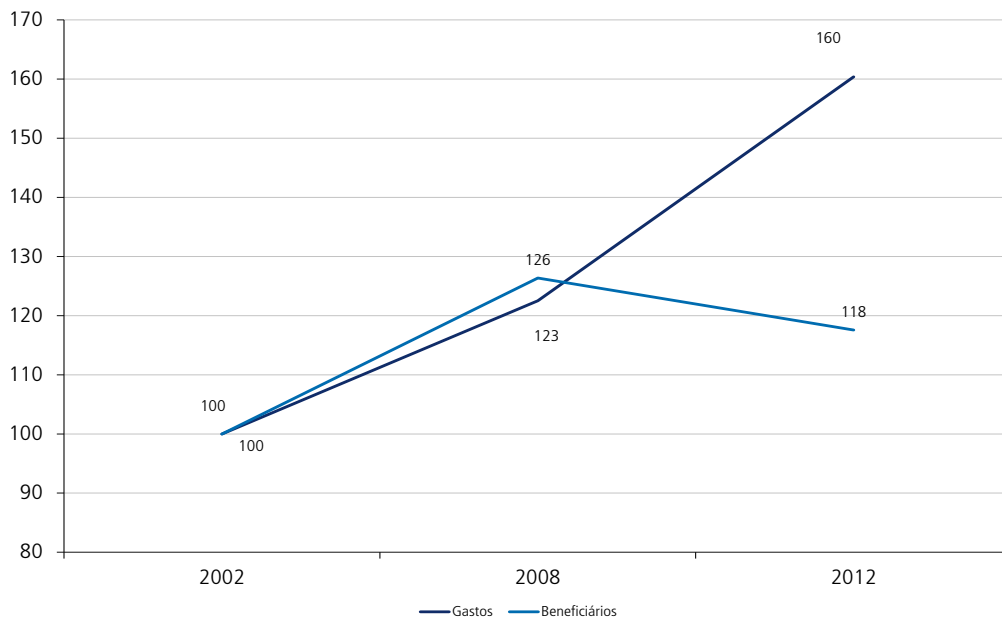


Fonte: PME/IBGE.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 8

Gastos do governo e beneficiários do seguro-desemprego (formal) (2002-2012)

(Base: 2002=100)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração dos autores.

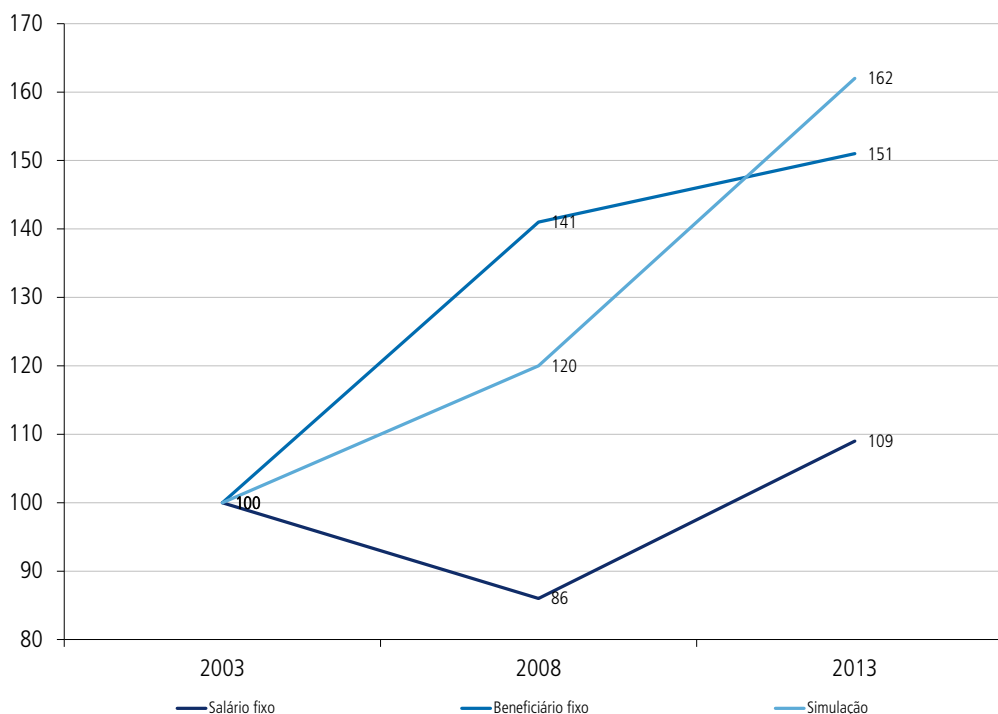
A partir das simulações anteriores, foi feito um exercício simples de cenários contrafactuais em que se mantiveram constantes, em primeiro lugar, o número de beneficiários e, posteriormente, o salário médio e os limites utilizados na regra de determinação dos valores das parcelas a serem pagas.

A partir dos dados da PME, o gráfico 9 mostra que, se o fluxo de indivíduos que saíram de empregos formais e entraram no desemprego se mantivesse estável ao longo do tempo, os gastos teriam crescido em 41% até 2008 e 51% até 2013. Em contraste, caso o valor das parcelas tivesse se mantido constante (em termos reais), os gastos teriam decrescido 14% até 2008, porém aumentado 9% até 2013. Portanto, nos últimos dez anos, o aumento do salário e dos valores da regra de determinação das parcelas parece ter contribuído mais para o aumento dos gastos com o seguro-desemprego em comparação com o número de beneficiários. Utilizando dados da PNAD, chegou-se a resultados semelhantes no final do período (gráfico 10), com resultados diferenciados em 2008.

GRÁFICO 9

Varição no total de gastos com seguro-desemprego nas RMs (2003-2013)

(Base: 2003=100)



Fonte: PME/IBGE.

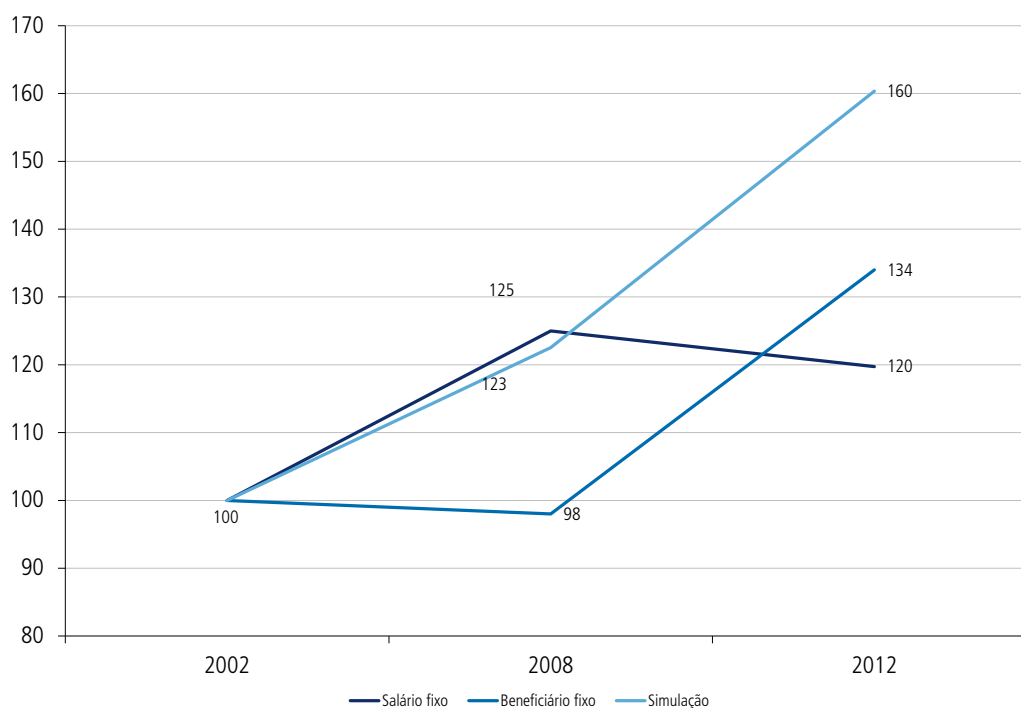
Elaboração dos autores.

Esse resultado contrasta com os argumentos que associam a causa principal do crescimento das despesas governamentais ao aumento da rotatividade e sugere que o aumento dos gastos pode ser devido principalmente ao crescimento salarial dos trabalhadores, em que se destacam o SM e, conseqüentemente, o aumento do valor das parcelas recebidas.

GRÁFICO 10

Evolução contrafactual dos gastos com seguro-desemprego (2002-2012)

(Base: 2002=100)



Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração dos autores.

5 CONCLUSÃO

Neste estudo, procurou-se explorar dados de pesquisas domiciliares do IBGE, com o objetivo de examinar os fatores que levaram ao acelerado crescimento dos gastos do governo com o seguro-desemprego em um contexto de redução drástica da desocupação.

De acordo com as simulações realizadas com dados da PME e da PNAD, apesar de o número de beneficiários ter apresentado crescimento no período como um todo, o fator que mais contribuiu para os gastos parece ter sido o aumento do valor das parcelas, determinado pelos salários médios e pelos sucessivos reajustes determinados pelo governo. Não foram encontradas evidências que permitam sustentar o argumento de que o aumento da rotatividade teria sido um fator de grande relevância para o aumento dos gastos.

Por seu turno, é possível que as regras do seguro-desemprego abram espaço para o atraso na procura do emprego, uma vez que a probabilidade de sair do desemprego tem aumentado. Nesse caso, os antigos trabalhadores formais sem ocupação poderiam se manter durante alguns meses sem procurar trabalho, na expectativa de que, quando comessem a tomar providências, encontrariam emprego com relativa facilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Relatório de Gestão do Exercício 2007**. Brasília, 2008.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício 2008**. Brasília, 2009.

_____. **Relatório de Gestão do Exercício 2011**. Brasília, 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Fundo de Amparo ao Trabalhador. **Relatório de Gestão do Exercício 2012**. Brasília, 2013.

MENEZES FILHO, N. A.; NUNES, D. U. **Probabilidades de admissão e desligamento no mercado de trabalho brasileiro**. 2013. Mimeografado.

NUNES, D. U. **Probabilidades de admissão e desligamento no mercado de trabalho brasileiro**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAHAD, J. P. Z; POZZO, R. G. Mercado de trabalho no Brasil na primeira década do século XXI: evolução, mudanças e perspectivas. **Ciência e trópico**. No prelo.

SEGURO DEFESO: PROBLEMAS ENFRENTADOS PELO PROGRAMA

André Gambier Campos*

José Valente Chaves**

1 INTRODUÇÃO

Este texto realiza um diagnóstico do Programa Seguro Defeso, que surgiu no início dos anos 1990, na esteira da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Tal programa consiste em uma extensão do seguro-desemprego, dedicado a um trabalhador específico: o pescador com perfil artesanal. E, além de estar voltado a esse pescador, o Seguro Defeso (SD) também se encontra focado na preservação de várias espécies do ecossistema brasileiro.

Esse programa situa-se na confluência das políticas sociais e ambientais. Por um lado, o SD ampara os pescadores artesanais, impedidos de subsistir com seu trabalho, durante certo período do ano (chamado período de “defeso”). Por outro, oferece alguma proteção às espécies marinhas, fluviais e lacustres, que integram o ecossistema de várias partes do país.

Em que pese a relevância de seus papéis sociais e ambientais, tal programa defronta-se hoje com diversos problemas, que ganham destaque até mesmo na imprensa cotidiana. Em particular, problemas relacionados ao fato de se direcionar a grupos que, aparentemente, não são pescadores artesanais (ou sequer pescadores).

Este artigo disponibiliza informações sobre as discrepâncias entre os números de pescadores artesanais e de beneficiários do SD, que fazem com que o programa contemple grupos que não deveria. Além do mais, oferece informações sobre os valores envolvidos em tais discrepâncias, em termos de recursos orçamentários vinculados ao programa.

Essas discrepâncias abrem uma possibilidade de descaracterização do SD. E, dados os vários méritos do programa, não só sociais como também ambientais, isso certamente não é algo desejável.

2 EVOLUÇÃO DO SEGURO DEFESO

Como mencionado, o SD conta com dois objetivos, um social e outro ambiental. O primeiro é assegurar amparo ao pescador artesanal, sob a forma de transferência monetária, durante o período de defeso, quando ele não pode retirar sua subsistência do mar, dos rios ou dos lagos. O segundo objetivo, relacionado a este, é ajudar na preservação

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail:* <andre.campos@ipea.gov.br>.

** Técnico de Desenvolvimento e Administração da Disoc/Ipea. *E-mail:* <jose.valente@ipea.gov.br>.

de várias espécies de peixes, crustáceos etc., cuja reprodução ocorre justamente durante o período de defeso.

Apesar da diversidade de objetivos, o SD é concebido como parte integrante do Programa Seguro-Desemprego, progressivamente estruturado ao longo dos anos 1990 no Brasil.¹ Isso porque a situação experimentada pelo pescador artesanal, durante o período de defeso, é equiparada à de desemprego involuntário (em que, por motivos alheios à sua vontade, o trabalhador encontra-se impossibilitado de subsistir por meio de seu trabalho).

Quem é o pescador artesanal, que se encontra no cerne do SD? Sob o prisma trabalhista, ele pode ser entendido como uma espécie de informal, situado no âmbito rural, laborando por conta própria, junto a mercados não regulados de bens e serviços, sem registro nas instâncias do Estado, operando com instrumentos próprios e capital reduzido, com escala mínima de produção, utilizando técnica adaptada e defasada e, também, apoiado por trabalho não remunerado, quase sempre familiar (Barbosa, 2011; Cacciamali, 2000; Cortés, 2000).

Por sua vez, sob a ótica previdenciária, o pescador artesanal pode ser compreendido como uma modalidade de segurado especial, que labora essencialmente para a subsistência (e não para a geração de excedente direcionado ao mercado), por meio da mútua colaboração dos membros de seu grupo familiar, com o uso apenas eventual de trabalho de terceiros – como parceiros, por exemplo (Delgado e Cardoso Júnior, 2000; Delgado, 2004).

Sob a perspectiva trabalhista ou previdenciária, o pescador artesanal se faz acompanhar de personagens bastante similares, também vinculados à informalidade rural e à seguridade especial. Exemplos disso são o pequeno agricultor, o pequeno pecuarista e o pequeno extrativista – vegetal ou mineral. Todos possuem uma extensa e tortuosa história no âmbito rural, caracterizada por uma insuficiente e difícil subsistência, com uma precária inserção na economia, na sociedade e na política brasileiras (Delgado, 2004).

A regulação normativa do SD conta com diversas normas, que se sucedem ao longo do tempo. Entre elas, pode-se mencionar a Lei nº 8.287/1991, a Lei nº 10.779/2003 e a Lei nº 11.959/2009, bem como a Resolução nº 468/2005 e a Resolução nº 657/2010, ambas do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), a Instrução Normativa nº 1/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e as diversas portarias e instruções normativas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)/Ministério do Meio Ambiente (MMA).

As normas do programa se alteraram, ora no sentido de ampliar o seu acesso ora no sentido de restringi-lo. De acordo com a literatura, a alteração das regras no sentido de ampliar tal acesso prevaleceu, de modo claro e incisivo (Hellebrandt *et al.*, 2012; Marinho, Balestro e Walter, 2010; TCU, 2013). Aliás, isso foi apontado como uma das causas para a evolução constatada na execução do SD, examinada na sequência.

O gráfico 1 traz informações sobre a execução física do SD. Mais especificamente, sobre o número de beneficiários do SD entre 1992 e 2011, permitindo enxergar dinâmicas distintas nesse período de quase vinte anos. Primeiramente, quando o programa estava

1. Outras modalidades integrantes do seguro-desemprego são: *i)* seguro para o assalariado formal; *ii)* seguro para o assalariado doméstico; e *iii)* seguro para o trabalhador que experimentou condição de trabalho análoga à escravidão. Para uma análise de todas essas modalidades ao longo do tempo (incluindo o SD), ver Azeredo (1998), Marinho, Balestro e Walter (2010) e Moretto (2007).

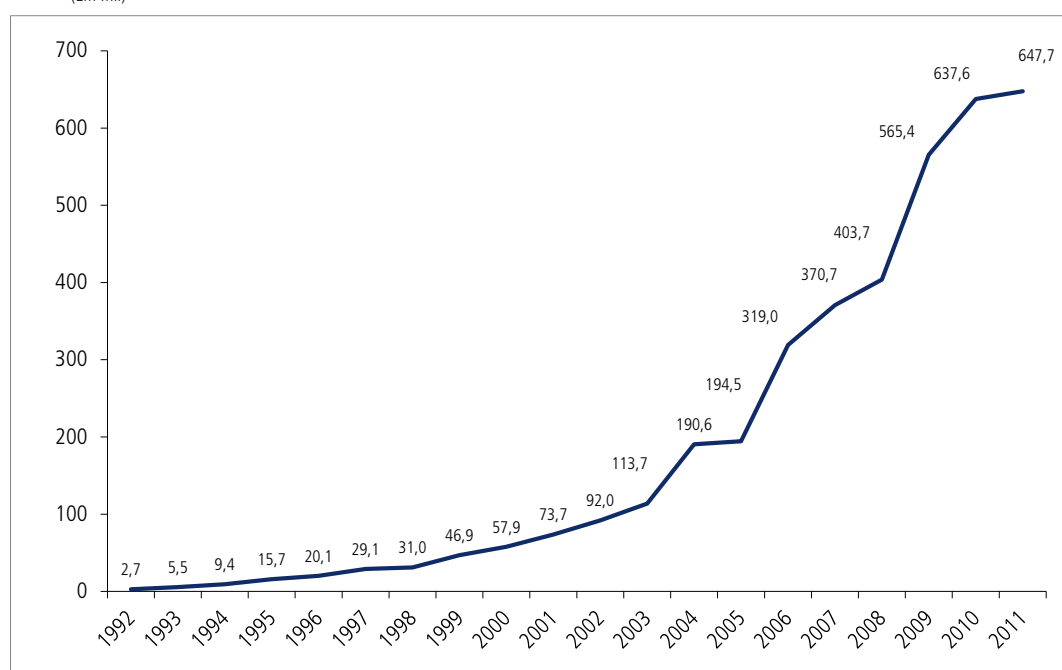
em seu início, após a Lei nº 8.287/1991, esse número cresceu de maneira constante e, também, bastante moderada, saindo de 2,7 mil em 1992 para 92,0 mil em 2002, representando a entrada de 89,3 mil novos beneficiários no programa no lapso de uma década (em média, 8,9 mil a cada ano).

Posteriormente à Lei nº 10.779/2003, esse número aumentou de forma cada vez mais acentuada, passando de 92,0 mil em 2002 para 647,7 mil em 2011, significando que 555,7 mil novos beneficiários se incorporaram ao SD no período inferior a uma década (ou 61,7 mil a cada ano, em média). Enfim, como fica evidente no gráfico, desde seu início, o programa assistiu a duas fases bastante diferentes: uma até 2002 e outra após, sendo esta última caracterizada por um incremento expressivo e bastante rápido no número de beneficiários.

GRÁFICO 1

Número de beneficiários do SD (1992-2011)

(Em mil)



Fonte: MTE (1992 a 2002) e TCU (2003 a 2011).
Elaboração dos autores.

Em linhas gerais, a execução orçamentária do SD acompanhou a execução física. Antes da Lei nº 10.779/2003, a primeira mostrou um crescimento reiterado mas também comedido dos valores, que passaram de R\$ 62,50 milhões em 2000 para R\$ 111,12 milhões em 2002.² Isso significou, em média, o dispêndio de apenas R\$ 24,31 milhões a mais a cada ano do início da década (gráfico 2).

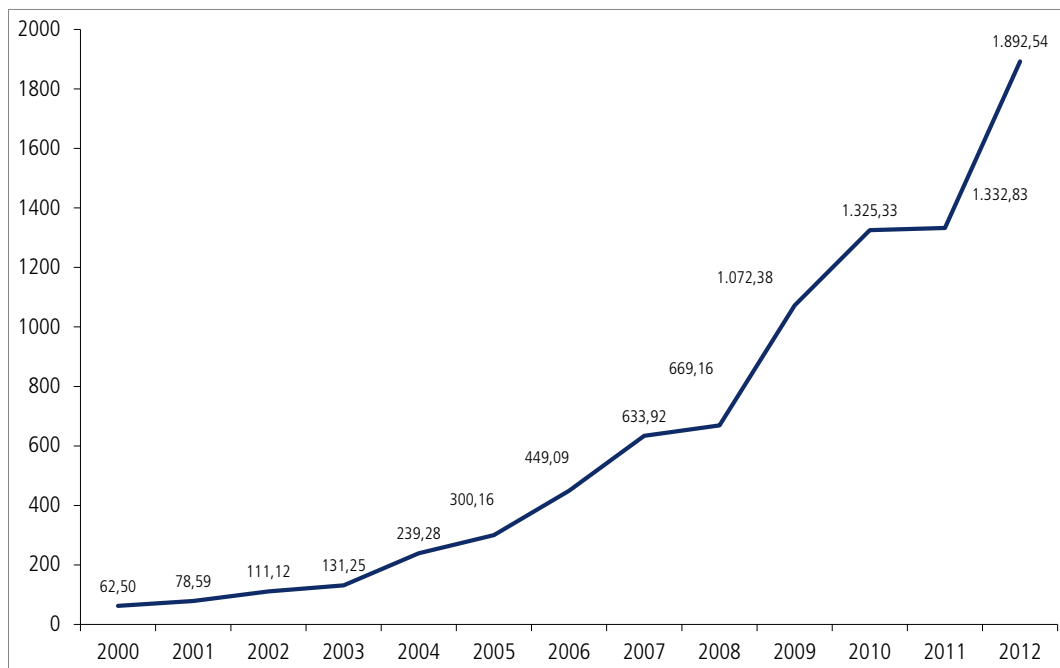
Após essa lei (assim como após outras normas surgidas), a execução do programa se acelerou e exibiu um aumento expressivo dos valores, que passaram de R\$ 111,12 milhões em 2002 para R\$ 1,89 bilhão em 2012, representando, em média, o dispêndio de R\$ 178,14 milhões adicionais a cada ano (cerca de sete vezes o valor constatado no começo dos anos 2000).

2. Em reais médios de 2012, com atualização realizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

GRÁFICO 2

Execução orçamentária do SD: liquidada (2000-2012)

(Em R\$ médios de 2012, milhões)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Ministério da Fazenda (Siafi/MF).

Elaboração dos autores.

Obs.: atualização de valores, para R\$ médios de 2012, realizada pelo IPCA/IBGE.

Evidentemente, essa execução foi influenciada pelo número de beneficiários que, como já descrito, teve seu incremento calcado nas alterações normativas, trazidas pela Lei nº 10.779/2003, pela Resolução CODEFAT nº 468/2005, pela Lei nº 11.959/2009, pela Resolução CODEFAT nº 657/2010 e pelas portarias e instruções normativas do Ibama/MMA e do Ministério da Pesca e Agricultura (MPA).

Mas tal execução também foi influenciada pelo valor de referência dos benefícios – o salário mínimo (SM), cujo valor foi ampliado pelo governo federal, especialmente após 1999. Além disso, também o foi pela duração dos benefícios recebidos por cada pescador artesanal, estabelecida pelas normas do Ibama/MMA e do MPA, que ampliaram os períodos em que as espécies deveriam permanecer sob defeso, principalmente após 2003.

Seja como for, é importante mencionar que a execução do SD, que se traduziu em números crescentes de beneficiários e de dispêndios, pode colocar em risco o próprio SD. Esses números cresceram de modo tão rápido e acentuado que, no debate travado nas esferas públicas, o programa passou a ser encarado com ressalvas, não obstante suas virtudes, associadas a seus objetivos sociais e ambientais.

3 DISCREPÂNCIAS DO SEGURO DEFESO

Apesar da importância do SD nos anos recentes, não há muitas informações disponíveis sobre ele. Para analisar o programa, conta-se essencialmente com informações derivadas de sua administração. Entre elas, destacam-se aquelas geradas pelo MTE e pelo MPA e disponibilizadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) – por meio do Portal da Transparência Federal. Elas contemplam, entre outras coisas, a evolução do número de beneficiários do SD ao longo do tempo, bem como a evolução do número e do valor

dos benefícios por eles recebidos. Em sua forma consolidada, esses dados já foram apresentados nos gráficos 1 e 2.

Este texto procura ampliar a disponibilidade de informações sobre o SD, ao trazer para sua análise o Censo Demográfico do IBGE. Entre outros aspectos, as informações do censo contemplam o número de pescadores no período de interesse. E não se está falando de quaisquer pescadores, mas sim dos artesanais – que correspondem ao foco específico do SD, tal como definido em sua legislação reguladora.

Com os dados do censo, é possível verificar as discrepâncias entre os números de pescadores artesanais, por um lado, e os de beneficiários do SD, por outro (que podem incluir pescadores não artesanais e até mesmo não pescadores). Essas discrepâncias podem ser analisadas em termos de intensidades (diferenças entre os números), de localizações (diferenças entre estados, microrregiões e municípios) e, também, de impactos (orçamentários, sobretudo).

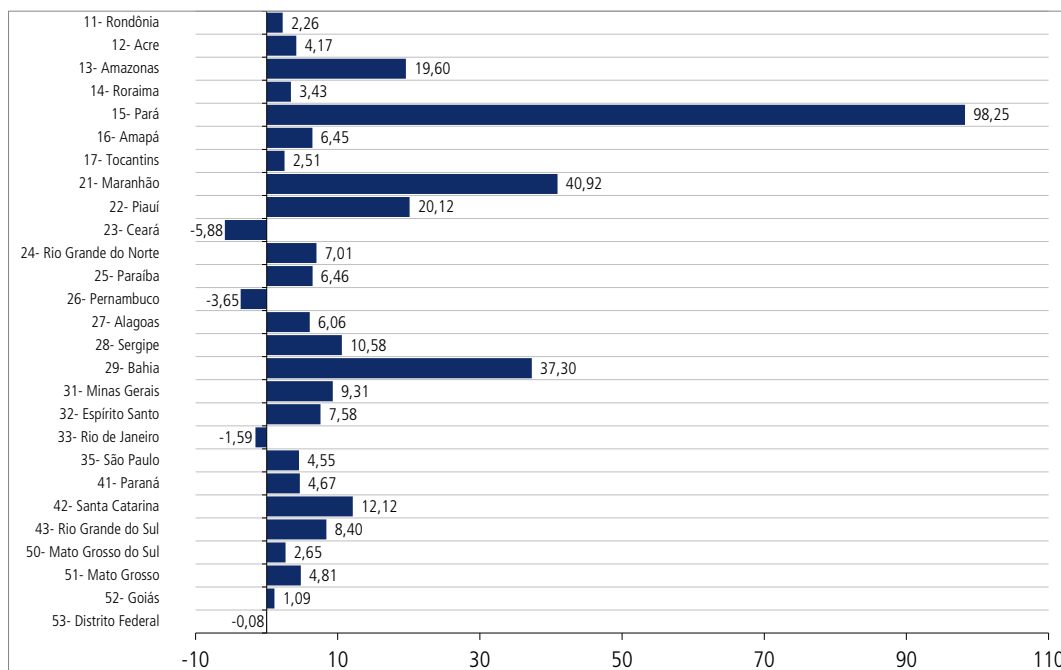
De acordo com os dados administrativos, em 2010, em todo o Brasil, 584,7 mil indivíduos receberam ao menos uma parcela do SD. Por sua vez, de acordo com o censo, no mesmo período, em todo o país, havia 275,1 mil pescadores artesanais. Do contraste entre ambos os números, chega-se à diferença de 309,6 mil indivíduos – que, aparentemente, corresponde ao número dos que auferiram o benefício do SD, mesmo sem apresentar o perfil definido na legislação do programa.

Levando-se em conta apenas os estados de Pará, Maranhão, Bahia, Piauí, Amazonas e Santa Catarina, visualizados claramente no gráfico 3, somam-se 73,8% das diferenças calculadas para o SD em todo o país. Isso indica uma relativa concentração do problema em localidades específicas, ainda que o programa dê sinais dele em quase todos os estados brasileiros (com exceção de Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro).

GRÁFICO 3

Diferença entre o número de pescadores artesanais e de beneficiários do SD (2010)

(Em milhares)



Fonte: Censo Demográfico/IBGE e Registro Administrativo/MTE-MPA-CGU-Portal da Transparência.
Elaboração dos autores.

Ao que parece, no Pará, Maranhão, Bahia, Piauí, Amazonas e Santa Catarina, um número expressivo de indivíduos acessou os benefícios do SD ao longo de 2010, apesar de não se encaixar no perfil do programa, definido na Lei nº 10.779/2003 e na Resolução CODEFAT nº 468/2005. Em tais estados, o programa pareceu direcionar-se a indivíduos que, ao menos do ponto de vista das normas reguladoras, não deveriam ser por ele protegidos – consistindo em pescadores não artesanais ou até mesmo em não pescadores.

Pelo que se percebe do contraste entre o número de pescadores artesanais e de beneficiários, o SD pareceu estar superdimensionado, principalmente em estados como Pará, Maranhão, Bahia, Piauí, Amazonas e Santa Catarina.

Como é evidente, isso pode ser traduzido em termos orçamentários, representando uma espécie de sobrecusto do SD. Algo que o programa não precisaria contabilizar, caso apresentasse o dimensionamento “esperado”, definido com base nas informações do censo, a respeito do número de pescadores artesanais.

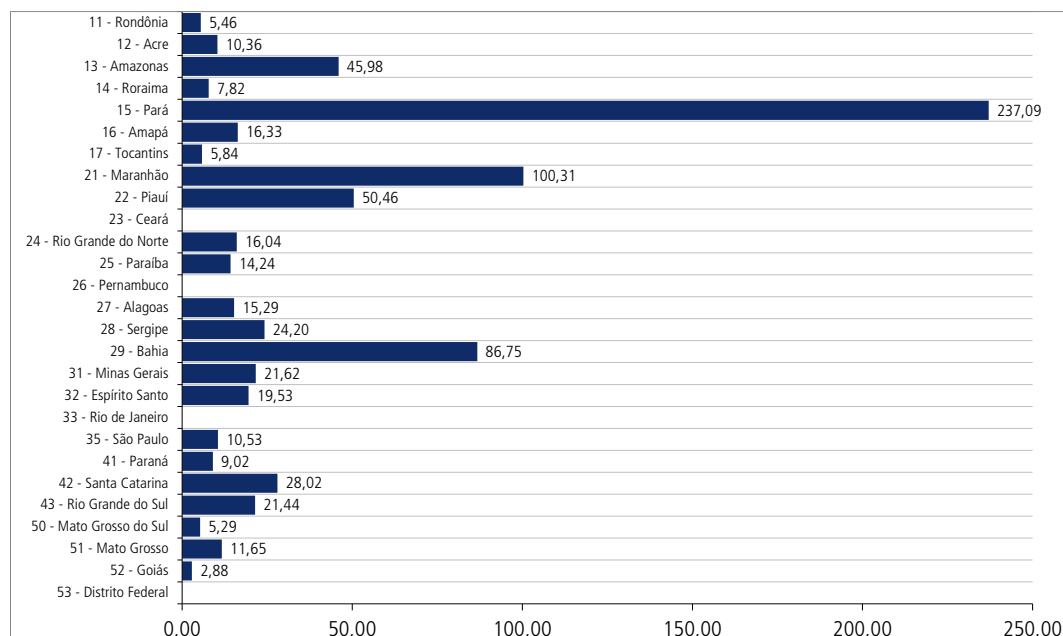
Esse sobrecusto é calculado do seguinte modo: para cada estado em que há mais beneficiários que pescadores artesanais, multiplica-se essa diferença pelo número médio de parcelas recebidas pelos beneficiários ao longo de 2010, bem como pelo valor médio de tais parcelas (idêntico ao valor de um SM – R\$ 510,00 nominais nesse ano).

O valor do sobrecusto do SD, resultado da multiplicação descrita acima, é apresentado no gráfico 4. No Brasil como um todo, ao longo de 2010, em moeda de julho deste ano,³ esse valor foi estimado em R\$ 638,4 milhões. E, em moeda de setembro de 2013, em R\$ 767,2 milhões (atualização pelo IPCA/IBGE). Analisando a sua distribuição territorial, esse valor mostrou-se mais elevado nos estados destacados a seguir.

GRÁFICO 4

Sobrecustos em que incorre o SD, por conta da diferença entre o número de pescadores artesanais e o de beneficiários

(Em R\$ milhões, setembro/2013)



Fonte: Censo Demográfico/IBGE e Registro Administrativo/MTE-MPA-CGU-Portal da Transparência.

Elaboração dos autores.

Obs.: atualização de valores, de R\$ de julho de 2010 para R\$ de setembro de 2013, realizada pelo IPCA/IBGE (multiplicador = 1,2018).

3. Apenas para recordar, julho de 2010 é o mês de referência do Censo Demográfico/IBGE.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com diversos méritos, o SD situa-se na confluência das políticas sociais e ambientais, definidas após a CF/1988 no Brasil. Ele ampara os pescadores artesanais, impedidos de subsistir com seu trabalho, durante certo período do ano. Além disso, o SD oferece alguma proteção às espécies marinhas, fluviais e lacustres, que integram o ecossistema do país.

Em que pese a importância de seus papéis sociais e ambientais, o SD defronta-se com problemas. Tal situação está relacionada ao fato de o programa direcionar-se a grupos que, aparentemente, não são pescadores artesanais (ou sequer pescadores). Isso já foi abordado pela literatura que, apesar de tratar desse fato, não traz mais detalhes sobre ele.

Este texto disponibiliza informações sobre as discrepâncias entre os números de pescadores artesanais e de beneficiários do SD. Recorde-se que o SD testemunhou uma expansão bastante acentuada a partir de 2003, associada às alterações nas normas reguladoras, que tenderam a ampliar significativamente o seu acesso. Além do mais, ela esteve relacionada às modificações no valor dos benefícios (referenciado ao do SM) e na sua duração (vinculada à dos períodos de defeso).

Seja como for, as discrepâncias já mencionadas podem descaracterizar o SD. Isso se evidencia, por exemplo, durante o ano de 2010, quando 584,7 mil indivíduos beneficiaram-se do programa, contra 275,1 mil que poderiam tê-lo efetivamente feito (dado que eram pescadores artesanais), resultando em uma diferença de 309,6 mil indivíduos.

Isso gerou uma espécie de sobrecusto: algo que o SD não precisaria contabilizar, caso lidasse com o “esperado” número de pescadores artesanais. Em 2010, para todo o Brasil, o valor foi estimado em R\$ 638,4 milhões (em moeda de julho desse ano) ou em R\$ 767,2 milhões (em moeda de setembro de 2013).

Em algum grau, isso significa uma descaracterização do programa, que pode muito bem ameaçar sua continuidade no futuro – remoto ou até mesmo próximo. E, dados os vários méritos do SD, não só sociais como também ambientais, esse certamente não é um cenário desejável.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, B. **Políticas públicas de emprego**: a experiência brasileira. 1. ed. São Paulo: Abet, 1998.

BARBOSA, A. de F. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. *In*: OLIVEIRA, R. V. de; GOMES, D.; MOREIRA, I. T. **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. 1. ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2011. p. 105-159.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e sociedade**, v. 14, p. 153-174, jul. 2000.

CORTÉS, F. La metamorfosis de los marginales: la polémica sobre el sector informal en América Latina. *In*: TOLEDO, E. de la G. **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo**. 1. ed. México (D. F.): Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 592-618.

DELGADO, G. C. **O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira**: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. Brasília: Ipea, 2004.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. (ed.). **A universalização de direitos sociais no Brasil**: a previdência rural nos anos 90. 1. ed. Brasília: Ipea, 2000.

HELLEBRANDT, L. *et al.* Avaliação de políticas públicas aplicadas à pesca artesanal no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., 2012, Belém, Pará. **Anais...** Belém: Anppas, 2012.

MARINHO, D.; BALESTRO, M.; WALTER, M. I. (Ed.). **Políticas públicas de emprego no Brasil**: avaliação externa do seguro-desemprego. 1. ed. Brasília: UnB/FAT/MTE, 2010. v. 1.

MORETTO, A. J. **O sistema público de emprego no Brasil**: uma construção inacabada. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Acórdão nº 524/2013**. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2013. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/tcu/..%5Ctcu%5Cpdfs%5CAcordao5242013-TCU-Plen%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, C. S. S. B. de; GOES BARROS, K. R. A. de; CORREA, W. A inoperância do Estado no pagamento do seguro-desemprego do defeso e as suas consequências à biota. **Caderno de graduação – ciências humanas e sociais – UNIT**, v. 1, n. 1, p. 103-113, 2012.

LOURENÇO, C. F.; HENKEL, J. de A. E. S.; MANESCHY, M. C. A. **A segurança social para os pescadores artesanais no Brasil**: estudo de caso no Pará. 1. ed. Chennai: ICSF, 2006. v. 1.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO

DEZ ANOS DE SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES)

Paul Singer

COOPERATIVA PINDORAMA: UM HISTÓRICO DE TRABALHO COLETIVO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Sandro Pereira Silva

Carolina da Cunha Rocha

PROGRAMA CATAVIDA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA POSSIBILITANDO NOVAS TRAJETÓRIAS

Maria Suziane Gutbier

Rúbia Geane Goetz

Vera Beatriz Rambo

INTRODUÇÃO

Neste número 56 do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, a seção *Economia solidária e políticas públicas* traz dois fatos importantes no ano de 2003: os dez anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), órgão ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e responsável pela condução da política de economia solidária no governo federal; e a quinta edição do Prêmio Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (Prêmio ODM Brasil), com algumas práticas finalistas que possuem interface com a temática.

O primeiro texto, *Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)*, é de autoria do próprio secretário nacional de Economia Solidária, o economista Paul Singer. Reconhecido como um dos grandes pensadores da economia brasileira no século XX, Singer está no comando da Senaes desde sua criação, em 2003. Portanto, ninguém mais indicado que ele próprio para descrever brevemente as linhas principais que marcaram a política de economia solidária no Brasil nesses dez anos de inserção da temática na agenda governamental. Singer ressalta a parceria firmada nesse período com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e outras redes brasileiras e latino-americanas de atores e movimentos sociais que se engajam em nome da valorização do trabalho coletivo e da autogestão. O autor enfatiza ainda a importância dos empreendimentos associativos para a geração de trabalho e renda de parcelas descapitalizadas da população e sua resiliência em períodos de crise, além de apresentar os principais fatos políticos que permitiram a criação da Senaes e os pontos centrais que marcaram a atuação do órgão durante esse período.

O Prêmio ODM Brasil, organizado bianualmente pelo governo federal, tendo o Ipea como um dos parceiros, teve em 2013 a sua quinta edição. O objetivo do evento é premiar experiências exitosas oriundas tanto do poder público quanto da sociedade civil que auxiliem o país a alcançar as metas propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU), denominadas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).¹ Para essa edição, inscreveram-se mais de 1.500 experiências, das quais foram indicadas sessenta para a realização de visitas técnicas de avaliação. A próxima etapa será a formação de um júri de especialistas que, munidos dos relatórios dessas visitas, selecionarão trinta iniciativas para receberem o prêmio das mãos da presidenta Dilma Rousseff. Entre as classificadas, algumas podem ser identificadas como experiências de economia solidária, por estarem focadas no desenvolvimento do trabalho associativo e autogestionário, com vistas à geração de trabalho e renda e ao desenvolvimento local inclusivo e sustentável.

1. Mais informações sobre o Prêmio ODM e os ODMs em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/>>.

Duas delas foram selecionadas para serem divulgadas em forma de Nota Técnica neste boletim, sendo uma proveniente da sociedade civil, de natureza rural, e outra do poder público, de natureza urbana.

Pelo lado da sociedade civil, uma das experiências selecionadas foi aquela de responsabilidade da Cooperativa Agroindustrial Pindorama, com sede no município de Coruripe, no estado de Alagoas. Ela está relatada no texto *Cooperativa Pindorama: um histórico de trabalho coletivo e desenvolvimento territorial*, cujos autores são Sandro Pereira Silva e Carolina da Cunha Rocha. A cooperativa foi fundada em 1959, fruto de um projeto de reforma agrária instalado no interior alagoano, articulado por um suíço chamado René Bertholet, que emigrou para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. O projeto de Pindorama visava estruturar uma comunidade, formada por pequenos proprietários, que pudesse se desenvolver de forma autônoma, com base na produção agrícola e no beneficiamento desses produtos. Mesmo com todos os percalços enfrentados no início, Pindorama conseguiu se firmar e diversificar sua estrutura produtiva, tendo a cadeia sucroalcooleira como carro-chefe, seguida pela fruticultura e pela pecuária leiteira. Nas décadas mais recentes, a cooperativa passou também a investir em uma série de projetos sociais, visando tanto à geração de oportunidades de trabalho para a população local quanto à formação de novas lideranças para o futuro de Pindorama. Por isso, destacam-se os trabalhos de incubação de novos empreendimentos, formação de jovens, reforço escolar e oficina de leitura para crianças, além de projetos de incentivo ao esporte, artes e cuidado com o meio ambiente, também voltados para o público jovem. Esse rol de atividades fez com que a cooperativa se destacasse no campo produtivo e quanto ao seu esforço para um desenvolvimento plural e mais justo, social e ambientalmente, no território em que se encontra.

Pelo lado das iniciativas do poder público, o texto *Programa Catavida: a economia solidária possibilitando novas trajetórias*, das autoras Maria Suziane Gutbier, Rúbia Geane Goetz e Vera Beatriz Rambo, conta sobre a experiência da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, em desenvolver um programa inovador na gestão de resíduos sólidos urbanos, com a efetiva participação dos catadores de material reciclável. Esse projeto desenvolvido no município segue as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), ratificada em 2010 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Seu principal objetivo é criar um sistema público que trate do problema do lixo urbano e ao mesmo tempo propicie uma fonte digna de trabalho e renda para dezenas de famílias que já viviam da coleta de materiais recicláveis para sobreviver. Para isso, a prefeitura auxiliou um conjunto de catadores na formação de um grupo autogestionário para constituir uma institucionalidade que lhe permitisse formular parcerias diretamente com a prefeitura. Foi então constituída uma cooperativa, em parceria com outra, de um município próximo, que já existia há quinze anos. O projeto também teve a parceria do governo federal, por parte da Senaes, que aportou recursos para a qualificação técnica dos catadores, e também do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR), que deu suporte político aos catadores de Novo Hamburgo nesse novo projeto. O Programa Catavida possui atualmente 85 trabalhadores, divididos em duas unidades de trabalho: uma que atua na coleta urbana, e outra que atua na central de triagem do município. Esse projeto, além dos ganhos ambientais e de qualidade de vida da população urbana, que passou a conviver em uma cidade mais limpa, contribui também para um aumento significativo da renda dessas famílias envolvidas no projeto, com a garantia da segurança no trabalho e com a gestão democrática do seu próprio negócio.

DEZ ANOS DE SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES)

Paul Singer*

Em 26 de junho de 2013, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) completou dez anos de funcionamento militante no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foram dez anos de muito trabalho e muita luta em estreita parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e demais componentes desse movimento, não só em nosso país mas também nos países vizinhos do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e ultimamente, com a recente expansão da economia solidária em países dos seis continentes, que formam a superfície do globo e que compõem, com a economia solidária do Brasil, a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (Ripess).

Nesta década, a economia solidária conheceu amplo crescimento tanto no Brasil como em grande parte da Europa, das Américas e nos últimos anos também na Ásia e na África. Este crescimento pode ter sido em resposta ao agravamento da crise econômica e financeira de 2008, que mergulhou grande parte da economia mundial em estagnação, quando não em recessão. O resultado tem sido aumento do desemprego e da pobreza, derivados da aplicação forçada de políticas de “austeridade” impostas por um sistema financeiro global desregulamentado, sustentando paraísos fiscais e auferindo imensos ganhos especulativos.

As políticas de austeridade objetivam cortar ao máximo a despesa pública, geralmente visando às políticas sociais em detrimento dos seus beneficiários, isto é, dos mais pobres e necessitados, além do funcionalismo público atingido por demissões em massa e cortes de seus vencimentos. As perdas consequentes de poder aquisitivo da parte mais vulnerável da população se somam à contração do gasto governamental, resultando em forte queda da demanda efetiva. O efeito imediato é a redução das vendas, quebras de empresas, encolhimento cada vez maior da produção, o que completa o quadro de uma crise econômica cada vez mais grave e que se espraia numa economia mundial globalizada, atingindo por extensão até países que não aderiram à moda da austeridade.

A economia solidária é um modo de produção que se notabiliza pela resiliência aos efeitos das quedas do consumo e da produção, que a instabilidade financeira provoca periodicamente. Enquanto as empresas capitalistas – em resposta às quedas de consumo e produção – reduzem despesas, demitem pessoal e terceirizam atividades, as cooperativas de produção, como não almejam lucros e todos os seus trabalhadores são

* Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

sócios do empreendimento, enfrentam o encolhimento da demanda aliando-se a outras cooperativas, participantes das mesmas redes ou complexos, para solidariamente partilhar prejuízos e sacrifícios, tendo em vista preservar os empreendimentos e seus postos de trabalho. A resiliência das cooperativas de trabalho às crises se deve ao fato de atuarem em redes ou integrando complexos cooperativos, com um sistema financeiro próprio, que não especula e tampouco procura maximizar lucros. Além disso, as cooperativas de produção podem contar com a parceria de cooperativas de consumo e redes solidárias de distribuição, das quais o sistema mundial de comércio justo e solidário é o mais conhecido.

A Senaes foi criada em 2003 pelo presidente Lula, em cumprimento do seu programa de governo e tendo em vista a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro e a execução da sua meta prioritária de então: o Programa Fome Zero. Com a criação da Senaes, o movimento de economia solidária, presente em parte do território, rapidamente se expandiu, tornando-se nacional. Em associação à com a instalação da secretaria, em junho de 2003, foram criados o FBES e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A integração da Senaes ao MTE deu-se sem maiores atritos. Uma parte dos funcionários já sabia algo da economia solidária, muitos estavam curiosos e outros eram simpatizantes. Houve estranhamento com os auditores fiscais empenhados em combater as falsas cooperativas de trabalho que estavam sendo utilizadas – num período de elevado desemprego – para terceirizar atividades a custos ultrarreduzidos, porque na época esses trabalhadores eram considerados “autônomos” e não tinham por isso acesso aos benefícios da legislação do trabalho, que seriam unicamente devidos aos trabalhadores diretamente empregados pela empresa.

O crime consistia no fato de que a falsa cooperativa não era de seus associados, mas em geral do contratante da cooperativa. Os trabalhadores se submetiam à precarização de seus direitos por receio de perderem os empregos e experimentarem a longos períodos de desemprego. Como os auditores fiscais só tinham contato com falsas cooperativas, estavam convictos de que todas as cooperativas de trabalho eram falsas, o que, no entanto, não era verdade. Parte dos desempregados havia se organizado em cooperativas de trabalho autênticas, possuídas e autogeridas pelos próprios trabalhadores.

O objetivo da Senaes era precisamente ajudar os trabalhadores sem trabalho a se organizar em cooperativas, obviamente autênticas. Não demorou para se descobrir que muitas cooperativas de trabalho autênticas estavam sendo fechadas pelos fiscais do MTE, na suposição de que eram falsas. Quando a Senaes descobriu o que estava acontecendo, entrou em contato com a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) com a finalidade de ajudar no combate às falsas cooperativas e ao mesmo tempo preservar as autênticas.

Para garantir o desenvolvimento do cooperativismo do trabalho e cortar pela raiz a precarização dos direitos dos trabalhadores, a Senaes procurou saber como outros países enfrentaram a situação e descobriu que eles adotaram novas leis, que tornavam obrigatório o gozo pelos sócios de cooperativas de trabalho dos direitos trabalhistas garantidos por lei. Esta era a solução lógica do problema, pois a anomalia de os trabalhadores cooperados estarem sem acesso aos direitos trabalhistas permitia que, sob o manto do falso cooperativismo, trabalhadores premiados pelo desemprego fossem induzidos a abrir mão de seus direitos legais, submetendo-se a uma superexploração acobertada pela farsa da contratação por pseudocooperativas a serviço dos exploradores.

Após longas trocas de ideias promovidas pela Senaes com organizações cooperativas, sindicatos e bancadas parlamentares, o governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que lá se tornou objeto de intensas negociações. O substitutivo resultante garante aos cooperados o pleno gozo dos mais importantes direitos que a legislação em vigor reconhece aos trabalhadores, sejam estes assalariados ou filiados a cooperativas. O assunto foi amplamente debatido pelos órgãos representativos de trabalhadores cooperados e assalariados e, após seis anos de tramitação, a Lei nº 12.690, de 2012, foi aprovada pelas duas casas do Congresso e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff.

Cumprir notar que, entre outras medidas, esta lei dispõe a criação do Programa de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOOP). Esse programa se destina a apoiar cooperativas de trabalho, cujos rendimentos possam ser insuficientes para cobrir o valor dos benefícios legais a que seus associados farão jus, tão logo sua assembleia se decida a iniciar o pagamento dos referidos benefícios aos mesmos.

Outra política desenvolvida pela Senaes a partir de 2005 tem sido o mapeamento periódico dos empreendimentos de economia solidária (EES), dentro dos marcos do Sistema de Informação da Economia Solidária (Sies). O primeiro mapeamento foi realizado em 2007 e registrou a existência de 21.859 EES. Este primeiro mapeamento, em função das limitações de recursos e de tempo, cobriu apenas 2.933 municípios, que representam 53% das municipalidades do Brasil. O Sies prevê que os mapeamentos deverão ser realizados a cada quatro anos.

O mais interessante é que a estagnação da economia brasileira, que a caracterizou durante os dois quadriênios anteriores à posse de Lula na presidência, praticamente cessou a partir de 2004. Se a expansão da economia solidária havia sido causada pela persistência da crise econômica, de 2004 em diante o desenvolvimento econômico se acelerou e o desemprego diminuiu fortemente. Nestas condições, o crescimento da economia solidária não pode mais ser atribuído à marginalização de cada vez mais parcelas do povo trabalhador, como indubitavelmente ocorreu entre 1994 e 2002.

Em 2011, a presidenta Dilma Rousseff assumiu o governo federal, cuja prioridade passou a ser a erradicação da pobreza extrema do Brasil. Para formular o Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), diferentes ministérios foram convocados, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), entre os quais o MTE. Na divisão de tarefas para a execução do PBSM entre as repartições dos ministérios coube à Senaes se empenhar na promoção da inclusão produtiva urbana da população de baixa renda, cuja sobrevivência depende fortemente do usufruto do Programa Bolsa Família (PBF).

Para levar adiante esta ação, a Senaes resolveu promover o endodesenvolvimento de comunidades vitimadas pela pobreza extrema. Essa secretaria já havia desenvolvido ações neste sentido, tendo por alvo, a partir de 2004, diversos quilombos localizados em diferentes regiões do Brasil. O endodesenvolvimento difere do desenvolvimento que tem sido habitual em nosso país, em geral resultante de investimentos públicos ou privados em novas atividades produtivas ou extrativistas, em áreas acessíveis às comunidades marginalizadas pelo progresso. Este desenvolvimento, produzido por agentes externos às comunidades afetadas, se caracteriza pelo fato de beneficiar, mediante a geração de empregos, apenas uma parte da população carente, ou seja, aqueles que conseguem um emprego estável com contrato de trabalho e o gozo dos direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os demais devem se contentar com trabalhos

precários, com duração incerta e sem a garantia contratual dos direitos trabalhistas, ou aguardar pacientemente sua vez de serem contemplados por novos postos de trabalho a serem gerados pelo desenvolvimento promovido pelos investimentos externos.

O endodesenvolvimento se caracteriza pelo fato de ser produzido pela própria comunidade que se beneficia dele. Sendo pobre, a comunidade não tem recursos próprios e tampouco possui bens e valores que poderiam servir de garantia para obter financiamento das fontes bancárias convencionais. Para que o endodesenvolvimento se torne possível, é necessário que a comunidade seja mobilizada e apoiada por agências públicas e este tem sido o papel que a Senaes vem desempenhando. A mobilização da comunidade é executada por meio de atividades de formação em economia solidária. Sua visão fundamental é que a redenção da classe trabalhadora só pode ser obra da organização dos próprios trabalhadores em diferentes tipos de associação que, unidas por laços de solidariedade, constituem empreendimentos capazes de produzir bens e serviços com qualidade para disputar a demanda em mercados e assim alcançar renda suficiente para resgatar da pobreza todos os membros comunidade.

O endodesenvolvimento se justifica porque visa unir toda a comunidade em termos igualitários, de modo que ninguém fique excluído dos benefícios de um desenvolvimento que deve resultar dos esforços combinados de todos os membros aptos para o trabalho da comunidade. O endodesenvolvimento torna-se possível à medida que os esforços despertados pela mobilização de toda a comunidade são apoiados e complementados pelo poder público, em termos de formação política e técnica, oferecidas por agentes de desenvolvimento devidamente preparados para exercer este papel. Como seria de se esperar, este apoio, diga-se educativo, tem de ser complementado com ajuda financeira, provida pela Senaes, com recursos de sua dotação orçamentária, destinados precisamente para erradicar a miséria nos moldes do PBSM.

O endodesenvolvimento exige a construção de uma rede de agentes de desenvolvimento, cada um pertencente a uma comunidade marginalizada. O agente terá que ser apresentado pela própria comunidade para desempenhar esta função e, conseqüentemente, será merecedor da confiança da mesma, o que em geral é condição vital para que ele possa desempenhar com êxito sua missão. O programa de endodesenvolvimento nos primeiros anos de seu funcionamento resultou da atividade de centenas de agentes de desenvolvimento, que receberam formação pela Senaes e foram por sua vez orientados por coordenadores estaduais. Em cada estado havia dezenas de agentes em atividade, cada um em sua comunidade e interligados em rede virtual, de modo a permitir permanente troca de experiências e de apoios recíprocos.

Com o passar do tempo, a partir de 2011, quando o PBSM foi lançado, a Senaes promoveu novas atividades visando garantir a viabilidade econômica dos ESS que foram semeados pelos rincões menos desenvolvidos do país. Para tanto, a secretaria promoveu a formação de redes de comercialização e de finanças solidárias tendo por objetivos garantir aos EES o acesso a mercados e ao crédito, nas medidas de suas necessidades e possibilidades.

Em 2010, já no apagar do seu segundo mandato, o presidente Lula assinou, numa emocionante audiência, à qual a equipe da Senaes compareceu em peso, um decreto instituindo o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário. Este sistema reúne as entidades brasileiras que se dedicam ao comércio justo e vai gradativamente englobando os EES, à medida que estes vão se desenvolvendo. O ponto de estrangulamento, que tem

sido a dificuldade de acesso a mercados, vai sendo paulatinamente superado conforme se amplia a comercialização dos produtos da economia solidária em feiras cada vez maiores, culminando, nos últimos anos, na grande Feira Internacional de Santa Maria/RS. Outra maneira de romper as barreiras à comercialização tem sido a multiplicação dos grupos de consumo responsável (GCRs), que cultivam contatos permanentes entre produtores e consumidores, permitindo que as possibilidades e necessidades de uns e de outros se conheçam e se amoldem para a satisfação mútua.

Ao mesmo tempo, um sistema de finanças solidárias formado por bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito vem sendo desenvolvido, nos últimos quinze anos, a partir do esforço pioneiro do Banco Palmas em Fortaleza/CE, complementado posteriormente pelo Banco Bem em Vitória/ES e atualmente por nada menos de 1.003 bancos comunitários espalhados por todo o Brasil. Pelo crescente número de instituições de finanças solidárias, pode-se acreditar que o nó representado pelo insuficiente acesso a crédito também está sendo desfeito.

COOPERATIVA PINDORAMA: UM HISTÓRICO DE TRABALHO COLETIVO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Sandro Pereira Silva*
Carolina da Cunha Rocha**

Na Pindorama eu sou um homem livre
Na Pindorama eu sou independente
Sou um colono, tenho minha própria terra
Agora sim é que eu vivo alegremente
(Trecho do hino de Pindorama,
criado pelos próprios cooperados)

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo, embora possa ser reconhecido em diversos setores da economia brasileira, tem no setor agrícola sua manifestação mais comum.¹ No caso específico da agricultura familiar, a organização coletiva dos trabalhadores surge como um instrumento de grande importância para superar entraves típicos deste segmento socioproductivo no meio rural, como a dificuldade de escala de produção, de acesso a financiamento e assistência técnica, de comercialização, entre outros (Silva, Dias e Silva, 2013). Por sua vez, o cooperativismo e o associativismo na agricultura familiar são uma das faces mais visíveis do universo da economia solidária no Brasil, modelo que abrange uma série de experiências de cunho econômico, com base na organização coletiva e autogestionária de seus associados e cujo intuito é garantir a inserção produtiva e a geração de renda aos trabalhadores envolvidos. São muitas as experiências desse tipo de cooperativismo no país, variando em termos de abrangência territorial, número de associados, resultado econômico, entre outros fatores que compreendem a própria heterogeneidade da sociedade brasileira (Silva e Nagem, 2012).

Um caso que pode ser considerado de sucesso e digno de estudos mais aprofundados sobre sua dinâmica socioeconômica é o da Cooperativa Pindorama, no estado de Alagoas.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

** Técnica em assuntos educacionais da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

1. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define cooperativa da seguinte maneira: "é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum através de uma empresa de propriedade conjunta e de gestão democrática" (OIT, 2002).

Todo o complexo cooperativo que envolve Pindorama é fruto de um projeto de mais de cinquenta anos, inserido em uma política nacional de colonização e reforma agrária que foi idealizado por um europeu, até hoje lembrado e celebrado na comunidade. Atualmente, são mais de mil famílias envolvidas nas diversas atividades produtivas e em uma série de outros projetos apoiados pela Cooperativa e que beneficiam direta e indiretamente a população dos municípios alagoanos de Coruripe, Penedo e Feliz Deserto, região onde está instalada.

Este texto tem como objetivo fazer um breve relato sobre a experiência da Cooperativa Pindorama, enfocando os principais fatos que antecederam a sua constituição, suas dificuldades iniciais e atuais, as estratégias que foram adotadas para expansão das atividades, sua estrutura social, produtiva e as parcerias, sua interação com o território e as dimensões de atuação para o seu desenvolvimento e o da comunidade que circunda. Para isso, foram utilizados os seguintes métodos: *i*) revisão de literatura sobre a experiência de Pindorama, em especial as obras de Lemos (2006), Carvalho (2005) e, sobretudo, o estudo de Lima (2012), fruto de um trabalho de doutorado; *ii*) análise de documentos históricos e contábeis apresentados durante visita *in loco* à sede da Cooperativa e às principais estruturas de produção; e *iii*) entrevista com o presidente e com funcionários que desempenham diferentes funções na Cooperativa.

2 RENÉ BERTHOLET E O SONHO DE PINDORAMA

O grande idealizador do projeto de Pindorama foi René Bertholet. Nascido no dia 24 de abril de 1907, em Genebra, na Suíça, e desde jovem interessado pelas lutas dos trabalhadores por seus direitos, Bertholet militou em organizações político-sindicais em vários países da Europa. Na década de 1930, chegou a ser preso pelo governo nazista, na Alemanha, onde ficou encarcerado por vinte meses.

Após a guerra, sua vinda ao Brasil se deu em virtude de um arrojado projeto de instalar colônias de famílias europeias no continente americano, com apoio de entidades da Suíça. Os primeiros contatos com o governo brasileiro, que deu retorno positivo ao projeto, foram em 1949. No total, foi autorizada a vinda de 20 mil famílias, sendo que, de início, viriam 500. No mesmo ano, Bertholet veio em sua primeira missão para avaliar as possibilidades de local para receber o projeto. A princípio, o governo brasileiro destinou o Planalto Central de Goiás, mas a comissão responsável pelo projeto não aceitou, devido ao clima quente e ao solo pobre da região. Surgiu então a possibilidade de instalação das colônias no Paraná, na região de Guarapuava, de clima mais favorável e boa altitude. Segundo Lemos (2006), após um decreto do governo brasileiro, em 1951, as 500 famílias puderam embarcar para o Brasil.

Paralelamente a esse projeto, foi criada a Companhia Progresso Rural (CPR), em 1952, incumbida pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) de fundar e desenvolver colônias agrícolas em diversas partes do país (Lima, 2012). René Bertholet foi escolhido como um de seus diretores e passou então a viver no Rio de Janeiro. Por meio da leitura de autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Celso Furtado e outros, que abordavam a questão social brasileira, passou a se interessar cada vez mais pela problemática nordestina, cujos cenários de fortes secas e tradição patriarcal e coronelista no trato da terra formavam um triste quadro sociopolítico, responsável pela pobreza do território e pela migração de sua população para outras regiões do país.

O projeto de Guarapuava, todavia, ainda era alvo de tensão. Em razão dos sérios problemas econômicos em seu início, com diversas crises internas, Bertholet foi chamado para assumir o comando do projeto. Ao assumir a nova função, ele iniciou o processo para a criação de uma cooperativa agropecuária. Em pouco tempo, a cooperativa conseguiu se organizar e alcançar equilíbrio financeiro. Em 1955, Bertholet se retirou da presidência, sendo substituído por um colono que foi eleito para o cargo (Lemos, 2006).

Em 1953, a CPR adquiriu uma grande faixa de terra, de 34.133 hectares ao sul de Alagoas, com financiamento da antiga Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC). Essa propriedade seria destinada à implantação de um projeto de colonização. Embora o solo fosse de baixa fertilidade natural, o que comprometeria a viabilidade econômica do projeto, a área adquirida, em compensação, era predominantemente plana e banhada por cinco rios. Assim, o projeto foi levado adiante, sob a direção de Bertholet, que tinha como perspectiva “combinar a agricultura de subsistência com a produção voltada para os mercados locais, via formação de uma cooperativa agroindustrial de suco de frutas” (Lemos, 2006, p. 21)

A área de colonização passou a ser chamada de Pindorama, que na língua tupi significa “terra das palmeiras”, e também o primeiro nome do Brasil, remetendo à ideia de uma nova colonização baseada em ideais de justiça social. A colônia foi dividida em “aldeias”, de acordo com suas características particulares quanto aos recursos naturais. Foram definidas, ao final, dezenove aldeias, nas quais se assentavam 1.400 lotes com área entre 20 e 30 hectares. A CPR assumiu a responsabilidade pelos investimentos em infraestrutura local (estradas, escolas, gerador elétrico, casas de alvenaria etc.), além de garantir auxílio financeiro aos colonos para sua subsistência e custeio da produção durante os dois primeiros anos (Carvalho, 2005). O projeto iniciou-se em 1956, com oitenta colonos. Nesse ano, foi constituída a Cooperativa de Consumo Pindorama Ltda. O objetivo era o desenvolvimento do projeto com base em pequenas e médias unidades de produção agropecuária, o que contrastava com o cenário marcado pela presença do latifúndio da lavoura canavieira da região (Lima, 2012).

Porém, o histórico de coronelismo na região impôs fortes barreiras ao trabalho de Bertholet à frente de Pindorama. Ele teve grandes problemas com a oligarquia local, sendo alvo de ataques constantes feitos por órgãos da imprensa e por políticos locais. Um deputado estadual que liderava a campanha difamatória contra Bertholet solicitou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar Pindorama.² Os principais jornais do estado à época e também as estações de rádio estampavam manchetes caluniosas sobre a experiência.³ Bertholet passou a receber ameaças de morte. A situação só melhorou após a intervenção do bispo de Penedo, Dom José Terceiro, que decidiu realizar em Pindorama a 4ª Semana Rural da Diocese de Penedo. Para esse evento foram convidadas diversas autoridades alagoanas, inclusive o próprio governador.

Além dos problemas políticos locais, o projeto de Pindorama passou a ser ameaçado também por questões financeiras que afetavam a CPR no fim dos 1950, o que comprometia sua capacidade de saldar as dívidas relativas à compra da terra, junto

2. Após as investigações da CPI, todas as dezenove acusações contra Pindorama foram rejeitadas pela Assembleia Legislativa de Alagoas.

3. Manchete do *Jornal de Alagoas*, de 9/10/1959: “Bandidos internacionais transformam os colonos de Pindorama em escravos e instalam um verdadeiro estado de terror”. Manchete do *Diário de Alagoas*, de 8/12/1959: “Pindorama será transformada em verdadeiro campo de concentração” (Lemos, 2006, p. 41).

à SUMOC. Vislumbrando uma solução possível, Bertholet buscou apoio do INIC para manter vivo o projeto. Ele então propôs a criação da Cooperativa de Colonização Agrícola de Pindorama, em substituição à Cooperativa de Consumo. A nova Cooperativa, de personalidade jurídica mais complexa, teria a incumbência de negociar a aquisição das terras da colônia e de abrigar uma série de atividades produtivas que pudessem gerar renda às famílias empobrecidas. A Cooperativa foi criada em 1959, e Bertholet, eleito seu primeiro presidente. Ele coordenou as negociações com a SUMOC e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e conseguiu assegurar os recursos e as condições para a obtenção das terras. De acordo com Lemos (2006), Bertholet contou inclusive com o apoio de Celso Furtado (à época ministro extraordinário de Planejamento e Desenvolvimento) e Dom Hélder Câmara (por intermédio de Dom José Terceiro).

A exemplo de Guarapuava, os anos iniciais da Cooperativa Pindorama foram de grandes desafios, o que levou Bertholet a solicitar apoio a diversas organizações internacionais com as quais mantinha contato. Com isso, conseguiu apoio financeiro da Suíça para financiar a linha de instalação elétrica entre Penedo e Pindorama, que até então era bastante precária. Conseguiu também recursos para modernizar o parque industrial da Cooperativa e pagar os salários dos enfermeiros que prestavam serviços de saúde. Um grupo de voluntários alemães se prontificou a oferecer seus conhecimentos técnicos para desenvolver a atividade agrícola nas propriedades. Nesse período, foi de grande valia a ajuda de Konrad Reynardt, um agrônomo alemão com grande experiência em agricultura em países tropicais. Ele tornou-se diretor técnico da Cooperativa e chefe de pesquisa (Carvalho, 2005).

Entre 1962 e 1969, a Cooperativa lançou uma experiência pioneira de moeda alternativa, chamada *Gabão*, para auxiliar na comercialização de produtos e na circulação de recursos no interior de Pindorama. No entanto, esses ideais de vanguarda produtiva, acesso a crédito e recursos naturais e intervenção social na forma de apropriação da terra não passariam despercebidos pelo regime ditatorial implantado no país na década de 1960.

Após o golpe militar de 1964, Bertholet voltou a ter problemas com as autoridades, sendo inclusive acusado de ter transformado Pindorama em um esconderijo de armas para grupos subversivos (Lemos, 2006). Convocado pelo serviço de segurança para depor no quartel do exército, Bertholet relatou seu passado à frente da resistência francesa durante a 2ª Guerra Mundial, o que lhe permitiu convencer os militares acerca das reais intenções do trabalho realizado em Pindorama. Dessa maneira, ele conseguiu novamente sair ileso e retornar aos trabalhos.

Porém, as dificuldades financeiras da Cooperativa e, por conseguinte, dos colonos, se mantiveram ao longo dos anos 1960 e o preocupavam sobremaneira. Ele buscava apoio de todas as formas, especialmente junto a organizações da Europa. No dia 1º de maio de 1969, em meio a uma acalorada discussão na Cooperativa, Bertholet veio a falecer aos 62 anos de idade, em razão de uma súbita congestão cerebral.⁴

A morte de Bertholet, que a esse momento já era uma figura conhecida no Nordeste, atraiu o interesse de importantes instituições (como a Sudene) para a causa de Pindorama. Com novos apoios financeiros foi possível iniciar a ampliação e diversificação de sua estrutura produtiva, além de aumentar o número de associados ao longo dos anos.

4. A antiga residência de Bertholet, no município de Coruripe, foi transformada em um museu em homenagem a sua história.

3 A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

Durante mais de cinquenta anos de existência, a Cooperativa Pindorama enfrentou uma trajetória de muitos desafios, mas com conquistas importantes. Atualmente, é composta por 1.160 cooperados e se destaca por estar localizada em uma região marcada pela tradição latifundiária da *plantation*⁵ açucareira. Além dos sócios, a Cooperativa emprega ainda cerca de 650 trabalhadores assalariados permanentes (administração e industrialização), além de centenas de trabalhadores temporários nos períodos de corte de cana.⁶ A sede da Cooperativa está localizada no município de Coruripe, mas a extensão da colônia de Pindorama abrange ainda outros dois municípios, Penedo e Feliz Deserto. Seu quadro social é bastante heterogêneo, sobretudo quanto à propriedade de terra, que varia de quantidade (de 1 a 4 lotes) e de tamanho (5 a 25 hectares). Sobre esse ponto, Lima (2012, p. 144) entende que:

Diante da heterogeneidade nas unidades produtivas cooperativadas, os cooperados incorporam uma lógica própria de pensar a produção, a propriedade da terra e a reprodução da família, estabelecendo uma diversidade de estratégias de sobrevivência e resistência, a partir da combinação dessas variáveis, quais sejam: a articulação subordinada de produtos não integrados às cadeias produtivas, a persistência de formas menos capitalizadas no setor agroindustrial, as transformações da empresa familiar com o incremento da agricultura de contrato e as estratégias de organização.

A produção de cana-de-açúcar sempre foi a atividade principal entre os colonos de Pindorama, muito em função de sua tradição na região. Tal fato poderia ser observado como uma contradição do projeto de colonização, já que a atividade canieira é conhecida como “negócio de usineiro”, o que Vasconcelos (2002) tentou desmistificar em seu livro *A Salvação da Lavoura*, afirmando que a cultura da cana-de-açúcar pode ser perfeitamente apropriada para o desenvolvimento de pequenas unidades agrícolas familiares, sob um modelo integrado onde se produz energia e alimentos.

A Cooperativa organizou sua estratégia de desenvolvimento com base em um projeto coletivo organizado em duas frentes: por um lado, buscou fornecer a seus associados infraestrutura e assistência necessárias para a elevação da produtividade e verticalização da produção de cana; por outro, investiu em outras atividades (sobretudo a fruticultura e a pecuária), a fim de obter uma diversificação produtiva que diminuísse a dependência da cana. Além dessas duas frentes de atuação, sempre se manteve a produção de subsistência nos lotes como elemento importante de segurança alimentar das famílias.⁷

De acordo com Lima (2012, p. 124), a Cooperativa se valeu, nos anos 1980, dos incentivos governamentais concedidos no âmbito do Programa Proálcool para modernizar sua produção, e esses investimentos permitiram a expansão territorial do cultivo de cana na colônia nos anos 1990, de tal modo que a produção passou a ser “orientada tanto ao mercado interno quanto ao mercado externo”. Essa expansão se manteve ao longo dos anos 2000, quando a ocupação das terras de Pindorama com os canaviais passou de

5. As *plantations* correspondem a um modelo de exploração colonial utilizado entre os séculos XV e XIX, principalmente nas colônias europeias da América e que tinha como características principais: os grandes latifúndios, a monocultura, o trabalho escravo e a exportação da sua produção para a metrópole.

6. “A administração da Cooperativa é composta de um Conselho de Administração, formado por uma diretoria executiva constituída por cinco membros: presidente, vice-presidente e secretário, além de dois conselheiros. Este órgão é responsável pela gestão dos negócios da Cooperativa, submetendo-se à deliberação da Assembleia Geral” (Lima, 2012, p. 171).

7. “As atividades de subsistência incluem animais de pequeno porte, como a criação de galinha caipira, galinha de granja, suínos e peru. Além da criação de um pomar, com o cultivo de mandioca, inhame, batata-doce, hortaliças, feijão e milho, destinados ao consumo da família e à comercialização do excedente” (Lima, 2012, p. 141).

12 mil hectares, em 2002, para 15 mil hectares em 2011, o que representa quase a metade de toda a área da colônia ocupada pela produção de cana-de-açúcar. A previsão para 2011 era produzir um milhão de toneladas de cana, praticamente o dobro do que era produzido no início da década anterior. Com a expansão da área plantada, a produção também obteve um significativo salto nos anos recentes. O parque industrial conta com a usina de açúcar e a destilaria de álcool. Em 2010, por exemplo, foram produzidas 900 mil sacas de açúcar e 47 milhões de litros de álcool. Nesse período, também se investiu na modernização da estrutura industrial. A Cooperativa montou com recursos próprios “uma planta considerada a mais moderna do país, operada por computadores, (...) instalada ao lado da destilaria que funciona desde o início dos anos 1980”.

A intensificação dos investimentos na atividade sucroalcooleira, entretanto, também gerou algumas externalidades negativas para a Cooperativa, entre estas, os problemas ambientais ocasionados pelo maior uso da mecanização e insumos agrícolas.⁸

Outra questão importante foi relativa ao processo de reconcentração fundiária na colônia, com o aumento de propriedades com mais de 25 hectares, embora a grande maioria ainda se encontre entre 10 e 25 hectares (Lima, 2012). Podem ocorrer também casos em que cooperados mais ricos adquiram outros lotes, em que pese a existência de um acordo tácito no qual cada cooperado não pode possuir mais de quatro lotes.⁹

No tocante ao incentivo à diversificação produtiva, as principais atividades existentes na colônia referem-se ao cultivo de frutas para a fabricação de sucos, presente desde o projeto inicial de Bertholet, e à criação de gado para a produção de leite, entre outros derivados. No entendimento de Lima (2012), estas atividades são importantes por serem culturas perenes, que auxiliam os cooperados na obtenção de renda durante o ano todo, enquanto a cana, embora seja mais representativa, é uma cultura de colheita anual. Menos de 5% dos cooperados se ocupam exclusivamente do plantio da cana, havendo, portanto, uma complementaridade entre essas atividades. Para dar suporte a toda a estrutura de produção agrícola, a Cooperativa investiu e buscou parcerias para ampliar o sistema de irrigação a ser disponibilizado a seus associados. Conta também com incentivo do Banco do Brasil (BB) e do Banco do Nordeste (BNB) para conseguir crédito para financiamento e custeio das lavouras dos seus associados, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).¹⁰

Para a agregação de valor a esses outros produtos, a Cooperativa conta com três agroindústrias: suco de frutas, derivados de coco e beneficiamento de leite. Essas estruturas foram projetadas nos anos 1990 e dedicam-se à industrialização de sucos de frutas (sabores maracujá, caju, acerola, abacaxi, goiaba, manga e uva), com capacidade de produção de 2.500 caixas de suco por dia. Recentemente, a Cooperativa começou a produzir também suco em pó. A agroindústria de derivados de coco produz leite de coco e leite de coco *light*, gerando uma produção total média de mil caixas por dia,¹¹ e também coco ralado,

8. Para absorver parte desses problemas ambientais, a Cooperativa continua a investir na diversificação produtiva, com um modelo de agricultura familiar de baixos insumos e na verticalização agroindustrial, no sentido de gerar trabalho e novas fontes de renda, além de favorecer o meio ambiente (Lima, 2012).

9. Essa cláusula não é prevista nas normas internas da Cooperativa, esteve apenas no primeiro Estatuto Social. Todavia, o contrato de colonato, assinado no momento de adesão do cooperado, prevê a proibição de venda da posse de terra sem o prévio e expresso consentimento da Cooperativa.

10. Sobre o PRONAF, ver Silva (2011).

11. Tanto no caso do suco de frutas como no de leite de coco, cada caixa comporta 24 garrafas com 500 ml.

com capacidade de produzir mil quilos por dia. Já o beneficiamento do leite produzido pelos associados, embora ainda em pequena escala, produz para a venda o leite tipo C, manteiga e doce de leite.¹² Segundo Lima (2012, p. 138):

A produção de frutas exige maior quantidade de terra (acima de 10 hectares), no sistema de produção semiextensiva, envolve menos trabalho pesado em relação à cana, e fornece mais de uma colheita anual. A pecuária de leite representa mais um componente agroindustrial da Cooperativa, sendo crucial, também para a subsistência dos cooperados. Geralmente, o cooperado reserva meio hectare de sua terra para dedicar à pecuária, produzindo em torno de 120 litros de leite/dia. O sistema de confinamento é destinado à engorda e utiliza além do pasto, os subprodutos da indústria de sucos e bagaço de cana hidrolisado e enriquecido.

Para complementar sua estrutura agroindustrial, foi inaugurada pela Cooperativa, em 2011, uma fábrica de balas (confeitos) com capacidade para produzir 1.200 balas por minuto, agregando valor ao açúcar produzido em sua usina e gerando novos postos de trabalho.

Em termos de mercado para seus produtos, atualmente, a marca Pindorama, com seu *mix* com dezenas de produtos, tem conseguido penetração em âmbito local, regional e nacional, além de já atuar também no mercado internacional, com a exportação de açúcar. Além de Alagoas, para onde são destinados cerca de 50% de toda a produção, os principais estados de destino dos produtos são: Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. A Cooperativa conta ainda com duas centrais de distribuição fora de Alagoas: uma no município de Bom Conselho, em Pernambuco, e outra em Fortaleza, ambas com boa capacidade de estocagem.

Sobre o atual estágio da Cooperativa, Lima (2012, p. 259) afirmou o seguinte:

Hoje, a marca Pindorama está se consolidando, nacionalmente, nos mercados, baseada na construção de novos valores, redes e instituições, embora se reconheça, também, que a Cooperativa enfrenta desafios em relação a sua adaptação às regras e valores dos mercados já estruturados, com ampliação da base de fornecedores, ao incremento da fidelização de clientes, à economia de escala extremamente elevada, à linha de crédito integrada com o mercado, à forte concorrência de produtos similares, inclusive de empresas multinacionais; e à carga tributária.

Para manter a qualidade na produção de todos esses produtos, é necessária uma boa oferta de assistência técnica aos cooperados e funcionários das agroindústrias. Segundo seu atual presidente, essa é uma das grandes preocupações do setor administrativo: garantir a assistência técnica necessária em todo o setor produtivo. Para isso, além de manter um corpo próprio de técnicos,¹³ a Cooperativa visa estabelecer parcerias com várias organizações públicas e privadas para a promoção de cursos de capacitação em diversos níveis a seus associados e funcionários. Nesse quesito, é importante destacar o Centro de Treinamento Rural de Pindorama (CETRUP), criado pela Cooperativa em 1968, com recursos do movimento sindical alemão mobilizado por Bertholet, e que ainda hoje cumpre importante papel na qualificação técnica e para a escolarização dos associados.

A Cooperativa também incentiva a formação superior de seus associados e funcionários, financiando os gastos com o transporte e 50% do valor da mensalidade

12. Essa atividade agroindustrial é relevante para a Cooperativa porque absorve toda a produção leiteira dos cooperados. A Cooperativa também incentiva agricultores de outros municípios a produzir leite para ser adquirido em sua agroindústria.

13. É papel dos técnicos também dirimir conflitos e auxiliar no entendimento entre os cooperados em todas as aldeias de Pindorama, bem como repassar novos conhecimentos técnicos e estimular a troca de experiências.

do curso em instituição particular de ensino. Outra iniciativa é a manutenção de um convênio com a Escola Agrotécnica Federal de Satuba, em Alagoas, para a concessão de vagas nos cursos técnicos. No entanto, apesar do esforço empreendido desde a origem do projeto, o índice de analfabetismo entre os cooperados ainda é alto, principalmente entre aqueles mais velhos. Tal fato “revela a dificuldade que esses cooperados têm para estudar, sobretudo quando trabalham e casam, pois passam a se responsabilizar pelo ganho financeiro para o sustento da família” (Lima, 2012, p. 152).

4 PROJETOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA COOPERATIVA

A Cooperativa construiu uma estrutura produtiva cooperativada bastante complexa e diversificada ao longo de mais de meio século de existência, alcançando um faturamento anual na ordem de R\$ 200 milhões. Essa base construída até então vem garantindo a sobrevivência de mais de mil famílias agricultoras em seu território, mesmo com todos os percalços enfrentados. Os resultados alcançados foram dignos de reconhecimento como referência em seu setor. De acordo com Lima (2012), a Cooperativa recebeu o Prêmio Top ICMS 2008, como uma das maiores contribuintes de Alagoas. Em 2010, recebeu o Prêmio Cana Investe, em reconhecimento nacional de seu setor sucroenergético, na categoria Destaque Projeto Social da Região Norte/Nordeste. Recebeu também o Prêmio MasterCana Nordeste, categoria Desempenho – Responsabilidade Social, ao serem destacadas suas ações sociais e ambientais. Por fim, a Cooperativa foi finalista em 2013 da 5ª Edição do Prêmio Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (Prêmio ODM), concedido pela Presidência da República.¹⁴

Todo esse reconhecimento, portanto, envolve não apenas as atividades econômicas principais da Cooperativa mas todo o rol de atividades e projetos que ela desenvolve em sintonia com a dinâmica social e territorial na qual se insere. Tais projetos fazem parte de sua estratégia de responsabilidade social, que visa rever não somente os valores tradicionais ligados à terra, bem como estimular a repartição democrática, a modernização produtiva e a formação de novas lideranças locais.

Nesse sentido, um dos principais projetos é o Núcleo Incubador de Empresas Pindorama (NIEP), fundado em 2003, o qual, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (Sebrae/AL) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Alagoas (SESCOOP/AL), fornece suporte técnico a indivíduos e grupos de pessoas (com foco especial em mulheres) dos municípios da região na criação de seu próprio negócio, buscando gerar mais oportunidades de trabalho e renda para a população e dinamizar a economia local. São oferecidos cursos de capacitação em diversas áreas, além de auxílio em processos administrativos, planejamento do negócio, divulgação e comercialização dos produtos gerados. Segundo o presidente, as atividades apoiadas pelo NIEP já possibilitaram a criação de mais de mil postos de trabalho nos municípios de Coruripe, Penedo e Feliz Deserto. O NIEP também busca estabelecer parcerias externas para realizar suas atividades, como a Fundação Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (CAIXA), Prefeitura Municipal de Coruripe, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), SESCOOP/AL, Sebrae/AL e BNB, por exemplo.

14. Para mais informações a respeito do Prêmio ODM, ver: www.odmbrasil.gov.br.

Entre os projetos apoiados pelo NIEP, destaca-se a Associação de Confecção Nova Esperança, formada por 30 mulheres, em 2004. Essa associação desenvolve trabalhos de corte e costura, produzindo uniforme escolar para as crianças e jovens alunos de Pindorama e fardamento profissional e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os trabalhadores da lavoura de cana e unidades agroindustriais da Cooperativa. Porém, conforme o presidente da Cooperativa, embora esta seja a grande compradora de seus produtos, o objetivo é que a Associação se mantenha independente, podendo negociar livremente com outros clientes. O NIEP, além de dar o apoio gerencial para o negócio, conseguiu financiamento externo para a compra de máquinas e insumos. Em 2013, a Associação foi contemplada com o prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social.

Além da Associação de Confecção Nova Esperança, outros projetos visando principalmente à inclusão produtiva de mulheres das aldeias de Pindorama apoiados pelo NIEP são: a Associação dos Produtores de Material de Limpeza Dia a Dia com Você, que conta com seis associadas na fabricação de água sanitária, desinfetantes e detergentes; a Associação dos Piscicultores da Aldeia Palmeira Alta, com nove associados (oito mulheres e um homem), que produz tilápias na barragem de Pindorama para comercialização local e institucional, dispondo de 68 tanques-rede cedidos pela CODEVASF; a Coopshop, que congrega mulheres de Pindorama que fabricam artesanatos de diversos modelos e materiais, tendo como pontos de comercialização a sede da Cooperativa e uma loja no Pavilhão do Artesanato, em Maceió; o projeto de horta orgânica na Aldeia Prosperidade, que envolve vinte mulheres para o cultivo de plantas medicinais para a produção de chás; entre outros projetos em diferentes estágios de desenvolvimento.

Outro público-alvo dos projetos sociais da Cooperativa são os jovens, incluindo crianças e adolescentes. Pode-se destacar o projeto O Amanhã de Pindorama, que promove ações que garantem a formação plural dos jovens e fazem despertar neles a importância dos princípios cooperativistas para o desenvolvimento futuro de Pindorama. O objetivo é mobilizar e capacitar jovens entre 15 e 19 anos, filhos de cooperados, colaboradores da Cooperativa e da própria comunidade que estejam frequentando a escola regular. Para isso, o projeto oferece atividades profissionalizantes, acompanhamento psicopedagógico, oficina de leitura, aulas de esporte e educação musical, inclusive com a formação de um grupo musical que se apresenta periodicamente no município de Coruripe. Para as crianças do ensino fundamental, são desenvolvidos grupos de leitura, produção de textos e iniciação artística.¹⁵

Há também o programa Formação de Jovens Lideranças em Cooperativismo, que proporciona, em parceria com a Organização das Cooperativas de Alagoas (Oceal) e o SESCOOP/AL, formação em educação e administração cooperativa a jovens da comunidade com vistas a formar futuros dirigentes. Para cada turma são selecionados quarenta jovens, com idade entre 16 e 24 anos. Assim que concluem o curso, os jovens passam por um estágio de 15 a 90 dias em diferentes setores da Cooperativa. Segundo o presidente da Cooperativa e a diretora do NIEP, todos os anos a procura pelo programa é muito grande, superando o limite de vagas que podem ser ofertadas.

A Cooperativa também desenvolve em sua sede, desde 2008, um projeto de horticultura orgânica, envolvendo cerca de 140 jovens da comunidade. Nesse projeto são conjugados os conhecimentos para a produção de hortaliças e princípios de educação

15. Para que a criança ou o jovem venham a participar das atividades oferecidas é preciso que sejam assíduos na escola regular.

ambiental (Lima, 2012). Os recursos adquiridos com a venda dos produtos são divididos entre os jovens participantes.

A questão da inclusão digital também é vislumbrada pela Cooperativa. O NIEP conseguiu dez computadores, em parceria com a prefeitura municipal de Coruripe e o governo federal, para ofertar semestralmente cursos de informática para cerca de 360 jovens das escolas públicas e da comunidade. A comunidade de Pindorama também dispõe da Estação Digital René Bertholet, inaugurada em 2009 e instalada no CETRUP. Esta estação serve tanto para a realização de cursos como para o acesso à internet pela comunidade.

Em termos ambientais, a Cooperativa desenvolve uma série de projetos no intuito de mitigar os problemas causados pela expansão da cultura canavieira na região e também para o tratamento dos resíduos dos processos agroindustriais. O bagaço da cana é o resíduo de maior volume, com produção estimada de mais de 100 mil toneladas por ano. Para seu aproveitamento, uma parte é distribuída para a geração de energia renovável. Essa inovação se tornou possível após o investimento da Cooperativa na criação de um “sistema que utiliza o bagaço de cana descartado na usina de álcool e açúcar para a produção de cinco megawatts, suficientes para a manutenção de todo o processo industrial e de parte da irrigação”. Além do reaproveitamento para fins energéticos, o bagaço da cana também é utilizado para a produção de ração animal, biofertilizante (bioadubo) e para a “fabricação de papel artesanal e de sacos de cimento, proporcionando ocupação e complemento de renda de pessoas da comunidade”. São desenvolvidos ainda pesquisas e capacitações para “trabalhar no aproveitamento de resíduos nas fábricas de sucos e derivados de coco” (Lima, 2012, p. 246-248).

Por fim, a Cooperativa mantém uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN), em uma área de 220 hectares. Outra preocupação apresentada pelo presidente é de preservar a mata ciliar. Segundo ele, os esforços empreendidos até então já permitiram a recuperação de cinco hectares de mata ciliar ao redor dos rios Piauí e Camundongo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou, de forma resumida, o histórico de mais de cinquenta anos de uma experiência de reforma agrária no interior alagoano. Após enfrentar intensos desafios de natureza diversa, Pindorama conseguiu se consolidar como uma das principais experiências de cooperativismo na agricultura familiar na região Nordeste. A Cooperativa Pindorama, com um quadro social composto por 1.160 cooperados, constituiu-se ao longo desse tempo como uma referência em termos de estabelecimento de parcerias, desenvolvimento territorial e distribuição de renda.

Embora esteja localizada em uma região onde predomina o latifúndio canavieiro, que é historicamente marcado por um modelo extremamente excludente e concentrador de riqueza e poder, Pindorama conseguiu levar adiante um ousado projeto assentado tanto no fortalecimento da cadeia sucroalcooleira, como na diversificação produtiva e agroindustrialização. Isso permitiu não somente uma reinvenção do espaço agrícola como também uma nova relação do indivíduo com seu território.

A grande peculiaridade que faz de Pindorama uma experiência pioneira e bem-sucedida é que esse projeto se baseou em pequenas unidades familiares de produção, na intersetorialidade, na gestão coletiva, na solidariedade, na inclusão social e na preocupação com o futuro. Estes princípios estão presentes desde o projeto inicial,

idealizado por René Bertholet nos anos 1950, e permanecem sendo compartilhados pelos atores envolvidos.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Cícero P. Pindorama: a cooperativa como alternativa. **Série Apontamentos**, nº 50. Maceió: Edufal, 2005.
- LEMOS, João R. **René Bertholet e Pindorama**: um sonho que deu certo. Pindorama, 2006.
- LIMA, Conceição M. D. **Cooperativa e desenvolvimento territorial**: o caso da Cooperativa Pindorama – Alagoas. Recife: UFPE, 2012.
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Recomendação 193 sobre a promoção de cooperativas**. Brasília: OIT/Escritório Brasileiro, 2002.
- SILVA, Sandro P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, n. 58, 2011.
- SILVA, Sandro P.; NAGEM, Fernanda A. Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná. **Revista de Economia do Nordeste**, v. 43, n. 02, 2012.
- SILVA, Marcio G.; DIAS, Marcelo M.; SILVA, Sandro P. Políticas públicas de agricultura familiar e dinâmicas locais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 04, 2013.
- VASCONCELLOS, Gilberto F. **A salvação da lavoura**: receita de fartura para o povo brasileiro. Casa Amarela: São Paulo, 2002.

PROGRAMA CATAVIDA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA POSSIBILITANDO NOVAS TRAJETÓRIAS

Maria Suziane Gutbier*
Rúbia Geane Goetz**
Vera Beatriz Rambo***

1 INTRODUÇÃO

Convive-se no Brasil, hoje, com a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (Lei nº 12.305/2010), que regulamenta a gestão de resíduos no país, estabelece prazos e exige, portanto, que os diferentes segmentos sociais com interesses na área interajam para a definição e implantação das políticas no âmbito dos estados e municípios. A PNRS é um marco na área, pois prevê a priorização do acesso de catadores organizados em associações ou cooperativas aos materiais recicláveis, como forma de promover, pela geração de trabalho e renda, a inclusão social destes trabalhadores. Porém, as condições em que isso deve ocorrer estão sendo construídas a partir da realidade de cada estado e município. Segundo dados do Ipea (2013), existem no Brasil pelo menos 387.910 catadores; na região Sul, 58.928.

Este é o cenário no qual se insere a experiência do Programa Municipal de Gestão Social de Resíduos Sólidos de Novo Hamburgo, denominado Catavida, que foi criado em 2009 e tem como premissas de intervenção a geração de trabalho e renda, a inclusão social, a economia solidária e a preservação ambiental. O Programa Catavida é uma ferramenta pública de enfrentamento dos processos de desigualdades sociais numa cidade onde, em 2010, estimava-se ter cerca de 2 mil catadores de materiais recicláveis. A experiência de inclusão dessas pessoas, pela sua capacitação e organização em empreendimentos coletivos solidários, tem apresentado significativos impactos sociais e ambientais que serão destacados ao longo desta produção.

As avaliações gravimétricas apontam que 35% dos resíduos urbanos gerados são passíveis de reciclagem. No Brasil, quase todas as latinhas descartáveis e garrafas PET são recicladas (95%). Porém, plásticos, latas de aço, vidro, entre outros materiais, são pouco considerados nesse processo, reforçando as estatísticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que apontam que somente 1,4% de tudo o que se joga na lata de lixo em nosso país é, de fato, reciclado.

* Publicitária e educadora social, mestre em comunicação social.

** Assistente social, formada pela Universidade Luterana do Brasil. Especialista na elaboração e administração de projetos sociais.

*** Assistente social, formada pela Universidade Luterana do Brasil.

A produção mensal de resíduos em Novo Hamburgo é de aproximadamente 5 mil toneladas; destas, cerca de 300 toneladas, – o que representa 6% do total de resíduos gerados –, são recicladas. Esta proporção está diretamente relacionada à efetivação de um trabalho balizado na política pública de economia solidária e, sobretudo, condicionado à Política de Assistência Social e Política de Meio Ambiente.

O contexto atual apresenta perversas formas de violação de direitos, potencializadas pela lógica do capital na sociedade contemporânea. A permanência de ideologias neoliberais, com a crescente precarização do mundo do trabalho, tem reflexos diretos na vida das populações mais empobrecidas, que se agarram à atividade de catação de materiais recicláveis como a sua última possibilidade de trabalho e geração de renda. É um contingente de pessoas que já não se sente parte da sociedade. Muitos não possuem documentos, nem crédito, nem sonhos. Nem autoestima. Há, neste patamar, instrumentos legais, que visam à alteração desse contexto, superando os processos de vulnerabilidade e risco social. Assim, as políticas públicas constituem-se meios que possibilitam a materialização dos direitos conquistados historicamente por meio de inúmeras lutas travadas por diversos segmentos sociais. A política pública aqui em debate é o fomento à constituição de empreendimentos de economia solidária (ES) para organização dos catadores na gestão de resíduos sólidos.

Para Montañó (2007), as políticas sociais são compreendidas como instrumentos privilegiados de redução de conflitos, uma vez que contêm conquistas populares e de demais setores da sociedade convertidas em concessões do Estado. Assim, são percebidas como importantes instrumentos de materialização de direitos, tendo que ser pensadas a fim de concretizar ações práticas, acolhendo a diversidade de demandas por direitos no contexto atual. Trazendo este debate para o espaço do Programa Catavida, foco desta reflexão, constitui-se o arranjo pelo qual o poder público trabalha na perspectiva de dar conta da implantação e manutenção do Programa de Gestão Social de Resíduos Sólidos, com ênfase na questão social atrelada à problemática do lixo e suas demandas ambientais.

2 O PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CATAVIDA: DIMENSÕES E ASPECTOS RELEVANTES

O Programa Catavida nasceu precisamente de demandas da população municipal que requisitavam intervenções técnico-operativas do poder público municipal frente ao atendimento dos catadores autônomos de materiais recicláveis, que ocupavam espaços públicos para a realização do seu trabalho e assim, conseqüentemente, expunham à comunidade a sua condição social. Passam a ser demandas evidentes de atendimento o acesso negado a políticas sociais, a precarização das condições de vida e de trabalho, a exploração da mão de obra, a invisibilidade social dos sujeitos, a estigmatização, o preconceito e a situação constante de vulnerabilidade social. Soma-se, ainda, a aspectos ambientais inerentes ao trabalho dos catadores, como o descarte indevido de rejeitos e a conseqüente poluição ambiental. Estes fenômenos sociais passam a ser campo de intervenção profissional, com vistas à elaboração de respostas a este cenário de precarização de direitos.

O enfrentamento desta realidade tem se dado a partir dos princípios da ES de gestão coletiva e democrática, cooperação e solidariedade. O próprio Programa Catavida se constitui a partir de um coletivo com representantes das diversas secretarias municipais relacionadas à temática, como a de Educação, de Desenvolvimento Econômico,

Tecnologia, Trabalho e Turismo (Sedetur), de Meio Ambiente e também de membros do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), do Fórum de Recicladores do Vale do Sinos e até eventualmente de parceiros e financiadores. Nele se pratica a autogestão coletiva até os limites impostos pela estrutura administrativa e hierárquica da máquina pública.

A partir do diagnóstico no município e de uma etapa de estudos sobre a problemática encontrada, desenvolveu-se a proposta do Programa Catavida, cujo objetivo geral é: fomentar ações integradas, com base nas dimensões que abrangem a sustentabilidade social, econômica e ambiental, considerando todas as medidas envolvidas no enfrentamento da questão social do lixo, desde a geração dos resíduos até o destino final, potencializando o trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Os objetivos específicos retratam seus eixos de ação, quais sejam: *i)* promover a organização social emancipatória, a capacitação, as formas associadas de produção e a autogestão dos catadores de materiais recicláveis de Novo Hamburgo, sem ocasionar o endividamento ambiental; *ii)* sensibilizar e informar a sociedade sobre o destino correto dos resíduos e valorização do trabalho da categoria de catadores, alterando o paradigma de estigmatização social destes trabalhadores; *iii)* implementar a coleta seletiva solidária (CSS) no município de Novo Hamburgo por meio de iniciativas do poder público e da sociedade civil; e *iv)* instalar entrepostos no município de Novo Hamburgo na perspectiva de empreendimentos produtivos e coletivos, gerando trabalho e renda aos trabalhadores envolvidos.

A primeira ação foi a intervenção junto à cooperativa que realizava a triagem do resíduo da coleta mista do município e sobre a qual havia denúncias de irregularidades e até de trabalho semiescravo. A situação encontrada pelo poder público era de gravidade extrema. A violação de direitos era gritante e a necessidade de intervenção imediata fazia-se salutar. Assim, passou-se por um processo de sindicância que apurou irregularidades na atuação da cooperativa responsável pela operação da usina de reciclagem e, a seguir, esta foi retirada das frentes de atuação do processo de reciclagem no município. Colocou-se então um desafio ao poder público: localizar um novo parceiro que coordenasse a operacionalização das atividades e reinserisse os catadores no processo de trabalho.

Alguns movimentos importantes foram realizados durante a reforma da Central de Reciclagem, cuja infraestrutura não era adequada para o trabalho. Entre estes, destaca-se o pagamento de um bônus de R\$ 300 por mês. Com a garantia de retorno ao trabalho em melhores condições, o grupo aceitou ir para a sala de aula e participar da turma de capacitação do Projeto Cataforte¹ enquanto eram realizadas obras de melhorias na infraestrutura na usina de triagem. E para inaugurar outro modo de fazer foi necessário buscar uma cooperativa, com *knowhow* e idoneidade. A escolhida foi a Cooperativa Coolabore, com mais de quinze anos de existência na época e com reconhecida atuação no segmento. Nasceu então a Coolabore Filial 2, denominada pelo município Central Catadores Unidade Roselândia.

Uma segunda turma de capacitação de catadores do Projeto Cataforte foi constituída com catadores autônomos que trabalhavam nas ruas. Essa turma foi a base para o início da operação da CSS, pela Coolabore Filial 3, denominada Central de Catadores Unidade Centro.

1. Sobre o Cataforte, ver Ipea (2013).

A operacionalização de coleta, transporte, triagem, prensagem e armazenamento são de responsabilidade de uma cooperativa autogestionária de catadores e alicerçada no campo social e econômico como um empreendimento popular solidário, definido por Cruz (2006) como:

o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) registra que o cooperativismo é um modelo socioeconômico que tem como objetivo o desenvolvimento econômico aliado ao bem-estar social. Seus princípios são participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. Segundo Singer (2002),

a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

3 AVANÇOS E DESAFIOS DA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Programa Catavida contempla hoje aproximadamente 85 trabalhadores, divididos em duas unidades de trabalho. Uma delas atua no âmbito da reciclagem realizada com os resíduos coletados mecanicamente, com produção média de 240 toneladas/mês. A unidade estabelecida no âmbito central atua na perspectiva da CSS e realiza também triagem de aproximadamente 60 toneladas/mês. Este processo operativo é de extrema importância ambiental, mas, sobretudo pessoal, já que vem gerando trabalho e ampliação significativa de renda aos trabalhadores.

TABELA 1

Demonstrativo da evolução da quantidade de materiais triados e a renda dos catadores de materiais recicláveis

Unidade	2010		2011		2012		2013	
	Quantidade de materiais reciclados	Renda	Quantidade de materiais reciclados	Renda	Quantidade de materiais reciclados	Renda	Quantidade de materiais reciclados	Renda
Central de Catadores Unidade Roselândia	100t	866,00	150t	1.300,00	200t	1.733,00	230t	1.999,00
Central de Catadores Unidade Centro			15t	300,00	27t	540,00	50t	1.000,00

Fonte: Planilhas de produção da Coolabore.

É preciso lembrar que, antes da intervenção, em 2009, junto à Central de Triagem Roselândia, a renda dos trabalhadores era de R\$ 200 ao mês, e a quantidade de materiais triados e comercializados estava em 37 toneladas, segundo a planilha apresentada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O que se percebe no contexto do Programa Catavida e na elucidação de respostas às demandas colocadas é que os aspectos sociais e ambientais são inerentes à gestão de resíduos sólidos, sendo inviável o atendimento destas questões de forma isolada. Desse modo, na busca pela superação de práticas fragmentadas e frente à construção de uma política pública local voltada ao gerenciamento dos resíduos sólidos, a gestão intersetorial dos programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado se torna essencial. A política pública é aqui compreendida como um ramo do conhecimento, identificada por três particularidades essenciais:

é multidisciplinar [...] porque abrange temas e questões tratadas por outras disciplinas científicas; é intervencionista porque [não se limita] em conhecer seu objeto de estudo, mas procura interferir nele e modificá-lo; e é normativa porque [...] se defronta com a impossibilidade de separar fins e meios, bem como valores e técnicas, no estudo das ações dos governos (Lasswell, *apud* Pereira, 2009, p. 93).

Essas demarcações consideram, assim, que há possibilidade concreta de uma nova ótica de intervenção para as demandas socioambientais, assinalando que o processo de gerenciamento de programas, projetos e políticas deve incorporar as demandas e as necessidades dos cidadãos e, principalmente, a sua participação. Com vistas a garantir estes espaços de efetiva participação dos sujeitos sociais implicados no Programa Catavida, o gestor local prioriza a participação da cooperativa – organização não governamental (ONG) responsável pela organização de trabalho formal dos catadores de materiais recicláveis no âmbito local e pela operacionalização do processo de coleta e triagem dos materiais recicláveis – em todos os debates e processos decisórios. Dessa forma, o gestor local desafia as políticas públicas representadas por seus profissionais e gestores à construção de processos de resolutividade no enfrentamento das expressões da questão social. “O meio ambiente é área que implica planejamento e ação articulada às demais políticas, dada a sua complexidade. Entretanto no texto constitucional a ação intersetorial possível de ser evidenciada concerne ao que atribui, ao ‘Estado e à coletividade o dever de defendê-lo’ - Art. 225”. (Brasil, 2009).

Com vistas à construção de uma política pública sólida e viável no contexto municipal, o programa está amparado nas legislações vigentes – especialmente a Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu Artigo 23, inciso VI, que “compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer das suas formas”; e a PNRS, Lei nº 12.305/2010, que prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, “o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos” e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos – e alia os aspectos sociais e ambientais inerentes à demanda colocada ao gestor público, visando, por meio da inserção dos catadores, pessoas presentes nesse processo, dar materialização aos preceitos legais.

O programa atua na perspectiva de rompimento de paradigmas, especialmente dos processos de invisibilidade e exclusão social implicados aos catadores de materiais recicláveis, buscando a horizontalidade entre as ações desejadas, e das relações entre os atores que compõem a rede de atendimento destes sujeitos no âmbito do município. Inserido na Secretaria de Desenvolvimento Social do município, o programa fomenta a articulação com todos os serviços implantados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Desse modo, os catadores passam a acessar os programas da Proteção Social Básica e Especial na perspectiva de superação dos processos de vulnerabilidade

social presentes em suas vidas. É considerado pela rede de serviços locais como uma grande possibilidade de trabalho e geração de renda para as famílias e de superação de vulnerabilidades, especialmente a econômica, visto que vem possibilitando o processo de desligamento de programas de transferência de renda aos trabalhadores, proporcionando uma vida com maior dignidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há alguns elementos relevantes na trajetória do Programa Catavida, entre os quais cabe destacar: a importância do fortalecimento do cooperativismo como forma de gestão e o fomento à perspectiva da economia solidária – cuja reinvenção traz em si uma espécie de renascimento de valores que fazem parte da cultura do movimento operário e são pautados constantemente no cotidiano dos catadores de materiais recicláveis, como solidariedade, autogestão, autonomia, entre outros. Merecem destaques também o papel e a responsabilidade do poder público na gestão dos resíduos (coleta, triagem e destinação final) e na fiscalização dos processos, aliando os marcos regulatórios aos valores supracitados.

Um grande desafio da prática tem sido a mediação das relações de poder presentes no contexto social do município, que trazem à tona os interesses de empresas privadas envolvidas no processo de gestão de resíduos sólidos, além de sucateiros clandestinos e legalizados que de alguma forma tornavam os catadores reféns de sua comercialização. Estes são desafios que demandam interconexões e multilateralidade da prática profissional do assistente social e dos demais profissionais do coletivo gestor. Assim, a compreensão das questões em jogo, sob o olhar multidimensional, buscando, com base na criticidade, reconhecer, no cenário, parceiros e redes que possam apoiar o fomento da autogestão, tornou-se essencial para a implantação do programa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 42. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

CRUZ, Antônio. **A diferença da igualdade**: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000378375>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**: Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **A natureza do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEREIRA, Potyara. Como conjugar especificidade e intersetorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. **Serviço social e sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 77, mar. 2004.

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico, que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 38 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para mais informações, consultar:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/notatecnicareponderacao2009.pdf

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1. PEA por região metropolitana	A1
2. PEA por gênero	A1
3. PEA por grau de instrução	A2
4. PEA por faixa etária	A2
5. Taxa de participação por região metropolitana	A3
6. Taxa de participação por gênero	A3
7. Taxa de participação por grau de instrução	A4
8. Taxa de participação por faixa etária	A4
9. População economicamente inativa que gostaria de trabalhar	A5

II. OCUPAÇÃO

1. Nível de ocupação por região metropolitana	A7
2. Nível de ocupação por gênero	A7
3. Nível de ocupação por grau de instrução	A8
4. Nível de ocupação por faixa etária	A8
5. Nível de ocupação por posição na ocupação	A9
6. Empregados por categoria de ocupação	A9
7. Nível de ocupação por setor de atividade	A10

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

1. Admissões por UF	A11
2. Desligamentos por UF	A12
3. Variação do nível de emprego por UF	A13
4. Admissões por setor de atividade	A14
5. Desligamentos por setor de atividade	A15
6. Variação do nível de emprego formal por setor de atividade	A16

IV. DESEMPREGO

1. Taxa de desemprego por região metropolitana: PME	A17
2. Taxa de desemprego aberto: PED	A17
3. Taxa de desemprego oculto por desalento: PED	A18
4. Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED	A18
5. Taxa de desemprego total: PED	A19
6. Taxa de desemprego por gênero: PME	A19
7. Taxa de desemprego por grau de instrução	A20
8. Taxa de desemprego por faixa etária	A20
9. Taxa de desemprego por posição na família: PME	A21
10. Composição do desemprego por gênero: PME	A21
11. Composição do desemprego por posição na família: PME	A22
12. Composição do desemprego por faixa etária: PME	A22
13. Composição do desemprego por grau de instrução	A23
14. Composição do desemprego por faixa de duração	A23

V. RENDIMENTOS

1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região	A25
2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região	A25
3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação	A26
4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação	A26
5. Salário mínimo real	A27

VI. INFORMALIDADE

1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana	A29
2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana	A29
3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana	A30
4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana	A30

VII. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Número de benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição por clientela e por sexo	A31
2. Número de benefícios de aposentadoria por idade por clientela e por sexo	A32
3. Número de Benefícios de Prestação Continuada (BPC): idade por clientela e por sexo	A33
4. Número de benefícios de aposentadoria por invalidez previdenciária por clientela e por sexo	A34
5. Número de benefícios de aposentadoria por invalidez acidentária por clientela e por sexo	A35

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1
PEA por região metropolitana
(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	1.470	1.599	2.142	5.188	8.965	1.765	21.128	1.360	22.488
2004	1.461	1.654	2.229	5.275	9.130	1.777	21.525	1.379	22.904
2005	1.486	1.722	2.246	5.257	9.182	1.800	21.693	1.446	23.139
2006	1.548	1.735	2.362	5.325	9.335	1.834	22.139	1.443	23.582
2007	1.511	1.832	2.437	5.351	9.549	1.853	22.535	1.481	24.015
2008	1.492	1.805	2.510	5.446	9.774	1.907	22.934	1.564	24.498
2009	1.537	1.858	2.535	5.420	9.911	1.887	23.148	1.558	24.706
2010	1.631	1.926	2.623	5.543	9.955	1.933	23.611	1.590	25.201
2011	1.634	1.911	2.676	5.643	10.049	1.985	23.898	1.634	25.532
2012	1.697	1.911	2.732	5.765	10.200	1.989	24.295	1.667	25.962
2013									
Janeiro	1.716	1.888	2.708	5.766	10.393	2.004	24.475	1.682	26.157
Fevereiro	1.666	1.911	2.678	5.737	10.334	2.005	24.330	1.676	26.006
Março	1.726	1.926	2.675	5.779	10.177	2.011	24.295	1.707	26.002
Abril	1.718	1.986	2.687	5.741	10.187	2.001	24.320	1.709	26.029
Maio	1.680	2.034	2.690	5.783	10.227	2.011	24.424	1.714	26.138
Junho	1.668	2.071	2.645	5.810	10.242	2.000	24.435	1.712	26.147
Julho	1.722	2.061	2.675	5.774	10.274	2.009	24.514	1.708	26.222
Agosto	1.675	2.058	2.671	5.813	10.281	2.023	24.521	1.688	26.209
Setembro	1.682	2.033	2.670	5.815	10.313	2.009	24.522	1.690	26.212
Outubro	1.704	2.027	2.696	5.784	10.317	2.020	24.549	1.706	26.255
Novembro	1.732	2.014	2.718	5.724	10.232	2.003	24.424	n.d.	n.d.
Dezembro	1.728	2.011	2.694	5.771	10.212	1.976	24.391	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2013	1.701	2.002	2.684	5.775	10.266	2.006	24.433	n.d.	n.d.

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipades.

TABELA I.2
PEA por gênero
(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2003	11.737	9.392
2004	11.857	9.668
2005	11.928	9.765
2006	12.139	10.000
2007	12.281	10.254
2008	12.446	10.488
2009	12.502	10.647
2010	12.697	10.913
2011	12.878	11.020
2012	13.055	11.240
2013		
Janeiro	13.065	11.410
Fevereiro	13.062	11.268
Março	12.981	11.314
Abril	13.012	11.308
Maio	13.083	11.342
Junho	13.051	11.384
Julho	13.046	11.468
Agosto	13.124	11.397
Setembro	13.110	11.413
Outubro	13.112	11.437
Novembro	13.091	11.333
Dezembro	13.018	11.373
Jan.-dez./2013	13.063	11.371

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.3
PEA por grau de instrução
 (Em mil pessoas)

Período	< 8	8-10	> = 11
2003	7.174	4.233	9.686
2004	6.963	4.215	10.307
2005	6.669	4.161	10.830
2006	6.503	4.172	11.430
2007	6.244	4.189	12.072
2008	6.001	4.173	12.732
2009	5.702	4.128	13.292
2010	5.461	4.180	13.948
2011	5.276	4.144	14.459
2012	5.083	4.125	15.071
2013 Janeiro	4.800	4.118	15.545
Fevereiro	4.796	4.148	15.377
Março	4.838	4.016	15.427
Abril	4.778	4.073	15.457
Maio	4.871	4.136	15.403
Junho	4.798	4.075	15.545
Julho	4.847	4.097	15.558
Agosto	4.896	4.073	15.541
Setembro	4.790	4.134	15.591
Outubro	4.782	4.108	15.648
Novembro	4.699	4.133	15.583
Dezembro	4.701	3.993	15.690
Jan.-dez./2013	4.800	4.092	15.531

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.4
PEA por faixa etária
 (Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	127	616	4.073	13.041	3.272
2004	107	598	4.090	13.239	3.490
2005	64	521	3.989	13.457	3.662
2006	73	538	4.013	13.684	3.831
2007	64	496	3.986	13.964	4.025
2008	62	480	3.921	14.155	4.317
2009	95	569	3.996	12.506	4.573
2010	48	426	3.721	14.561	4.788
2011	47	447	3.630	14.718	4.866
2012	41	444	3.592	14.943	5.274
2013 Janeiro	36	447	3.523	15.011	5.457
Fevereiro	37	452	3.453	14.979	5.408
Março	33	428	3.452	14.876	5.507
Abril	34	446	3.512	14.759	5.569
Maio	31	436	3.417	14.964	5.575
Junho	40	423	3.434	14.908	5.630
Julho	38	429	3.410	15.062	5.576
Agosto	37	412	3.397	15.108	5.566
Setembro	40	426	3.406	15.038	5.612
Outubro	33	401	3.379	15.107	5.629
Novembro	33	391	3.414	14.983	5.602
Dezembro	26	374	3.368	14.969	5.655
Jan.-dez./2013	35	422	3.430	14.980	5.565

Fonte: PME/IBGE.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.5

Taxa de participação por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3
2004	49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005	49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
2006	51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	56,9	58,7	57,0
2007	49,0	59,0	58,8	53,6	59,7	56,5	56,9	59,0	57,0
2008	47,3	56,8	59,1	54,0	60,1	57,5	57,0	61,2	57,3
2009	47,9	56,6	58,6	53,3	60,1	56,1	56,7	59,8	56,9
2010	50,2	57,7	59,8	53,9	59,6	56,8	57,1	59,7	57,2
2011	49,9	56,0	59,9	54,4	59,4	57,7	57,1	60,0	57,3
2012	51,4	54,8	60,4	55,1	59,6	57,2	57,3	60,4	57,5
2013									
Janeiro	51,8	53,7	59,3	55,2	60,5	57,3	57,6	60,1	57,8
Fevereiro	50,3	54,0	58,6	54,9	60,1	57,3	57,2	59,9	57,4
Março	52,0	54,6	58,5	55,0	59,2	57,4	57,0	60,9	57,3
Abril	51,6	56,2	58,6	54,5	59,1	57,0	56,9	60,5	57,2
Maio	50,4	57,4	58,6	54,9	59,3	57,5	57,1	60,7	57,4
Junho	50,0	58,5	57,7	55,0	59,2	57,2	57,1	60,5	57,3
Julho	51,6	58,3	58,3	54,6	59,3	57,2	57,2	60,4	57,4
Agosto	50,2	58,2	58,4	55,1	59,3	57,5	57,2	59,7	57,4
Setembro	50,4	57,6	58,2	54,9	59,2	57,1	57,0	59,8	57,2
Outubro	51,0	57,3	58,9	54,6	59,2	57,4	57,1	60,0	57,3
Novembro	51,6	56,9	59,2	54,2	58,6	57,0	56,8	n.d.	n.d.
Dezembro	51,5	56,7	58,3	54,5	58,6	56,2	56,7	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2013	51,0	56,6	58,6	54,8	59,3	57,2	57,1	n.d.	n.d.

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.6

Taxa de participação por gênero

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	67,7	47,8
2004	67,3	48,3
2005	66,7	47,7
2006	66,8	48,1
2007	66,5	48,5
2008	66,6	48,7
2009	66,0	48,6
2010	66,5	49,0
2011	66,5	48,9
2012	66,6	49,3
2013		
Janeiro	66,4	49,9
Fevereiro	66,3	49,3
Março	66,1	49,3
Abril	66,1	49,1
Maio	66,4	49,2
Junho	66,2	49,3
Julho	66,2	49,5
Agosto	66,6	49,2
Setembro	66,4	49,1
Outubro	66,2	49,3
Novembro	66,0	48,9
Dezembro	65,7	49,0
Jan.-dez./2013	66,2	49,3

Fonte: PME/IBGE.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.7

Taxa de participação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2003	42,1	58,9	76,2
2004	41,3	58,4	76,3
2005	39,9	56,9	75,9
2006	39,2	57,4	76,2
2007	38,1	57,2	76,2
2008	37,2	56,7	76,2
2009	36,1	55,6	75,7
2010	35,5	55,4	75,8
2011	34,4	54,0	74,9
2012	34,5	54,2	75,4
2013			
Janeiro	34,0	53,5	75,1
Fevereiro	33,9	52,7	74,9
Março	33,9	52,3	74,7
Abril	33,4	52,7	74,8
Maio	33,8	53,9	74,6
Junho	33,3	53,5	74,9
Julho	33,4	54,0	75,0
Agosto	33,6	54,0	75,0
Setembro	33,0	54,3	74,9
Outubro	33,0	54,0	75,0
Novembro	32,5	53,8	74,7
Dezembro	32,9	52,5	74,1
Jan.-dez./2013	33,4	53,4	74,8

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.8

Taxa de participação por faixa etária

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004	3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005	1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006	2,0	23,6	70,6	79,1	38,3
2007	1,7	22,1	70,9	79,7	38,4
2008	1,7	21,7	70,7	79,9	39,2
2009	1,4	19,0	69,9	80,1	39,5
2010	1,3	18,9	70,1	80,9	40,0
2011	1,3	19,7	69,6	81,0	40,1
2012	1,2	19,3	69,4	81,5	40,3
2013					
Janeiro	1,1	19,6	68,7	81,5	40,8
Fevereiro	1,1	19,3	67,9	81,4	40,3
Março	1,0	18,8	67,2	81,6	40,5
Abril	1,0	19,6	67,7	81,3	40,6
Maio	0,9	19,5	67,1	81,6	40,8
Junho	1,2	19,0	67,8	81,5	40,7
Julho	1,1	19,3	68,3	81,7	40,4
Agosto	1,1	18,5	68,1	81,9	40,3
Setembro	1,2	19,2	68,4	81,9	39,7
Outubro	1,0	18,0	68,0	82,1	40,0
Novembro	1,0	17,3	67,7	81,9	39,5
Dezembro	0,8	16,9	66,9	81,7	39,5
Jan.-dez./2013	1,0	18,8	67,8	81,7	40,3

Fonte: PME/IBGE.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.9

População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período	Disponíveis		Não disponíveis	Total
	Marginalmente ligadas à PEA ¹	Total		
2003	985	2.811	404	3.215
2004	1.024	2.806	365	3.171
2005	1.027	2.800	343	3.144
2006	992	2.566	371	2.938
2007	920	2.300	408	2.709
2008	817	2.077	386	2.463
2009	861	2.033	370	2.403
2010	778	1.935	381	2.315
2011	739	1.766	408	2.174
2012	692	1.635	352	1.987
2013				
Janeiro	787	1.723	384	2.108
Fevereiro	742	1.686	334	2.021
Março	713	1.665	348	2.013
Abril	703	1.626	360	1.986
Maio	642	1.554	393	1.947
Junho	676	1.587	412	1.998
Julho	626	1.477	415	1.892
Agosto	589	1.463	376	1.839
Setembro	541	1.395	394	1.789
Outubro	542	1.325	385	1.710
Novembro	547	1.328	404	1.732
Dezembro	505	1.271	444	1.715
Jan.-dez./2013	634	1.508	387	1.896

Fonte: PME/IBGE.

Nota: ¹ Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.1

Nível de ocupação por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	1.267	1.332	1.910	4.712	7.703	1.598	18.520	1.239	19.759
2004	1.275	1.389	1.992	4.797	7.976	1.623	19.052	1.267	20.319
2005	1.289	1.455	2.049	4.851	8.243	1.666	19.554	1.340	20.894
2006	1.323	1.497	2.161	4.906	8.352	1.686	19.926	1.343	21.269
2007	1.329	1.581	2.252	4.969	8.586	1.718	20.435	1.389	21.824
2008	1.354	1.598	2.346	5.076	8.952	1.795	21.122	1.480	22.602
2009	1.385	1.648	2.372	5.088	9.002	1.781	21.276	1.474	22.750
2010	1.490	1.715	2.480	5.233	9.257	1.845	22.019	1.519	23.538
2011	1.527	1.727	2.545	5.349	9.428	1.896	22.473	1.573	24.046
2012	1.596	1.773	2.612	5.477	9.589	1.910	22.956	1.604	24.560
2013									
Janeiro	1.608	1.768	2.593	5.516	9.726	1.933	23.144	1.601	24.745
Fevereiro	1.557	1.792	2.565	5.473	9.660	1.927	22.974	1.600	24.574
Março	1.608	1.793	2.552	5.505	9.533	1.931	22.922	1.642	24.564
Abril	1.609	1.834	2.573	5.468	9.500	1.922	22.906	1.643	24.549
Maio	1.578	1.862	2.574	5.482	9.578	1.933	23.007	1.646	24.653
Junho	1.559	1.890	2.538	5.504	9.568	1.922	22.980	1.652	24.632
Julho	1.590	1.869	2.560	5.499	9.682	1.935	23.136	1.647	24.783
Agosto	1.572	1.864	2.557	5.552	9.726	1.954	23.225	1.639	24.864
Setembro	1.584	1.844	2.549	5.559	9.716	1.940	23.194	1.635	24.829
Outubro	1.600	1.843	2.585	5.549	9.743	1.959	23.279	1.650	24.929
Novembro	1.620	1.849	2.611	5.509	9.753	1.951	23.293	n.d.	n.d.
Dezembro	1.626	1.855	2.601	5.558	9.766	1.924	23.330	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2013	1.593	1.839	2.572	5.515	9.663	1.936	23.116	n.d.	n.d.

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.2

Nível de ocupação por gênero

(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2003	10.554	7.966
2004	10.777	8.275
2005	10.999	8.555
2006	11.149	8.777
2007	11.370	9.065
2008	11.687	9.435
2009	11.687	9.590
2010	12.035	9.984
2011	12.277	10.195
2012	12.483	10.474
2013		
Janeiro	12.472	10.672
Fevereiro	12.431	10.543
Março	12.386	10.536
Abril	12.411	10.495
Maio	12.486	10.520
Junho	12.425	10.555
Julho	12.469	10.666
Agosto	12.557	10.669
Setembro	12.521	10.673
Outubro	12.559	10.720
Novembro	12.591	10.702
Dezembro	12.559	10.771
Jan.-dez./2013	12.489	10.627

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.3

Nível de ocupação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	0	1-3	4-7	8-10	> = 11
2003	561	1.174	4.572	3.531	8.647
2004	527	1.120	4.576	3.550	9.240
2005	479	1.089	4.508	3.604	9.842
2006	473	1.055	4.391	3.601	10.372
2007	424	976	4.336	3.662	11.007
2008	375	919	4.300	3.727	11.773
2009	367	881	4.074	3.694	12.235
2010	360	830	3.967	3.800	13.040
2011	352	771	3.890	3.811	13.629
2012	329	725	3.799	3.816	14.271
2013					
Janeiro	290	670	3.627	3.804	14.741
Fevereiro	320	672	3.595	3.844	14.534
Março	306	664	3.649	3.693	14.597
Abril	316	651	3.595	3.747	14.586
Maio	318	631	3.669	3.818	14.557
Junho	319	659	3.598	3.734	14.654
Julho	300	673	3.656	3.775	14.719
Agosto	296	694	3.691	3.742	14.792
Setembro	302	668	3.600	3.816	14.799
Outubro	291	610	3.686	3.789	14.891
Novembro	297	631	3.592	3.846	14.917
Dezembro	297	646	3.581	3.768	15.032
Jan.-dez./2013	304	656	3.628	3.781	14.735

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.4

Nível de ocupação por faixa etária

(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	104	381	3.120	11.816	3.100
2004	88	385	3.167	12.086	3.327
2005	54	347	3.164	12.464	3.525
2006	61	362	3.168	12.646	3.689
2007	52	337	3.193	12.957	3.895
2008	51	341	3.267	13.266	4.196
2009	44	304	3.149	13.344	4.436
2010	39	316	3.165	13.762	4.737
2011	40	344	3.143	14.004	4.942
2012	35	346	3.146	14.260	5.170
2013					
Janeiro	27	345	3.084	14.338	5.349
Fevereiro	27	347	3.001	14.297	5.301
Março	24	319	3.007	14.182	5.391
Abril	24	328	3.024	14.074	5.456
Maio	22	332	2.954	14.255	5.443
Junho	27	310	2.951	14.193	5.499
Julho	31	324	2.954	14.384	5.442
Agosto	27	310	2.965	14.487	5.437
Setembro	34	316	2.974	14.382	5.489
Outubro	27	307	2.950	14.485	5.510
Novembro	28	297	3.038	14.429	5.501
Dezembro	21	285	3.023	14.436	5.565
Jan.-dez./2013	27	318	2.994	14.329	5.449

Fonte: PME/IBGE.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.5

Nível de ocupação por posição na ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Empregados				Conta própria	Empregadores	Não remunerados	Total
	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não remunerados				
2003	8.198	4.059	1.359	12	3.700	1.016	176	18.520
2004	8.331	4.292	1.382	9	3.872	1.001	166	19.052
2005	8.790	4.370	1.433	8	3.793	1.006	154	19.554
2006	9.179	4.315	1.470	7	3.817	987	151	19.926
2007	9.621	4.231	1.501	8	3.961	972	141	20.435
2008	10.263	4.157	1.598	8	3.978	979	138	21.122
2009	10.504	4.034	1.630	7	4.001	969	132	21.276
2010	11.221	3.966	1.665	6	4.054	993	115	22.019
2011	11.917	3.757	1.683	1	4.028	973	96	22.456
2012	12.329	3.640	1.784	3	4.085	1.027	88	22.956
2013								
Janeiro	12.613	3.507	1.757	3	4.153	1.031	78	23.144
Fevereiro	12.536	3.443	1.728	0	4.104	1.067	89	22.968
Março	12.468	3.415	1.795	0	4.144	1.019	74	22.916
Abril	12.461	3.412	1.798	0	4.113	1.042	79	22.904
Maio	12.491	3.406	1.846	0	4.137	1.040	81	23.001
Junho	12.471	3.351	1.902	0	4.143	1.033	76	22.976
Julho	12.652	3.350	1.853	0	4.153	1.054	69	23.130
Agosto	12.742	3.368	1.859	0	4.159	1.018	72	23.218
Setembro	12.814	3.293	1.891	0	4.141	983	64	23.187
Outubro	12.879	3.239	1.902	0	4.193	990	69	23.272
Novembro	12.788	3.291	1.873	0	4.211	1.060	63	23.287
Dezembro	12.843	3.268	1.888	0	4.239	1.038	49	23.326
Jan.-dez./2013	12.647	3.362	1.841	0	4.158	1.031	72	23.111

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.6

Empregados por categoria de ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Setor privado		Setor público			Domésticos	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2003	7.349	2.879	355	272	1.359	494	908
2004	7.475	3.023	341	290	1.382	515	979
2005	7.866	3.057	353	280	1.433	571	1.034
2006	8.240	2.941	368	301	1.470	572	1.073
2007	8.663	2.844	359	301	1.501	599	1.086
2008	9.303	2.833	356	292	1.598	603	1.031
2009	9.509	2.698	385	293	1.630	609	1.043
2010	10.191	2.659	428	297	1.665	603	1.010
2011	10.888	2.505	429	299	1.697	583	967
2012	11.287	2.419	443	297	1.784	599	924
2013							
Janeiro	11.597	2.340	459	310	1.757	557	856
Fevereiro	11.496	2.322	475	297	1.728	565	824
Março	11.442	2.250	452	319	1.795	573	847
Abril	11.452	2.254	456	306	1.798	552	852
Maio	11.436	2.280	460	285	1.846	594	841
Junho	11.477	2.215	407	279	1.902	586	857
Julho	11.608	2.252	430	276	1.853	614	822
Agosto	11.707	2.247	441	280	1.859	594	841
Setembro	11.820	2.202	402	301	1.891	592	790
Outubro	11.875	2.143	417	300	1.902	587	796
Novembro	11.788	2.195	450	309	1.873	550	787
Dezembro	11.826	2.191	436	287	1.888	582	790
Jan.-dez./2013	11.627	2.241	441	296	1.841	579	825

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.7

Nível de ocupação por setor de atividade

(Em mil pessoas)

Período	Indústria ¹	Construção	Comércio ²	Intermediação financeira ³	Administração pública ⁴	Serviços domésticos	Outros serviços ⁵	Outras atividades ⁶
2003	3.257	1.398	3.736	2.486	2.929	1.402	3.160	152
2004	3.366	1.394	3.794	2.607	2.992	1.494	3.271	134
2005	3.452	1.417	3.854	2.717	3.065	1.605	3.316	127
2006	3.465	1.433	3.901	2.843	3.125	1.644	3.390	125
2007	3.480	1.476	3.967	3.039	3.193	1.685	3.466	129
2008	3.601	1.538	4.065	3.186	3.355	1.635	3.625	117
2009	3.527	1.568	4.086	3.247	3.434	1.652	3.648	113
2010	3.651	1.658	4.137	3.393	3.565	1.613	3.882	120
2011	3.694	1.722	4.197	3.609	3.595	1.554	3.982	120
2012	3.686	1.802	4.295	3.709	3.742	1.522	4.083	118
2013								
Janeiro	3.717	1.732	4.416	3.746	3.762	1.413	4.253	105
Fevereiro	3.745	1.740	4.275	3.715	3.762	1.389	4.223	126
Março	3.662	1.737	4.290	3.739	3.838	1.420	4.124	112
Abril	3.657	1.766	4.335	3.709	3.886	1.404	4.047	102
Maio	3.687	1.773	4.292	3.673	3.931	1.435	4.097	119
Junho	3.567	1.755	4.323	3.716	3.969	1.443	4.099	108
Julho	3.691	1.775	4.299	3.721	3.896	1.436	4.189	128
Agosto	3.658	1.814	4.306	3.714	3.956	1.435	4.221	121
Setembro	3.726	1.824	4.236	3.772	3.961	1.383	4.182	110
Outubro	3.636	1.774	4.400	3.798	4.013	1.383	4.138	137
Novembro	3.544	1.808	4.449	3.814	4.004	1.337	4.206	132
Dezembro	3.540	1.784	4.499	3.797	3.970	1.372	4.257	112
Jan.-dez./2013	3.653	1.774	4.343	3.743	3.912	1.404	4.170	118

Fonte: PME/IBGE.

Notas: ¹ Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.² Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis.³ Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.⁴ Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.⁵ Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.⁶ Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.1
Admissões por UF

	2006¹	2007¹	2008¹	2009¹	2010¹	2011¹	2012¹	Jan./2013	Fev./2013	Mar./2013	Abr./2013	Mai./2013	Jun./2013	Jul./2013	Ago./2013	Set./2013	Out./2013	Nov./2013	Dez./2013	Jan.-dez./2013
RO	69.649	79.334	95.132	125.909	158.614	161.919	154.007	11.809	12.751	11.980	12.629	13.099	12.261	14.295	13.438	11.908	12.395	10.815	7.536	144.916
AC	17.580	16.278	21.148	23.790	28.085	30.984	27.944	2.410	2.162	1.983	2.468	2.925	2.364	2.504	2.430	2.267	2.358	2.171	1.338	27.380
AM	143.625	161.560	184.960	163.680	199.837	226.610	191.601	17.193	16.442	17.162	18.452	17.601	17.449	20.696	20.527	19.998	21.604	17.794	9.716	214.634
RR	7.937	9.522	13.001	13.592	17.526	19.342	20.427	1.792	1.909	1.673	1.860	1.655	1.652	2.201	2.011	1.901	1.408	1.760	1.145	20.967
PA	221.093	243.209	272.339	254.970	294.940	332.582	342.832	29.048	29.626	29.832	29.014	29.958	32.680	32.193	33.529	34.307	34.302	30.607	16.493	361.589
AP	15.290	18.041	21.656	20.429	22.982	30.203	30.894	2.884	2.645	2.824	3.115	2.814	2.632	2.919	3.382	2.746	3.266	2.658	1.680	33.565
TO	44.209	52.139	59.515	57.791	69.470	70.876	66.625	5.805	5.827	5.158	6.246	5.585	5.563	5.828	7.066	5.798	6.316	4.968	3.253	67.413
MA	94.335	111.763	144.739	137.645	180.084	193.278	193.896	15.522	14.607	16.365	16.113	15.628	17.437	18.025	20.748	18.418	18.721	16.355	9.314	197.253
PI	59.823	61.787	73.860	79.490	103.526	100.279	102.397	8.376	7.990	8.601	9.247	10.526	10.026	10.335	10.542	10.229	10.144	8.829	5.401	110.246
CE	267.041	295.833	345.458	379.204	448.201	489.918	481.466	41.595	41.244	39.421	44.235	45.600	48.967	45.391	47.065	46.321	48.098	47.036	28.701	523.674
RN	146.967	146.384	161.965	151.630	182.440	183.612	184.878	15.457	14.252	15.075	15.968	15.597	16.075	16.715	18.687	18.332	16.797	16.462	12.299	191.716
PB	84.592	92.780	103.426	109.139	132.012	142.326	153.288	12.910	12.507	11.159	12.453	13.867	11.778	13.103	17.397	18.035	14.976	13.821	7.877	159.883
PE	333.564	353.967	408.028	439.804	554.743	602.804	595.561	46.212	44.010	43.011	47.844	47.142	47.742	47.057	54.226	73.270	57.684	49.544	33.103	590.845
AL	110.055	109.173	120.327	121.070	131.217	152.666	142.629	9.337	8.144	8.049	8.490	9.101	9.168	10.431	9.968	24.721	24.699	13.025	7.368	142.501
SE	70.359	75.928	87.510	89.875	108.888	116.185	120.524	9.574	9.097	10.706	11.857	9.548	9.721	10.883	10.913	10.956	14.827	11.705	6.706	126.493
BA	473.212	531.251	610.700	634.547	751.940	797.200	765.480	64.977	59.530	63.736	74.744	71.440	63.205	67.856	70.011	68.226	70.154	64.934	43.746	782.559
MG	1.706.007	1.820.555	2.069.420	1.990.200	2.330.033	2.441.631	2.423.044	202.470	193.444	215.939	221.347	226.553	222.867	221.037	205.072	204.023	203.650	177.019	128.598	2.422.019
ES	314.285	339.581	390.245	370.548	419.220	447.492	450.842	39.402	37.064	39.854	45.308	46.255	39.641	38.533	41.550	37.472	38.872	35.499	25.222	464.672
RJ	1.047.227	1.168.783	1.361.327	1.353.607	1.584.744	1.735.635	1.774.154	149.321	146.122	166.080	164.647	163.470	158.044	154.188	160.463	156.174	162.548	148.578	106.040	1.835.675
SP	4.074.928	4.635.279	5.380.429	5.051.210	6.038.693	6.454.473	6.269.058	544.161	552.968	568.798	609.350	556.303	534.328	523.466	557.491	531.888	541.558	474.643	326.387	6.321.341
PR	933.008	1.067.382	1.250.348	1.195.644	1.403.547	1.505.901	1.542.593	140.648	142.115	148.898	150.671	137.870	130.785	135.800	140.547	134.291	135.686	118.566	76.405	1.592.282
SC	730.675	830.160	950.005	928.396	1.098.276	1.155.707	1.172.828	117.192	118.662	112.416	112.679	101.675	95.678	100.274	104.540	100.433	110.607	95.713	60.148	1.230.017
RS	881.310	986.199	1.161.486	1.112.226	1.382.470	1.462.349	1.470.496	143.097	139.771	154.763	142.252	126.528	119.784	125.030	131.467	121.848	132.139	123.489	82.450	1.542.618
MS	170.662	193.899	242.953	229.386	251.036	274.305	279.014	25.297	26.120	27.370	27.875	26.064	25.205	25.340	26.540	23.757	25.275	21.275	12.800	292.918
MT	227.021	268.853	327.013	324.160	328.714	396.942	428.532	49.965	40.028	35.477	39.950	36.242	41.294	41.570	40.381	37.939	40.338	30.763	21.522	449.469
GO	386.167	454.710	545.751	543.775	636.234	699.665	711.076	64.595	65.674	63.026	77.458	64.470	65.551	63.960	64.740	60.725	61.859	52.826	36.851	741.735
DF	200.528	216.939	256.590	285.923	319.100	337.736	335.953	29.223	29.700	29.792	31.897	29.606	30.297	31.678	31.184	29.475	30.825	27.571	22.423	353.671
Total	12.831.149	14.341.289	16.659.331	16.187.640	19.204.847	20.562.620	20.432.039	1.794.272	1.774.411	1.849.148	1.938.169	1.827.122	1.772.194	1.781.308	1.845.915	1.805.458	1.841.106	1.618.426	1.094.522	20.942.051

Fonte: CAGED/MTE.

Nota: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.2
Desligamentos por UF

	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹	2009 ¹	2010 ¹	2011 ¹	2012 ¹	Jan./2013	Fev./2013	Mar./2013	Abr./2013	Mai./2013	Jun./2013	Jul./2013	Ago./2013	Sep./2013	Out./2013	Nov./2013	Dez./2013	Jan.-dez./2013	
RO	64.978	71.001	89.752	101.034	136.669	156.117	152.711	12.851	12.559	11.736	12.324	14.133	12.534	14.062	12.721	12.721	11.980	12.942	13.182	10.627	151.651
AC	16.400	16.374	20.649	21.821	26.733	30.571	28.453	2.913	2.269	2.311	2.048	2.354	2.165	2.399	2.477	2.477	1.999	2.367	2.155	2.028	27.485
AM	130.620	138.976	176.224	165.088	167.981	192.919	195.329	17.179	16.414	15.841	18.502	17.547	15.115	17.361	18.428	17.386	17.164	17.164	15.705	15.328	201.970
RR	7.269	8.180	12.427	12.403	15.023	18.253	18.799	2.843	1.541	2.709	1.869	1.868	2.059	2.136	1.674	1.406	1.406	1.553	1.808	1.238	22.704
PA	200.287	215.206	263.613	247.590	259.546	298.215	325.208	32.054	27.416	29.146	28.864	30.003	29.716	28.451	31.517	26.990	31.816	31.816	29.434	23.824	349.231
AP	13.878	16.337	19.707	20.238	20.831	25.741	28.354	2.913	2.400	2.560	2.532	2.638	2.863	2.782	3.015	2.271	2.975	2.747	2.397	2.397	32.093
TO	42.069	45.034	58.805	54.746	63.579	68.067	66.164	5.683	6.611	5.120	5.586	5.757	5.808	5.680	6.343	5.341	5.521	5.667	5.115	5.115	68.232
MA	80.603	95.585	125.395	142.429	152.147	180.725	194.481	18.755	15.824	17.094	16.849	17.464	16.703	16.449	17.213	15.505	15.158	15.702	15.118	15.118	197.834
PI	52.283	53.886	62.536	66.763	84.732	95.409	98.217	9.404	8.335	8.112	7.923	8.295	8.394	9.359	9.550	9.850	7.540	9.615	9.615	7.376	103.753
CE	233.481	256.111	304.017	314.768	375.414	443.892	451.338	46.295	38.184	40.446	40.213	43.594	37.841	42.491	40.284	38.040	41.309	38.287	30.875	477.859	477.859
RN	131.626	131.380	148.434	146.830	157.516	175.095	177.362	18.722	15.096	14.666	17.114	15.494	14.963	15.452	15.468	13.150	16.009	15.415	13.544	185.093	185.093
PB	71.516	80.623	93.531	95.848	100.561	126.505	139.855	15.609	15.700	14.800	12.248	12.707	10.955	13.195	12.495	11.417	12.237	11.035	9.111	151.509	151.509
PE	294.679	307.619	355.228	393.087	456.238	532.742	567.761	57.743	48.380	55.580	52.201	49.544	43.297	49.958	46.839	43.282	52.360	44.227	39.372	582.783	582.783
AL	98.000	109.678	117.005	113.249	125.140	140.910	148.910	11.430	15.917	23.623	22.136	12.554	10.150	9.079	8.841	8.436	8.746	9.358	7.838	148.108	148.108
SE	62.771	67.143	76.472	78.677	89.625	101.697	113.941	9.597	9.220	14.061	9.337	9.830	9.486	9.232	9.677	8.643	9.834	8.646	8.327	115.890	115.890
BA	448.123	472.531	569.778	563.377	660.538	749.007	756.170	65.605	60.606	63.361	64.558	66.872	61.769	64.576	66.056	62.023	72.573	56.972	53.983	758.954	758.954
MG	1.553.713	1.652.157	1.938.698	1.899.592	2.070.594	2.269.531	2.314.010	194.990	183.520	196.347	197.824	200.637	194.803	209.404	206.786	197.098	209.946	188.961	179.300	2.359.616	2.359.616
ES	282.316	314.507	360.871	351.573	385.630	413.544	432.378	40.771	37.272	37.674	36.848	44.750	40.606	40.467	38.314	32.713	36.327	33.783	31.004	450.529	450.529
RJ	931.069	1.023.997	1.206.731	1.264.732	1.394.064	1.567.482	1.668.501	173.971	137.430	150.721	149.647	158.895	150.213	154.943	150.359	140.521	155.862	131.593	117.841	1.771.996	1.771.996
SP	3.602.301	4.023.740	4.854.822	4.773.637	5.385.451	5.977.828	6.026.908	527.205	505.199	522.478	529.123	533.869	500.432	514.992	517.927	486.613	528.704	478.394	500.208	6.145.144	6.145.144
PR	846.612	945.021	1.139.445	1.126.560	1.261.064	1.393.532	1.468.420	129.523	126.258	131.450	131.734	128.157	125.528	134.000	128.288	118.366	127.487	113.557	119.427	1.513.775	1.513.775
SC	669.353	746.530	876.099	877.382	997.295	1.080.419	1.118.988	98.263	103.590	104.433	102.406	99.271	90.151	98.930	95.872	89.209	98.557	86.075	94.478	1.161.235	1.161.235
RS	829.211	891.875	1.070.932	1.048.000	1.219.206	1.353.527	1.402.915	124.308	122.684	126.659	132.168	128.644	116.467	128.674	124.504	110.994	122.595	113.046	110.430	1.461.173	1.461.173
MS	164.155	181.977	233.087	216.486	231.298	258.713	264.089	24.913	23.081	23.732	23.233	23.398	23.768	25.445	23.846	22.796	22.973	21.347	21.040	279.572	279.572
MT	222.890	244.297	304.120	318.748	339.640	376.455	406.436	34.869	34.797	39.653	37.366	35.319	34.351	37.174	37.477	35.490	39.289	35.967	34.493	436.245	436.245
GO	365.106	413.557	498.404	509.371	577.169	650.280	671.642	58.588	53.999	54.994	58.782	59.962	57.681	61.937	62.065	55.565	63.859	61.223	60.027	708.682	708.682
DF	187.154	200.575	230.345	268.501	294.083	319.401	326.458	28.375	26.663	27.391	27.821	31.538	30.540	31.217	30.231	27.306	30.510	27.039	29.617	348.248	348.248
Total	11.602.463	12.723.897	15.207.127	15.192.530	17.067.900	18.996.577	19.563.798	1.765.372	1.650.965	1.736.698	1.741.256	1.755.094	1.648.358	1.739.845	1.718.267	1.594.390	1.746.213	1.570.940	1.543.966	20.211.364	20.211.364

Fonte: CAGED/MTE.

Nota: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.3
Variação do nível de emprego por UF

	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹	2009 ¹	2010 ¹	2011 ¹	2012 ¹	Jan./2013	Fev./2013	Mar./2013	Abr./2013	Mai./2013	Jun./2013	Jul./2013	Ago./2013	Set./2013	Out./2013	Nov./2013	Dez./2013	Jan.-dez./2013
RO	4.671	8.333	5.380	24.875	21.945	5.802	1.296	-1.042	192	244	305	-1.034	-273	233	717	-72	-547	-2.367	-3.091	-6.735
AC	1.180	-96	499	1.969	1.352	413	-509	-503	-107	-328	420	571	199	105	-47	268	9	16	-690	-105
AM	13.005	22.584	8.736	-1.408	20.813	33.691	-3.728	14	28	1.321	-50	54	2.334	3.335	2.099	2.612	4.440	2.089	-5.612	12.664
RR	668	1.342	574	1.189	2.503	1.089	1.628	-1.051	368	-1.036	-9	-213	-407	65	337	495	-145	-48	-93	-1.737
PA	20.806	28.003	8.726	7.380	35.394	34.367	17.624	-3.006	2.210	686	150	-45	2.964	3.742	2.012	7.317	2.486	1.173	-7.331	12.358
AP	1.412	1.704	1.949	191	2.151	4.462	2.540	-29	245	264	583	176	-231	137	367	475	291	-89	-717	1.472
TO	2.140	7.105	710	3.045	5.891	2.809	461	122	-784	38	660	-172	-245	148	723	457	795	-699	-1.862	-819
MA	13.732	16.178	19.344	-4.784	27.937	12.553	-585	-3.233	-1.217	-729	-736	-1.836	734	1.576	3.535	2.913	3.563	653	-5.804	-581
PI	7.540	7.901	11.324	12.727	18.794	4.870	4.180	-1.028	-345	489	1.324	2.231	1.632	976	992	379	2.604	-786	-1.975	6.493
CE	33.560	39.722	41.441	64.436	72.787	46.026	30.128	-4.700	3.060	-1.025	4.022	2.006	11.126	2.900	6.781	8.281	6.789	8.749	-2.174	45.815
RN	15.341	15.004	13.531	4.800	24.924	8.517	7.516	-3.265	-844	409	-1.146	103	1.112	1.263	3.219	5.182	788	1.047	-1.245	6.623
PB	13.076	12.157	9.895	13.291	22.361	15.821	13.433	-2.699	-3.193	-3.641	205	1.160	823	-92	4.902	6.618	2.739	2.786	-1.234	8.374
PE	38.885	46.348	52.800	46.717	98.505	70.062	27.800	-11.531	-4.370	-12.569	-4.357	-2.402	4.445	-2.901	7.387	29.988	5.324	5.317	-6.269	8.062
AL	12.055	-505	3.322	7.821	6.077	11.756	-6.281	-2.093	-7.773	-15.574	-13.646	-3.453	-982	1.352	1.127	16.285	15.953	3.667	-470	-5.607
SE	7.588	8.785	11.038	11.198	19.263	14.488	6.583	-23	-123	-3.355	2.520	-282	235	1.651	1.236	2.313	4.993	3.059	-1.621	10.603
BA	25.089	58.720	40.922	71.170	91.402	48.193	9.310	-628	-1.076	375	10.186	4.568	1.436	3.280	3.955	6.203	-2.419	7.962	-10.237	23.605
MG	152.294	168.398	130.722	90.608	259.439	172.100	109.034	7.480	9.924	19.592	23.523	25.916	28.064	11.633	-1.714	6.925	-6.296	-11.942	-50.702	62.403
ES	31.969	25.074	29.374	18.975	33.590	33.948	18.464	-1.369	-208	2.180	8.460	1.505	-965	-1.934	3.236	4.759	2.545	1.716	-5.782	14.143
RJ	116.158	144.786	154.596	88.875	190.680	168.153	105.653	-24.650	8.692	15.359	15.000	4.575	7.831	-755	10.104	15.653	6.686	16.985	-11.801	63.679
SP	472.627	611.539	525.607	277.573	653.242	476.645	242.150	16.956	47.769	46.320	80.227	22.434	33.896	8.474	39.564	45.275	12.854	-3.751	-173.821	176.197
PR	86.396	122.361	110.903	69.084	142.483	112.369	74.173	11.125	15.857	17.448	18.937	9.713	5.257	1.800	12.259	15.925	8.199	5.009	-43.022	78.507
SC	61.322	83.630	73.906	51.014	100.981	75.288	53.840	18.929	15.072	7.983	10.273	2.404	5.527	1.344	8.668	11.224	12.050	9.638	-34.330	68.782
RS	52.099	94.324	90.554	64.226	163.264	108.822	67.581	18.789	17.087	28.104	10.084	-2.116	3.317	-3.644	6.963	10.854	9.544	10.443	-27.980	81.445
MS	6.507	11.922	9.866	12.900	19.738	15.592	14.925	384	3.039	3.638	4.642	2.666	1.437	-105	2.694	961	2.302	-72	-8.240	13.346
MT	4.131	24.556	22.893	5.412	17.352	20.487	22.096	9.096	5.231	-4.176	2.584	923	6.943	4.396	2.904	2.449	1.049	-5.204	-12.971	13.224
GO	21.061	41.153	47.347	34.404	59.062	49.385	39.434	6.007	11.675	8.032	18.676	4.508	7.870	2.023	2.675	5.160	-2.000	-8.397	-23.176	33.053
DF	13.374	16.364	26.245	17.422	25.017	18.335	9.495	848	3.037	2.401	4.076	-1.932	-243	461	953	2.169	315	532	-7.194	5.423
Total	1.228.686	1.617.392	1.452.204	995.110	2.136.947	1.566.043	868.241	28.900	123.446	112.450	196.913	72.028	123.836	41.463	127.648	211.068	94.893	47.486	-449.444	730.687

Fonte: CAGED/MTE.

Nota: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.4
Admissões por setor de atividade

	Extr. mín.	Ind. transf.	SIUP	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2004 ¹	40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005 ¹	45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	207	12.179.001
2006 ¹	46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
2007 ¹	48.370	3.126.985	61.347	1.428.582	3.298.542	4.969.393	97.321	1.310.749	0	14.341.289
2008 ¹	54.161	3.525.765	70.994	1.866.537	3.774.888	5.856.365	105.502	1.405.119	0	16.659.331
2009 ¹	42.915	3.147.085	77.608	1.950.078	3.783.528	5.802.755	112.804	1.270.867	0	16.187.640
2010 ¹	57.054	3.910.066	91.743	2.463.997	4.442.260	6.875.128	103.161	1.261.438	0	19.204.847
2011 ¹	62.149	3.943.981	99.822	2.614.817	4.804.303	7.644.580	101.226	1.291.742	0	20.562.620
2012 ¹	59.537	3.772.550	100.190	2.644.701	4.870.120	7.675.551	101.977	1.207.413	0	20.432.039
2013	4.900	347.853	12.705	244.420	403.595	672.449	10.820	97.530	0	1.794.272
Janeiro	4.328	347.633	9.307	218.832	390.496	695.633	19.700	88.482	0	1.774.411
Fevereiro	4.737	366.984	8.825	232.272	421.066	709.128	13.394	92.742	0	1.849.148
Março	4.982	387.342	10.612	245.310	436.588	727.827	11.096	114.412	0	1.938.169
Abril	4.825	338.851	8.355	232.661	420.774	687.516	9.530	124.610	0	1.827.122
Maio	4.996	314.143	9.320	226.754	406.674	657.513	7.331	145.463	0	1.772.194
Junho	4.792	329.905	8.085	237.568	414.603	667.285	7.365	111.705	0	1.781.308
Julho	5.269	331.465	8.233	243.698	444.354	712.810	8.700	91.386	0	1.845.915
Agosto	4.832	350.767	9.296	238.985	434.572	673.524	7.408	86.074	0	1.805.458
Setembro	4.744	342.878	9.208	237.013	470.145	687.497	6.249	83.372	0	1.841.106
Outubro	3.740	255.727	7.182	193.744	465.827	615.829	5.046	71.331	0	1.618.426
Novembro	2.843	145.447	6.202	106.063	347.919	441.230	3.992	40.826	0	1.094.522
Dezembro	54.988	3.858.995	107.330	2.657.320	5.056.613	7.948.241	110.631	1.147.933	0	20.942.051
Jan.-dez./2013										

Fonte: CAGED/MTE.

Nota: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.5
Desligamentos por setor de atividade

	Extr. mín.	Ind. transf.	SIUP	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2004 ¹	30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005 ¹	35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006 ¹	34.707	2.442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
2007 ¹	38.608	2.732.401	53.595	1.251.827	2.893.451	4.382.290	82.069	1.289.656	0	12.723.897
2008 ¹	45.490	3.347.090	63.029	1.668.669	3.392.670	5.208.106	95.186	1.386.887	0	15.207.127
2009 ¹	40.879	3.136.220	72.624	1.772.893	3.486.371	5.302.578	94.729	1.286.236	0	15.192.530
2010 ¹	40.711	3.425.038	73.889	2.209.819	3.831.647	6.010.878	97.534	1.287.384	0	12.575.471
2011 ¹	44.313	3.769.307	92.152	2.465.857	4.435.733	6.858.233	89.728	1.241.254	0	18.996.577
2012 ¹	49.855	3.739.328	91.873	2.573.805	4.599.727	7.174.018	103.215	1.231.977	0	19.563.798
2013	4.446	304.483	8.420	210.999	471.053	657.703	10.116	98.152	0	1.765.372
Janeiro	4.163	314.167	9.364	203.196	400.910	613.572	7.336	98.257	0	1.650.965
Fevereiro	4.092	341.194	9.160	212.563	417.906	647.779	6.828	97.176	0	1.736.698
Março	4.345	346.739	8.375	212.389	419.957	652.607	7.239	89.605	0	1.741.256
Abril	4.633	323.097	8.261	234.538	420.738	666.362	6.680	90.785	0	1.755.094
Maio	4.300	306.221	8.813	224.662	398.344	613.491	6.083	86.444	0	1.648.358
Junho	5.028	322.751	9.406	232.669	413.058	656.051	7.310	93.572	0	1.739.845
Julho	4.625	320.118	8.681	232.533	394.284	648.520	6.028	103.478	0	1.718.267
Agosto	4.087	287.491	8.340	209.206	380.727	602.927	5.369	96.243	0	1.594.390
Setembro	4.536	309.404	7.992	239.165	417.967	655.426	5.617	106.106	0	1.746.213
Outubro	4.620	289.993	7.024	225.514	362.569	571.004	5.702	104.514	0	1.570.940
Novembro	4.388	309.769	8.096	184.815	351.075	553.850	19.069	112.904	0	1.543.966
Dezembro	53.263	3.775.427	101.932	2.622.249	4.848.588	7.539.292	93.377	1.177.236	0	20.211.364
Jan.-dez./2013										

Fonte: CAGED/MTE.

Nota: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.

TABELA III.6
Variação do nível de emprego formal por setor de atividade

	Extr. mín.	Ind. transf.	SIUP	Constr. civil	Comércio	Serviços	Adm. públ.	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2004 ¹	10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274	45	1.523.276
2005 ¹	9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	-12.878	76	1.253.981
2006 ¹	12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
2007 ¹	9.762	394.584	7.752	176.755	405.091	587.103	15.252	21.093	0	1.617.392
2008 ¹	8.671	178.675	7.965	197.868	382.218	648.259	10.316	18.232	0	1.452.204
2009 ¹	2.036	10.865	4.984	177.185	297.157	500.177	18.075	-15.369	0	995.110
2010 ¹	16.343	485.028	16.207	254.178	519.613	864.250	5.627	-25.946	0	2.201.406
2011 ¹	17.836	174.674	7.670	148.960	368.570	786.347	11.498	50.488	0	1.566.043
2012 ¹	9.682	33.222	8.317	70.896	270.393	501.533	-1.238	-24.564	0	868.241
2013	454	43.370	4.285	33.421	-67.458	14.746	704	-622	0	28.900
Fevereiro	165	33.466	-57	15.636	-10.414	82.061	12.364	-9.775	0	123.446
Março	645	25.790	-335	19.709	3.160	61.349	6.566	-4.434	0	112.450
Abril	637	40.603	2.237	32.921	16.631	75.220	3.857	24.807	0	196.913
Maio	192	15.754	94	-1.877	36	21.154	2.850	33.825	0	72.028
Junho	696	7.922	507	2.092	8.330	44.022	1.248	59.019	0	123.836
Julho	-236	7.154	-1.321	4.899	1.545	11.234	55	18.133	0	41.463
Agosto	644	11.347	-448	11.165	50.070	64.290	2.672	-12.092	0	127.648
Setembro	745	63.276	956	29.779	53.845	70.597	2.039	-10.169	0	211.068
Outubro	208	33.474	1.216	-2.152	52.178	32.071	632	-22.734	0	94.893
Novembro	-880	-34.266	158	-31.770	103.258	44.825	-656	-33.183	0	47.486
Dezembro	-1.545	-164.322	-1.894	-78.752	-3.156	-112.620	-15.077	-72.078	0	-449.444
Jan.-dez./2013	1.725	83.568	5.398	35.071	208.025	408.949	17.254	-29.303	0	730.687

Fonte: CAGED/MTE.

Nota: ¹ Soma dos meses de janeiro a dezembro.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.1

Taxa de desemprego por região metropolitana: PME

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,8	7,4	9,7
2006	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
2007	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3	6,2	9,1
2008	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9	7,9	5,4	7,7
2009	9,9	11,3	6,4	6,1	9,2	5,6	8,1	5,4	7,9
2010	8,7	11,0	5,5	5,6	7,0	4,5	6,7	4,5	6,6
2011	6,5	9,6	4,9	5,2	6,2	4,5	6,0	3,7	5,8
2012	6,0	7,2	4,4	5,0	6,0	4,0	5,5	3,8	5,4
2013									
Janeiro	6,3	6,3	4,2	4,3	6,4	3,5	5,4	4,8	5,4
Fevereiro	6,5	6,2	4,2	4,6	6,5	3,9	5,6	4,5	5,5
Março	6,8	6,9	4,6	4,7	6,3	4,0	5,7	3,8	5,6
Abril	6,4	7,7	4,2	4,8	6,7	4,0	5,8	3,8	5,7
Mai	6,1	8,4	4,3	5,2	6,3	3,9	5,8	3,9	5,7
Junho	6,5	8,8	4,1	5,3	6,6	3,9	6,0	3,5	5,8
Julho	7,6	9,3	4,3	4,7	5,8	3,7	5,6	3,6	5,5
Agosto	6,2	9,4	4,3	4,5	5,4	3,4	5,3	2,9	5,1
Setembro	5,8	9,3	4,5	4,4	5,8	3,4	5,4	3,3	5,3
Outubro	6,1	9,1	4,1	4,1	5,6	3,0	5,2	3,3	5,1
Novembro	6,5	8,2	3,9	3,8	4,7	2,6	4,6	n.d.	n.d.
Dezembro	5,9	7,7	3,4	3,7	4,4	2,6	4,3	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2013	6,4	8,1	4,2	4,5	5,9	3,5	5,4	n.d.	n.d.

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA IV.2

Taxa de desemprego aberto: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	AL	RE	BH	FO
2003	12,7	14,6	11,0	17,1	13,6	12,2	n.d.
2004	11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7	n.d.
2005	10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0	n.d.
2006	10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8	n.d.
2007	10,1	11,5	9,6	13,9	12,4	8,8	n.d.
2008	9,3	10,6	8,4	12,2	12,1	7,6	n.d.
2009	10,0	10,5	8,6	12,2	11,5	8,0	7,0
2010	8,9	9,4	7,1	11,2	10,1	6,9	5,9
2011	8,3	8,9	6,2	10,4	8,5	6,0	6,1
2012	8,6	9,5	6,1	11,9	7,5	4,6	6,5
2013							
Janeiro	7,8	9,2	5,1	11,6	7,8	5,0	6,0
Fevereiro	8,2	9,8	5,2	12,5	8,1	5,6	6,2
Março	8,8	10,5	5,5	13,4	8,4	6,4	6,4
Abril	9,1	10,2	5,8	14,5	8,7	6,6	6,5
Mai	9,0	10,0	5,6	14,6	8,5	6,8	6,3
Junho	9,1	9,6	6,0	14,1	8,2	6,2	6,5
Julho	9,0	9,7	5,9	13,4	8,7	6,5	6,4
Agosto	8,6	9,6	5,8	12,9	9,0	6,3	6,2
Setembro	8,1	9,5	5,5	12,8	9,3	6,4	6,0
Outubro	7,7	n.d.	5,3	12,5	8,6	6,2	5,8
Novembro	7,5	n.d.	5,3	12,5	7,9	5,8	5,7
Dezembro	7,5	n.d.	5,1	12,4	7,2	5,7	5,5
Jan.-dez./2013	8,5	n.d.	5,6	13,2	8,4	6,2	6,2

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.3

Taxa de desemprego oculto por desalento: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	AL	RE	BH	FO
2003	2,1	3,6	2,0	3,4	4,7	2,8	n.d.
2004	1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6	n.d.
2005	1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7	n.d.
2006	1,5	3,2	1,3	2,1	3,8	2,0	n.d.
2007	1,3	2,9	1,1	1,7	3,5	1,6	n.d.
2008	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,3	n.d.
2009	1,0	2,6	n.d.	2,3	3,1	1,2	2,4
2010	0,9	2,2	n.d.	1,9	2,6	0,8	n.d.
2011	n.d.	2,0	n.d.	1,7	2,2	0,6	n.d.
2012	n.d.	1,1	n.d.	n.d.	1,9	n.d.	n.d.
2013	n.d.	1,2	n.d.	n.d.	1,9	n.d.	n.d.
Janeiro	n.d.	1,2	n.d.	n.d.	1,9	n.d.	n.d.
Fevereiro	n.d.	1,3	n.d.	n.d.	2,1	n.d.	n.d.
Março	n.d.	1,2	n.d.	n.d.	2,1	n.d.	n.d.
Abril	n.d.	1,0	n.d.	1,3	1,8	n.d.	n.d.
Maio	n.d.	0,8	n.d.	n.d.	1,5	n.d.	n.d.
Junho	n.d.	0,9	n.d.	n.d.	1,6	n.d.	n.d.
Julho	n.d.	0,9	n.d.	n.d.	1,9	n.d.	n.d.
Agosto	n.d.	1,0	n.d.	n.d.	2,1	n.d.	n.d.
Setembro	n.d.	0,9	n.d.	n.d.	2,0	n.d.	n.d.
Outubro	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,8	n.d.	n.d.
Novembro	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,5	n.d.	n.d.
Dezembro	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,5	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2013	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,9	n.d.	n.d.

Fonte: PED/Dieese.

n.d. = não disponível.

TABELA IV.4

Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	AL	RE	BH	FO
2003	5,1	4,6	3,6	7,6	4,6	4,7	n.d.
2004	5,1	4,2	3,6	7,6	4,5	4,1	n.d.
2005	4,9	3,7	2,9	7,4	4,3	3,3	n.d.
2006	4,1	4,2	2,8	6,7	4,1	2,2	n.d.
2007	3,6	3,4	2,3	6,3	4,0	1,8	n.d.
2008	3,1	3,0	2,0	5,9	4,5	1,1	n.d.
2009	2,8	2,7	1,7	5,2	4,6	1,1	2,2
2010	2,4	2,2	1,4	4,0	4,0	0,9	n.d.
2011	1,6	1,9	n.d.	3,5	2,8	0,7	n.d.
2012	1,6	1,7	n.d.	4,2	2,6	n.d.	n.d.
2013	1,5	1,7	n.d.	4,8	2,9	n.d.	n.d.
Janeiro	1,5	1,7	n.d.	4,8	2,9	n.d.	n.d.
Fevereiro	1,5	1,7	n.d.	5,0	2,7	n.d.	n.d.
Março	1,5	1,6	n.d.	5,0	3,0	n.d.	n.d.
Abril	1,8	1,7	n.d.	4,4	2,9	n.d.	n.d.
Maio	1,9	1,4	n.d.	3,9	2,9	n.d.	n.d.
Junho	1,8	1,5	n.d.	3,9	2,7	n.d.	n.d.
Julho	1,6	1,4	n.d.	4,4	2,8	n.d.	n.d.
Agosto	1,4	1,7	n.d.	4,4	3,1	n.d.	n.d.
Setembro	1,4	1,5	n.d.	4,0	3,2	n.d.	n.d.
Outubro	1,4	n.d.	n.d.	3,6	3,1	n.d.	n.d.
Novembro	1,4	n.d.	n.d.	3,5	2,9	n.d.	n.d.
Dezembro	1,4	n.d.	n.d.	3,7	2,7	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2013	1,6	n.d.	n.d.	4,4	2,9	n.d.	n.d.

Fonte: PED/Dieese.

n.d. = não disponível.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.5

Taxa de desemprego total: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH	FO
2003	19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8	n.d.
2004	18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4	n.d.
2005	17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9	n.d.
2006	15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0	n.d.
2007	15,0	17,8	12,9	21,9	19,9	12,3	n.d.
2008	13,5	16,7	11,3	20,3	19,7	10,0	n.d.
2009	13,8	16,0	11,3	19,7	19,2	10,3	11,6
2010	12,1	13,8	8,9	17,0	16,6	8,6	9,5
2011	10,6	12,5	7,4	15,2	13,6	7,1	9,0
2012	10,8	12,2	7,1	17,4	12,0	5,1	8,9
2013							
Janeiro	10,0	12,0	6,3	17,3	12,6	5,6	8,1
Fevereiro	10,3	12,8	6,2	18,6	12,9	6,2	8,5
Março	10,9	13,3	6,5	19,7	13,5	7,0	8,9
Abril	11,4	12,9	6,5	20,2	13,4	7,1	8,8
Maio	11,4	12,2	6,5	19,7	12,9	7,4	8,6
Junho	11,3	12,1	6,6	19,1	12,5	6,7	8,5
Julho	11,0	12,1	6,7	18,7	13,4	7,1	8,4
Agosto	10,4	12,3	6,5	18,2	14,2	6,9	7,9
Setembro	10,0	12,0	6,2	17,8	14,5	7,2	7,7
Outubro	9,6	n.d.	6,1	17,1	13,5	6,9	7,3
Novembro	9,4	n.d.	6,2	16,9	12,3	6,6	7,0
Dezembro	9,3	n.d.	6,1	16,9	11,4	6,6	6,8
Jan.-dez./2013	10,6	n.d.	6,4	18,6	13,1	6,8	8,2

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.6

Taxa de desemprego por gênero: PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	10,1	15,2
2004	9,1	14,4
2005	7,8	12,4
2006	8,1	12,2
2007	7,4	11,6
2008	6,1	10,0
2009	6,5	9,9
2010	5,2	8,5
2011	4,7	7,5
2012	4,4	6,8
2013		
Janeiro	4,5	6,5
Fevereiro	4,8	6,4
Março	4,6	6,9
Abril	4,6	7,2
Maio	4,6	7,2
Junho	4,8	7,3
Julho	4,4	7,0
Agosto	4,3	6,4
Setembro	4,5	6,5
Outubro	4,2	6,3
Novembro	3,8	5,6
Dezembro	3,5	5,3
Jan.-dez./2013	4,4	6,6

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.7

Taxa de desemprego por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2003	12,0	16,6	10,7
2004	10,5	15,8	10,4
2005	8,8	13,4	9,1
2006	8,9	13,6	9,2
2007	8,1	12,6	8,8
2008	6,7	10,6	7,5
2009	6,6	10,5	8,0
2010	5,5	9,1	6,5
2011	5,0	8,1	5,8
2012	4,5	7,5	5,3
2013			
Janeiro	4,4	7,6	5,2
Fevereiro	4,3	7,3	5,5
Março	4,5	8,0	5,4
Abril	4,5	8,0	5,6
Maio	5,2	7,7	5,5
Junho	4,6	8,4	5,7
Julho	4,5	7,9	5,4
Agosto	4,4	8,1	4,8
Setembro	4,6	7,7	5,1
Outubro	4,0	7,8	4,8
Novembro	3,8	6,9	4,3
Dezembro	3,8	5,6	4,2
Jan.-dez./2013	4,4	7,6	5,1

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.8

Taxa de desemprego por faixa etária

(Em %)

Período	15-17	18-24	25-49	> = 50
2003	38,2	23,4	9,4	5,3
2004	35,4	22,5	8,7	4,7
2005	33,3	20,6	7,4	3,7
2006	32,6	21,1	7,6	3,7
2007	31,9	19,8	7,2	3,2
2008	28,8	16,6	6,3	2,8
2009	28,7	17,3	6,6	3,0
2010	25,8	14,9	5,5	2,4
2011	23,0	13,4	4,9	2,3
2012	22,0	12,4	4,6	2,0
2013				
Janeiro	22,7	12,5	4,5	2,0
Fevereiro	23,3	13,1	4,6	2,0
Março	25,5	12,9	4,7	2,1
Abril	26,5	13,9	4,6	2,0
Maio	23,8	13,6	4,7	2,4
Junho	26,7	14,1	4,8	2,3
Julho	24,6	13,4	4,5	2,4
Agosto	24,8	12,7	4,1	2,3
Setembro	25,9	12,7	4,4	2,2
Outubro	23,4	12,7	4,1	2,1
Novembro	24,0	11,0	3,7	1,8
Dezembro	23,7	10,3	3,6	1,6
Jan.-dez./2013	24,6	12,7	4,4	2,1

Fonte: PME/IBGE.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.9

Taxa de desemprego por posição na família: PME

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2003	7,2	16,9
2004	6,4	15,9
2005	5,6	13,6
2006	5,6	13,7
2007	5,0	12,9
2008	4,3	11,0
2009	4,5	11,2
2010	3,7	9,4
2011	3,3	8,3
2012	3,1	7,6
2013		
Janeiro	3,1	7,4
Fevereiro	3,1	7,7
Março	3,2	7,8
Abril	3,5	7,8
Maio	3,4	7,9
Junho	3,3	8,2
Julho	3,3	7,6
Agosto	3,1	7,2
Setembro	3,1	7,4
Outubro	2,9	7,2
Novembro	2,7	6,4
Dezembro	2,5	6,0
Jan.-dez./2013	3,1	7,4

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.10

Composição do desemprego por gênero: PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	45,4	54,6
2004	43,6	56,4
2005	43,5	56,5
2006	44,8	55,2
2007	43,3	56,7
2008	41,9	58,1
2009	43,5	56,5
2010	41,6	58,4
2011	42,1	57,9
2012	42,8	57,2
2013		
Janeiro	44,5	55,5
Fevereiro	46,5	53,5
Março	43,3	56,7
Abril	42,5	57,5
Maio	42,1	57,9
Junho	43,0	57,0
Julho	41,8	58,2
Agosto	43,8	56,2
Setembro	44,3	55,7
Outubro	43,5	56,5
Novembro	44,2	55,8
Dezembro	43,2	56,8
Jan.-dez./2013	43,6	56,4

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.11

Composição do desemprego por posição na família: PME

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2003	27,6	72,4
2004	26,1	73,9
2005	26,4	73,6
2006	26,1	73,9
2007	24,8	75,2
2008	25,3	74,7
2009	26,0	74,0
2010	25,5	74,5
2011	25,3	74,7
2012	26,2	73,8
2013		
Janeiro	26,8	73,2
Fevereiro	26,0	74,0
Março	26,7	73,3
Abril	28,1	71,9
Maio	27,6	72,4
Junho	25,8	74,2
Julho	27,4	72,6
Agosto	27,4	72,6
Setembro	26,8	73,2
Outubro	26,3	73,7
Novembro	27,1	72,9
Dezembro	27,4	72,6
Jan.-dez./2013	27,0	73,0

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.12

Composição do desemprego por faixa etária: PME

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004	0,7	8,6	37,4	46,7	6,6
2005	0,5	8,1	38,6	46,5	6,4
2006	0,5	7,9	38,2	46,9	6,4
2007	0,6	7,6	37,7	48,0	6,2
2008	0,6	7,6	36,0	49,1	6,7
2009	0,5	6,5	35,2	50,4	7,3
2010	0,5	6,9	34,9	50,3	7,4
2011	0,5	7,2	34,1	50,1	8,0
2012	0,5	7,3	33,3	51,0	7,9
2013					
Janeiro	0,7	7,6	33,0	50,6	8,1
Fevereiro	0,7	7,8	33,3	50,3	7,9
Março	0,7	7,9	32,4	50,5	8,5
Abril	0,7	8,4	34,5	48,4	8,0
Maio	0,6	7,3	32,7	50,0	9,3
Junho	0,9	7,8	33,2	49,2	9,0
Julho	0,5	7,7	33,0	49,1	9,7
Agosto	0,8	7,9	33,4	48,0	9,9
Setembro	0,5	8,3	32,5	49,4	9,3
Outubro	0,5	7,4	33,7	49,0	9,4
Novembro	0,5	8,3	33,2	49,0	9,0
Dezembro	0,4	8,3	32,6	50,3	8,4
Jan.-dez./2013	0,6	7,9	33,1	49,5	8,9

Fonte: PME/IBGE.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.13

Composição do desemprego por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8-10	> = 11
2003	33,2	26,9	39,8
2004	29,9	26,9	43,2
2005	27,7	26,1	46,2
2006	26,4	25,7	47,8
2007	24,2	25,1	50,7
2008	22,5	24,6	52,9
2009	20,3	23,3	56,4
2010	19,1	23,9	57,0
2011	18,4	23,4	58,2
2012	17,2	23,1	59,7
2013			
Janeiro	16,0	23,5	60,4
Fevereiro	15,4	22,4	62,2
Março	16,0	23,5	60,5
Abril	15,3	23,1	61,6
Maio	17,9	22,4	59,7
Junho	15,3	23,4	61,2
Julho	15,8	23,3	60,9
Agosto	16,6	25,5	57,8
Setembro	16,5	23,9	59,6
Outubro	15,3	25,1	59,6
Novembro	15,8	25,4	58,9
Dezembro	16,7	21,2	62,1
Jan.-dez./2013	16,1	23,6	60,4

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.14

Composição do desemprego por faixa de duração

(Em %)

Período	<1	1-6	7-11	12-23	> = 24
2003	18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004	20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005	22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006	21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
2007	24,3	46,7	8,3	12,2	8,5
2008	23,8	48,9	8,4	10,7	8,3
2009	25,8	49,7	8,9	9,1	6,6
2010	25,6	49,1	7,5	10,2	7,5
2011	25,9	51,0	7,2	8,8	7,2
2012	26,2	52,0	7,2	8,6	6,0
2013					
Janeiro	29,1	51,9	5,9	7,9	5,2
Fevereiro	26,2	55,2	5,8	8,4	4,4
Março	22,4	58,1	5,9	8,8	4,9
Abril	20,8	59,3	7,1	8,2	4,6
Maio	21,8	56,9	6,9	9,9	4,5
Junho	21,0	57,8	7,2	8,6	5,5
Julho	20,3	54,9	10,0	9,4	5,4
Agosto	23,0	53,6	8,4	9,7	5,2
Setembro	21,7	52,6	10,0	9,1	6,6
Outubro	21,1	54,2	9,3	9,2	6,2
Novembro	22,1	53,9	8,4	9,6	6,1
Dezembro	22,5	53,0	9,0	10,0	5,6
Jan.-dez./2013	22,7	55,1	7,8	9,1	5,4

Fonte: PME/IBGE.

V. RENDIMENTOS

TABELA V.1

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região

(Em R\$ de dezembro de 2013)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ¹	Total
2003	1.077,6	1.165,0	1.308,0	1.460,6	1.678,3	1.398,4	1.488,4	1.407,7	1.482,8
2004	1.050,7	1.141,1	1.305,1	1.443,7	1.651,9	1.407,2	1.469,4	1.452,2	1.468,2
2005	1.084,4	1.162,5	1.334,7	1.474,9	1.672,4	1.390,1	1.492,0	1.440,6	1.488,4
2006	1.135,7	1.225,4	1.388,0	1.515,2	1.757,2	1.436,5	1.551,0	1.554,0	1.551,2
2007	1.166,0	1.256,7	1.438,3	1.603,1	1.789,4	1.497,2	1.600,5	1.569,0	1.598,3
2008	1.149,9	1.340,9	1.504,5	1.687,1	1.831,7	1.534,9	1.654,8	1.658,8	1.655,1
2009	1.137,8	1.387,2	1.566,0	1.741,6	1.889,5	1.604,7	1.707,4	1.755,3	1.710,7
2010	1.275,1	1.449,4	1.654,1	1.862,9	1.897,6	1.710,2	1.771,4	1.865,8	1.778,0
2011	1.304,7	1.524,5	1.728,1	1.954,5	1.910,5	1.754,7	1.819,5	1.907,9	1.825,7
2012	1.404,1	1.567,1	1.862,2	1.972,8	2.011,7	1.799,1	1.894,0	2.020,9	1.902,9
2013									
Janeiro	1.417,8	1.507,9	1.889,3	1.991,6	2.019,9	1.835,7	1.903,8	2.018,8	1.911,8
Fevereiro	1.441,0	1.489,8	1.895,6	2.024,9	2.045,7	1.875,8	1.926,7	1.978,3	1.930,3
Março	1.450,1	1.467,4	1.862,1	2.009,6	2.064,3	1.848,3	1.922,2	2.051,3	1.931,2
Abril	1.420,9	1.464,6	1.872,2	2.026,7	2.054,3	1.841,1	1.918,7	2.018,3	1.925,7
Maio	1.338,9	1.458,5	1.885,0	2.029,1	2.040,7	1.863,8	1.912,3	2.060,6	1.922,7
Junho	1.383,3	1.472,3	1.810,3	2.034,3	2.029,1	1.923,1	1.909,4	2.119,4	1.924,1
Julho	1.385,3	1.458,5	1.855,3	2.003,9	2.000,8	1.907,2	1.893,0	2.121,9	1.909,0
Agosto	1.411,9	1.469,8	1.907,6	2.033,3	2.033,4	1.930,8	1.925,7	2.150,1	1.941,4
Setembro	1.410,7	1.497,3	1.910,3	2.082,8	2.054,6	1.892,2	1.945,6	2.087,1	1.955,5
Outubro	1.396,9	1.437,6	1.884,6	2.056,8	2.076,7	1.927,8	1.943,1	2.014,6	1.948,1
Novembro	1.464,2	1.400,2	1.891,1	2.141,3	2.108,3	1.962,5	1.981,1	n.d.	n.d.
Dezembro	1.452,0	1.404,2	1.872,5	2.154,5	2.085,1	1.905,6	1.966,9	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2013	1.414,4	1.460,7	1.878,0	2.049,1	2.051,1	1.892,8	1.929,0	n.d.	n.d.

Fonte: PME/IBGE e PME/Imparides.

Nota: ¹ Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

TABELA V.2

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região

(Em R\$ de novembro de 2013)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ¹	Total
2003	1.053,2	1.157,5	1.297,4	1.463,2	1.648,6	1.382,0	1.472,0	1.365,0	1.464,5
2004	1.021,5	1.134,5	1.297,3	1.443,8	1.671,9	1.401,0	1.474,3	1.398,6	1.469,0
2005	1.089,9	1.186,4	1.344,5	1.481,6	1.699,7	1.401,3	1.509,3	1.426,8	1.503,6
2006	1.160,8	1.248,3	1.407,3	1.526,1	1.794,1	1.454,1	1.575,9	1.569,1	1.575,5
2007	1.195,5	1.298,1	1.453,6	1.623,4	1.829,8	1.526,5	1.631,8	1.611,8	1.630,4
2008	1.177,7	1.348,0	1.528,2	1.734,4	1.881,9	1.574,9	1.695,7	1.669,9	1.693,9
2009	1.158,0	1.391,0	1.582,0	1.772,9	1.924,3	1.641,9	1.736,1	1.776,7	1.739,0
2010	1.306,5	1.470,2	1.660,7	1.908,9	1.952,3	1.749,5	1.813,1	1.895,4	1.818,9
2011	1.297,5	1.587,7	1.742,7	1.984,1	1.981,3	1.791,2	1.867,0	1.947,1	1.872,7
2012	1.372,1	1.591,8	1.878,2	2.018,5	2.099,3	1.842,9	1.947,0	2.050,6	1.954,3
2013									
Janeiro	1.407,3	1.487,2	1.857,2	2.008,4	2.056,8	1.859,9	1.920,0	1.975,7	1.923,9
Fevereiro	1.406,3	1.463,0	1.832,4	2.004,6	2.074,4	1.828,1	1.917,0	2.067,3	1.927,5
Março	1.379,9	1.448,6	1.836,0	2.019,3	2.063,9	1.825,0	1.911,7	2.031,8	1.920,1
Abril	1.290,2	1.436,2	1.853,6	2.019,3	2.046,8	1.858,8	1.903,9	2.060,0	1.914,8
Maio	1.327,2	1.463,3	1.785,8	2.016,4	2.033,4	1.915,6	1.898,8	2.113,0	1.913,8
Junho	1.333,5	1.440,1	1.823,6	1.972,2	1.994,6	1.895,7	1.873,5	2.124,9	1.891,1
Julho	1.325,4	1.459,4	1.875,0	2.045,9	2.033,1	1.920,1	1.917,6	2.155,9	1.934,3
Agosto	1.354,6	1.476,8	1.889,5	2.080,4	2.056,7	1.884,7	1.937,6	2.088,6	1.948,2
Setembro	1.355,4	1.423,0	1.854,5	2.050,7	2.090,9	1.920,0	1.939,6	2.023,9	1.945,5
Outubro	1.410,8	1.392,1	1.877,6	2.142,3	2.122,1	1.954,3	1.980,7	n.d.	n.d.
Novembro	1.444,1	1.447,7	1.903,5	2.260,9	2.257,4	2.100,0	2.087,3	n.d.	n.d.
Jan.-nov./2013	1.366,8	1.448,9	1.853,5	2.056,4	2.075,5	1.905,7	1.935,2	n.d.	n.d.

Fonte: PME/IBGE e PME/Imparides.

Nota: ¹ Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

TABELA V.3

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de dezembro de 2013)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2003	1.512,9	948,7	1.354,2	2.186,4	1.174,4	1.488,4
2004	1.508,3	942,6	1.345,5	2.140,7	1.166,8	1.469,4
2005	1.495,3	983,1	1.352,0	2.221,4	1.190,2	1.492,0
2006	1.546,4	1.013,5	1.406,8	2.342,9	1.245,9	1.551,0
2007	1.561,0	1.064,1	1.439,4	2.487,2	1.327,7	1.600,5
2008	1.592,7	1.077,9	1.474,3	2.588,7	1.382,5	1.654,8
2009	1.630,0	1.131,3	1.520,4	2.726,2	1.428,3	1.707,4
2010	1.654,6	1.244,8	1.570,5	2.841,5	1.474,8	1.771,4
2011	1.677,9	1.320,6	1.612,0	2.900,3	1.534,3	1.819,5
2012	1.734,9	1.354,8	1.668,7	2.996,5	1.637,3	1.894,0
2013						
Janeiro	1.741,4	1.354,9	1.677,6	3.006,6	1.652,4	1.903,8
Fevereiro	1.757,7	1.403,8	1.698,9	3.070,7	1.651,0	1.926,7
Março	1.763,3	1.494,1	1.719,6	2.995,8	1.633,9	1.922,2
Abril	1.752,5	1.432,2	1.700,5	2.953,8	1.679,3	1.918,7
Maio	1.762,1	1.434,1	1.708,2	2.957,5	1.621,7	1.912,3
Junho	1.759,4	1.396,8	1.701,5	2.972,1	1.629,8	1.909,4
Julho	1.760,4	1.403,6	1.702,9	2.951,1	1.599,4	1.893,0
Agosto	1.782,6	1.425,0	1.725,6	3.022,2	1.631,1	1.925,7
Setembro	1.792,9	1.460,6	1.741,2	3.081,7	1.648,5	1.945,6
Outubro	1.793,3	1.423,9	1.737,2	3.039,0	1.683,2	1.943,1
Novembro	1.806,1	1.442,7	1.749,5	3.089,1	1.747,2	1.981,1
Dezembro	1.785,7	1.499,4	1.741,3	3.004,3	1.732,8	1.966,9
Jan.-dez./2013	1.771,4	1.430,9	1.717,0	3.012,0	1.659,2	1.929,0

Fonte: PME/IBGE.

TABELA V.4

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de novembro de 2013)

Período	Setor privado			Setor público	Conta própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2003	1.541,3	913,9	2.203,0	2.203,0	1.118,1	2.203,0
2004	1.546,6	922,8	2.178,3	2.178,3	1.134,0	2.178,3
2005	1.543,4	966,0	2.285,1	2.285,1	1.171,0	2.285,1
2006	1.608,5	995,9	2.446,2	2.446,2	1.214,8	2.446,2
2007	1.635,3	1.058,5	2.610,4	2.610,4	1.290,3	2.610,4
2008	1.667,0	1.059,7	2.720,8	2.720,8	1.361,3	2.720,8
2009	1.687,6	1.116,7	2.835,2	2.835,2	1.403,6	2.835,2
2010	1.718,3	1.248,7	2.953,3	2.953,3	1.464,2	2.953,3
2011	1.754,4	1.303,0	3.032,8	3.032,8	1.520,2	3.032,8
2012	1.819,6	1.361,6	3.126,0	3.126,0	1.619,9	3.126,0
2013						
Janeiro	1.766,4	1.374,5	3.092,5	3.092,5	1.607,7	3.092,5
Fevereiro	1.769,9	1.472,4	3.010,2	3.010,2	1.603,9	3.010,2
Março	1.754,9	1.413,2	2.958,7	2.958,7	1.653,9	2.958,7
Abril	1.764,6	1.410,5	2.959,1	2.959,1	1.599,1	2.959,1
Maio	1.760,9	1.369,9	2.983,4	2.983,4	1.598,1	2.983,4
Junho	1.752,4	1.377,9	2.940,3	2.940,3	1.558,9	2.940,3
Julho	1.781,7	1.401,0	3.035,2	3.035,2	1.609,9	3.035,2
Agosto	1.792,5	1.440,9	3.068,8	3.068,8	1.634,1	3.068,8
Setembro	1.795,7	1.411,7	3.028,4	3.028,4	1.669,7	3.028,4
Outubro	1.811,8	1.423,6	3.085,1	3.085,1	1.736,2	3.085,1
Novembro	1.958,6	1.535,0	3.214,7	3.214,7	1.747,8	3.214,7
Jan.-nov./2013	1.791,8	1.421,0	3.034,2	3.034,2	1.638,1	3.034,2

Fonte: PME/IBGE.

V. RENDIMENTOS

TABELA V.5

Salário mínimo real

(Em R\$ de novembro de 2013)

Período	SMR
2003	399,5
2004	414,4
2005	443,2
2006	505,5
2007	536,1
2008	552,6
2009	592,5
2010	624,0
2011	624,5
2012	677,1
2013	
Janeiro	709,2
fevereiro	705,5
março	701,3
Abril	697,2
Maio	694,8
Junho	692,8
Julho	693,7
Agosto	692,6
Setembro	690,8
Outubro	686,6
Novembro	682,9
Dezembro	678,0
Jan.-dez./2013	693,7

Fonte: PME/IBGE.

VI. INFORMALIDADE

TABELA VI.1

Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2003	24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,6	21,9	17,1	21,6
2004	23,9	21,2	22,2	20,7	24,4	19,0	22,5	17,8	22,2
2005	23,5	22,4	20,8	20,4	24,3	19,1	22,3	16,3	22,0
2006	23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,7	14,9	21,2
2007	22,2	21,9	20,7	18,6	21,9	18,8	20,7	15,0	20,4
2008	19,8	22,0	19,4	18,2	20,4	18,4	19,7	16,8	19,5
2009	17,9	20,0	18,2	17,9	20,1	17,0	19,0	14,6	18,7
2010	18,3	19,4	18,0	17,3	18,4	16,2	18,0	13,5	17,7
2011	18,4	17,5	16,3	16,2	16,9	15,8	16,7	12,8	16,5
2012	17,9	16,9	15,7	15,9	15,5	14,9	15,9	12,5	15,6
2013									
Janeiro	16,9	16,9	14,2	15,6	14,5	15,1	15,2	11,6	14,9
Fevereiro	15,7	17,4	13,7	14,8	14,9	14,5	15,0	11,4	14,7
Março	16,5	18,3	13,9	14,9	14,3	14,6	14,9	10,9	14,6
Abril	16,0	17,2	14,4	14,4	14,5	15,7	14,9	10,7	14,6
Maiο	17,4	17,5	14,3	14,7	14,2	14,1	14,8	10,3	14,5
Junho	15,7	18,0	13,8	14,2	14,1	14,6	14,6	10,3	14,3
Julho	14,9	17,2	13,4	14,2	14,3	14,7	14,5	10,8	14,2
Agosto	16,2	16,4	13,7	14,8	14,0	14,1	14,5	10,9	14,2
Setembro	15,4	16,1	13,5	15,0	13,3	14,3	14,2	11,1	14,0
Outubro	15,0	16,2	13,9	14,1	13,2	14,0	13,9	11,0	13,7
Novembro	15,5	16,2	13,9	14,6	13,4	13,8	14,1	n.d.	n.d.
Dezembro	15,6	16,7	13,6	14,2	13,4	13,2	14,0	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2013	15,9	17,0	13,9	14,6	14,0	14,4	14,6	n.d.	n.d.

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VI.2

Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2003	24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,6	20,0
2004	24,2	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,5	20,3
2005	22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	19,5	19,4
2006	22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,2	19,5	19,2
2007	21,2	22,7	17,8	22,8	17,2	18,2	19,4	19,8	19,4
2008	22,8	21,3	16,7	22,3	16,7	17,3	18,8	18,1	18,8
2009	23,3	21,4	16,6	22,4	16,4	17,7	18,8	19,1	18,8
2010	21,5	21,6	15,9	21,6	16,4	17,4	18,4	17,8	18,4
2011	20,1	19,9	16,5	21,3	16,0	16,1	17,9	17,4	17,9
2012	19,8	19,7	17,2	20,9	15,7	16,8	17,8	18,4	17,8
2013									
Janeiro	19,3	20,1	16,5	22,0	15,9	15,3	17,9	20,6	18,1
Fevereiro	19,0	19,9	16,3	22,1	15,8	15,3	17,9	20,1	18,1
Março	19,1	20,2	16,7	21,8	16,2	15,9	18,1	20,0	18,2
Abril	18,4	20,8	17,0	21,1	16,1	16,1	18,0	20,2	18,2
Maiο	19,4	21,1	16,7	20,8	16,1	16,6	18,0	19,4	18,1
Junho	20,7	21,2	16,0	21,1	16,0	16,8	18,0	19,0	18,1
Julho	20,6	21,5	16,5	21,3	15,6	16,5	17,9	18,6	17,9
Agosto	19,5	21,0	16,5	21,5	15,6	16,7	17,9	18,9	18,0
Setembro	20,0	21,1	16,8	21,1	15,5	16,7	17,9	18,9	18,0
Outubro	19,5	21,6	16,7	21,0	16,0	16,8	18,0	19,3	18,1
Novembro	19,4	22,4	16,7	20,4	16,4	16,5	18,1	n.d.	n.d.
Dezembro	19,7	21,4	16,7	21,6	16,0	16,8	18,2	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2013	19,6	21,0	16,6	21,3	15,9	16,3	18,0	n.d.	n.d.

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VI.3

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2003	84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,5	47,6	67,0
2004	74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,5	51,8	66,4
2005	79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,6	46,1	58,7
2006	91,8	81,7	63,9	56,2	59,1	55,0	61,3	46,5	60,3
2007	81,2	86,3	54,8	53,5	51,3	52,6	54,2	37,5	53,0
2008	78,5	79,1	51,6	51,1	58,8	52,4	57,0	43,2	56,0
2009	81,7	63,3	48,9	53,9	50,2	47,7	50,9	49,8	50,8
2010	64,7	78,2	40,1	37,9	32,3	40,9	37,4	47,9	38,1
2011	58,0	68,3	34,5	32,5	31,8	37,4	34,7	40,5	35,0
2012	64,1	54,3	33,4	31,0	29,7	34,6	33,3	38,2	33,7
2013									
Janeiro	66,5	60,2	29,9	23,3	24,8	28,8	28,5	45,2	29,7
Fevereiro	66,5	66,2	25,5	4,8	17,4	26,3	20,2	48,5	22,2
Março	69,0	60,3	28,4	0,9	27,7	32,2	24,2	55,2	26,3
Abril	61,8	47,7	6,9	11,3	29,7	28,6	25,1	76,0	28,7
Maio	72,7	70,1	24,4	6,1	31,4	39,6	28,5	63,7	31,0
Junho	77,4	60,4	19,8	21,2	25,6	26,3	27,2	55,1	29,1
Julho	64,1	52,3	35,1	34,0	16,0	38,0	27,2	46,4	28,5
Agosto	72,3	40,3	37,5	16,0	21,8	19,3	24,4	47,7	26,0
Setembro	56,1	41,4	44,5	27,5	18,4	33,1	27,2	31,9	27,5
Outubro	61,7	41,2	32,1	27,4	18,6	45,0	27,3	n.d.	n.d.
Novembro	50,0	54,8	20,5	28,6	17,5	69,6	27,6	n.d.	n.d.
Jan.-nov./2013	65,3	54,1	27,7	18,3	22,6	35,2	26,1	n.d.	n.d.

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VI.4

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME/IBGE	CT	Total
2003	62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,8	8,9	35,6
2004	49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,3	10,5	34,4
2005	42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,7	-0,6	29,1
2006	54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,3	-3,1	29,3
2007	44,8	61,3	12,9	22,0	24,8	5,0	26,6	0,8	24,5
2008	46,9	58,5	10,2	16,9	19,3	6,3	22,3	3,1	20,8
2009	59,5	46,8	8,9	24,0	11,6	0,3	20,1	0,9	18,5
2010	46,4	45,8	4,0	22,6	11,0	-5,1	17,2	-2,5	15,6
2011	44,2	37,9	1,2	21,2	9,9	-6,7	15,2	-6,6	13,4
2012	36,0	36,9	-2,5	22,3	4,2	-6,6	12,2	-7,4	10,8
2013									
Janeiro	22,5	36,4	-6,6	25,7	0,3	-5,6	28,5	-7,7	26,0
Fevereiro	14,0	28,5	-7,9	34,4	0,6	-12,6	20,2	-11,1	18,0
Março	29,0	18,7	-8,0	24,1	-3,2	-14,2	24,2	-9,5	21,8
Abril	36,1	21,7	-4,6	19,9	4,8	-11,6	25,1	-17,3	22,1
Maio	36,2	27,2	-9,5	20,4	4,4	-11,7	28,5	-14,0	25,6
Junho	17,4	39,0	-4,9	15,7	9,5	-6,8	27,2	-10,0	24,6
Julho	24,3	42,8	-11,7	14,8	9,0	-9,2	27,2	-11,5	24,5
Agosto	28,3	46,3	-10,4	10,5	7,1	-7,7	24,4	-8,8	22,1
Setembro	17,3	43,6	-7,1	10,6	2,8	-8,0	27,2	-17,9	24,0
Outubro	16,7	34,2	-9,7	7,5	-0,3	-9,2	27,3	n.d.	n.d.
Novembro	11,3	32,7	-6,8	14,3	9,3	6,5	27,6	n.d.	n.d.
Jan.-dez./2013	23,0	33,7	-7,9	18,0	4,0	-8,2	26,1	n.d.	n.d.

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

VII. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

TABELA VII.1

Número de benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição por clientela e por sexo

Período	Concedidos						Ativos ¹					
	Urbana			Rural			Urbana			Rural		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
2001	75.414	32.245	107.659	462	31	493	2.270.301	643.834	2.914.135	6.216	310	6.526
2002	108.800	46.056	154.856	562	27	589	2.305.978	680.380	2.986.358	6.555	325	6.880
2003	88.620	44.915	133.535	438	30	468	2.344.078	721.316	3.065.394	7.175	360	7.535
2004	94.145	48.903	143.048	834	52	886	2.382.650	762.838	3.145.488	8.472	442	8.914
2005	97.756	51.459	149.215	1.409	103	1.512	2.445.600	817.297	3.262.897	9.961	541	10.502
2006	116.743	61.580	178.323	1.525	103	1.628	2.534.454	890.503	3.424.957	10.822	591	11.413
2007	153.027	85.095	238.122	1.079	62	1.141	2.633.728	975.544	3.609.272	11.981	712	12.693
2008	172.059	87.253	259.312	1.423	119	1.542	2.749.251	1.049.102	3.798.353	13.357	874	14.231
2009	188.339	89.506	277.845	1.617	174	1.791	2.849.499	1.119.813	3.969.312	14.366	987	15.353
2010	176.359	86.663	263.022	1.302	132	1.434	2.957.687	1.194.782	4.152.469	15.278	1.076	16.354
2011	189.466	92.239	281.705	1.225	113	1.338	3.066.736	1.269.152	4.335.888	16.114	1.141	17.255
2012	188.451	91.578	280.029	1.144	84	1.228						
2013			21.493			101						
Janeiro			21.493			101						
Fevereiro			19.793			108						
Março			24.618			145						
Abril			27.546			128						
Maio			25.780			139						
Junho			24.603			107						
Julho			25.304			96						
Agosto			26.999			125						
Setembro			25.497			121						
Outubro			26.465			113						
Novembro			22.818			121						
Jan.-nov./2013			270.916			1.304						

Fonte: Ministério da Previdência Social (MPS) e AEPS/Infolog.

Nota: ¹ Para os Benefícios-Ativos, a série inicia-se em 2002.

TABELA VII.2
Número de benefícios de aposentadoria por idade por clientela e por sexo

Período	Ativos ¹											
	Concedidos						Ativos ¹					
	Urbana			Rural			Urbana			Rural		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
2001	29.532	46.266	75.798	101.905	146.607	248.512	569.882	1.073.180	1.643.062	1.317.254	2.076.256	3.393.510
2002	41.270	62.735	104.005	136.305	188.586	324.891	612.600	1.142.518	1.755.118	1.399.787	2.190.549	3.590.336
2003	79.176	101.650	180.826	112.965	149.942	262.907	672.269	1.242.439	1.914.708	1.490.139	2.308.103	3.798.242
2004	91.383	124.149	215.532	117.434	153.645	271.079	711.870	1.307.522	2.019.392	1.572.320	2.437.696	4.010.016
2005	75.042	95.090	170.132	113.954	166.868	280.822	749.127	1.375.169	2.124.296	1.665.344	2.587.273	4.252.617
2006	68.882	93.784	162.666	122.074	177.907	299.981	789.363	1.453.776	2.243.139	1.755.522	2.733.254	4.488.776
2007	78.625	113.769	192.394	132.995	193.829	326.824	835.315	1.547.476	2.382.791	2.066.849	3.011.315	5.078.164
2008	87.764	127.633	215.397	141.667	194.814	336.481	892.178	1.649.364	2.541.542	2.127.933	3.147.843	5.275.776
2009	100.221	143.355	243.576	145.717	213.428	359.145	933.041	1.736.897	2.669.938	2.188.153	3.268.809	5.456.962
2010	86.296	131.647	217.943	147.356	199.978	347.334	975.895	1.833.084	2.808.979	2.237.333	3.382.649	5.619.982
2011	91.810	145.854	237.664	141.310	201.742	343.052	1.031.013	1.951.983	2.982.996	2.296.816	3.497.776	5.794.592
2012	102.423	167.092	269.515	148.810	203.190	352.000						
2013			23.164			24.624						
Janeiro			20.531			23.545						
Fevereiro			24.963			29.629						
Março			27.095			33.581						
Abril			25.163			32.911						
Maior			23.668			30.345						
Junho			25.454			33.972						
Julho			26.669			31.723						
Agosto			27.230			30.551						
Setembro			26.923			31.408						
Outubro			23.671			29.662						
Novembro			274.531			331.951						
Jan.-nov./2013												

Fonte: MPS e AEPS/Infolog.

Nota: ¹ Para os Benefícios Ativos, a série inicia-se em 2002.

VII. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

TABELA VII.3

Número de Benefícios de Prestação Continuada (BPC): idade por clientela e por sexo

Período	Urbanos					
	Concedidos			Ativos ¹		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
2001	45.246	44.765	90.011			
2002	68.556	71.194	139.750	266.440	315.916	582.356
2003	55.068	61.336	116.404	304.270	357.960	662.230
2004	139.021	177.982	317.003	418.745	509.617	928.362
2005	80.946	104.090	185.036	473.728	587.428	1.061.156
2006	75.299	98.386	173.685	526.939	664.563	1.191.502
2007	78.181	103.071	181.252	573.533	732.420	1.305.953
2008	85.932	112.482	198.414	625.850	808.053	1.433.903
2009	85.754	109.407	195.161	670.743	874.156	1.544.899
2010	74.602	94.437	169.039	703.809	924.045	1.627.854
2011	69.380	85.973	155.353	726.938	962.358	1.689.296
2012	66.251	86.773	153.024	748.923	1.004.151	1.753.074
2013						
	Janeiro		12.413			
	Fevereiro		11.105			
	Março		12.925			
	Abril		16.110			
	Mai		15.861			
	Junho		13.781			
	Julho		15.197			
	Agosto		15.667			
	Setembro		15.432			
	Outubro		15.411			
	Novembro		13.403			
	Jan.-nov./2013		157.305			

Fonte: MPS e AEPS/Infologo.

Nota: ¹ Para os Benefícios Ativos, a série inicia-se em 2002.

TABELA VII.4
Número de benefícios de aposentadoria por invalidez previdenciária por clientela e por sexo

Período	Ativos ¹											
	Concedidos						Ativos ¹					
	Urbana			Rural			Urbana			Rural		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
2001	64.306	42.600	106.906	12.599	5.515	18.114	1.084.491	773.470	1.857.961	102.886	41.705	144.591
2002	89.669	60.208	149.877	16.689	7.988	24.677	1.118.025	808.305	1.926.330	115.879	49.079	164.958
2003	89.037	60.392	149.429	16.547	8.711	25.258	1.168.558	856.071	2.024.629	133.381	58.661	192.042
2004	110.882	76.923	187.805	16.948	9.777	26.725	1.245.829	922.095	2.167.924	156.728	71.094	227.822
2005	137.279	95.000	232.279	20.877	12.387	33.264	1.284.960	960.327	2.245.287	169.984	78.839	248.823
2006	89.619	62.176	151.795	12.673	7.385	20.058	1.298.010	976.352	2.274.362	178.535	83.535	262.070
2007	73.622	47.309	120.931	9.081	5.199	14.280	1.345.889	1.022.269	2.368.158	284.948	124.069	409.017
2008	107.788	66.476	174.264	13.393	7.794	21.187	1.376.280	1.047.926	2.424.206	285.798	127.287	413.085
2009	96.466	61.819	158.285	12.972	7.764	20.736	1.406.030	1.072.892	2.478.922	287.062	131.254	418.316
2010	97.332	63.292	160.624	14.384	8.670	23.054	1.431.745	1.095.045	2.526.790	288.170	135.144	423.314
2011	95.954	63.423	159.377	14.897	9.027	23.924	1.459.939	1.119.694	2.579.633	289.024	139.091	428.115
2012	95.091	63.841	158.932	14.810	9.076	23.886						
2013			12.021			1.745						
			12.534			1.902						
			14.362			2.065						
			15.922			2.387						
			14.521			2.431						
			13.065			2.186						
			13.479			2.217						
			15.129			2.542						
			15.121			2.396						
			14.736			2.579						
			13.265			2.245						
			154.155			24.695						

Fonte: MPS e AEPS/Infologo.

Nota: ¹ Para os Benefícios Ativos, a série inicia-se em 2002.

Obs.: Tem direito à aposentadoria por invalidez previdenciária o segurado considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

VII. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

TABELA VII.5
Número de benefícios de aposentadoria por invalidez acidentária por clientela e por sexo

Período	Concedidos						Ativos ¹					
	Urbana			Rural			Urbana			Rural		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
2001	4.661	2.079	6.740	373	60	433	86.834	21.713	108.547	3.672	511	4.183
2002	6.568	2.530	9.098	515	74	589	90.435	23.819	114.254	4.051	570	4.621
2003	5.760	2.259	8.019	421	64	485	94.628	26.014	120.642	4.387	636	5.023
2004	6.441	2.306	8.747	266	56	322	99.487	28.271	127.758	4.830	717	5.547
2005	6.944	2.355	9.299	289	70	359	101.964	29.556	131.520	5.001	733	5.734
2006	4.398	1.332	5.730	110	14	124	103.005	30.330	133.335	5.181	772	5.953
2007	3.422	926	4.348	121	26	147	106.291	32.216	138.507	7.985	1.256	9.241
2008	5.959	1.510	7.469	269	101	370	110.248	33.570	143.818	8.293	1.382	9.675
2009	6.682	1.645	8.327	459	154	613	114.775	35.286	150.061	8.661	1.599	10.260
2010	7.389	2.067	9.456	557	248	805	119.585	37.193	156.778	9.066	1.789	10.855
2011	7.971	2.299	10.270	617	221	838	124.750	39.259	164.009	9.385	1.965	11.350
2012	8.232	2.419	10.651	568	214	782						
2013			705			57						
			823			82						
			921			59						
			1.027			72						
			963			89						
			883			65						
			929			59						
			973			52						
			1.036			60						
			935			65						
			870			58						
			10.065			718						

Fonte: MPS e AEPS/Infólogo.

Nota: ¹ Para os Benefícios Ativos, a série inicia-se em 2002.

Obs.: Na aposentadoria por invalidez acidentária, a incapacidade é consequência de acidente de trabalho.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Cristina Celia Alcantara Possidente
Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Elaine Oliveira Couto
Elisabete de Carvalho Soares
Edylene Daniel Severiano (estagiária)
Lucia Duarte Moreira
Luciana Nogueira Duarte
Luciana Bastos Dias
Míriam Nunes da Fonseca

Editoração

Aeromilson Mesquita
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna
Nathália de Andrade Dias Gonçalves (estagiária)
Roberto das Chagas Campos

Livraria

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo
70076-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 3315-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond 11,5/14,5 (texto)
Frutiger 47 (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso off-set 90g/m²
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Rio de Janeiro - RJ

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de
Assuntos Estratégicos

Ministério do
Trabalho e Emprego

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

